

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO – PDTU
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

ENÉAS NUNES ROCHA

**OS FUNDAMENTOS AGRÁRIOS DO DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO TOCANTINA**

Belém - PA
2005

ENÉAS NUNES ROCHA

**OS FUNDAMENTOS AGRÁRIOS DO DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO TOCANTINA**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do Pará, para obtenção do Título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientador: Dr. Francisco de Assis Costa

Belém - PA
2005

R672f Rocha, Enéas Nunes.
Os fundamentos agrários do desenvolvimento da
região tocantina / Enéas Nunes Rocha – Imperatriz: [s. n.],
2005.

161 f. il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do
Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Planejamento
do Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

Orientador: Francisco de Assis Costa

1. Desenvolvimento. 2. Região Tocantina. 3. Produção
Rural. I. Título.

CDU 338.1

ENÉAS NUNES ROCHA

**OS FUNDAMENTOS AGRÁRIOS DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
TOCANTINA**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do Pará, para obtenção do Título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Aprovada em: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº. Francisco de Assis Costa
Orientador – NAEA/UFPA

Profa Dra. Tereza Ximenes Ponte
Examinadora – NAEA/UFPA

Profº. Drº. Gutemberg Armando Diniz Guerra
Examinador – Centro Agropecuário/UFPA

Para, Maria Amélia, Laressa e Vinicius.

AGRADECIMENTOS

O agradecimento é uma forma de expressão que, representa o reconhecimento da importância da contribuição de muitas pessoas nas nossas conquistas.

Estudar, trabalhar a administrar os conflitos que vivi no inicio do mestrado, foram talvez o maior desafio da minha vida. Por tudo isto, por chegar até aqui, muito obrigado.

Ao meu DEUS, por ter sido o companheiro inseparável em todos os momentos, por ter enviado JESUS como redentor e salvador da humanidade e pela oportunidade de confessá-lo em minha vida.

A minha esposa Maria Amélia, pela compreensão e apoio em todos os momentos, dos mais difíceis aos mais alegres, te amo mais que ontem e menos que amanhã.

Aos meus filhos, Laressa e Vinicius, pelo carinho e compreensão, mesmo quando estive ausente.

A minha família, por acreditar em todos os meus passos e pela atenção em todos os momentos, Sr. Adivando, dona Santa, ao Fábio, Júnior, Alex e Ionne.

Ao Sr. Zacarias, dona Cirene e a Zaira, pela força.

Ao professor Francisco de Assis Costa, foi um privilégio e orgulho tê-lo como orientador.

A professora Tereza Ximenes, pela atenção e confiança em mim depositada.

A todos os professores do NAEA, pela competência, dedicação e exemplo de profissionalismo.

Ao Almada, referencial na luta na determinação e exemplo de competência.

Ao Edney, pelos incentivos e por compartilhar trabalho e estudo em qualquer situação.

Ao Carlos, Dora, Edgar, Esmeradson, Fábio, Franzé, Francisco Alves, Gomes, Janelder, João Carlos, Marco Aurélio, Mirela, Nonato, Neres, Paulo, Tininha, amigo é coisa pra se guardar...

Ao Dr. Antonio Leite Andrade, por acreditar na educação superior de alto nível e viabilizar a primeira turma de mestres em Imperatriz.

Ao André, filho de camponês e firme na luta social, obrigado pelas correções.

RESUMO

Os fundamentos agrários do desenvolvimento da Região Tocantina estão relacionados com a forma de ocupação do solo e como se articulam as diversas estruturas produtivas do agrário regional. A estratégia de intervenção econômica oficial na Região Tocantina privilegiou os grandes empreendimentos agroindustriais através de incentivos financeiros e monetários, gerando, acima de tudo, sérios problemas ambientais, conflitos agrários e desregionalização da propriedade do capital. A base destas estruturas produtivas é a propriedade latifundiária, o trabalho assalariado de baixa qualificação e a produção homogênea. O processo de desenvolvimento caracterizado, então, pela exploração dos recursos naturais e pela monocultura, não levou em consideração outros aspectos importantes do desenvolvimento local, a formação de capital humano e social da região e conseqüentemente não foram capazes de melhorar as condições de vida da população. Como alternativa ao modelo concentrador e excludente, estão às estruturas camponesas, que utilizando pequenas unidades de terra, trabalho familiar, produção diversificada e capacidade de se relacionar com os recursos naturais de forma a não leva-lo ao esgotamento, atuam de forma tal que sua eficiência é determinada pela capacidade de trabalho de cada família, sua racionalidade interna define, assim, um modo de atuação, com elevada produtividade na Região Tocantina, podendo desta maneira contribuir com a geração de emprego e renda, bem como com o desenvolvimento regional.

Palavras Chave. Desenvolvimento. Estruturas camponesas. Recursos naturais. Trabalho familiar. Produtividade. Produção homogênea. Produção diversificada.

ABSTRACT

The agrarian foundations of the development of the Tocantina Region are related to the form of occupation of the soil and as the regional several productive structures of the agrarian are articulated. The strategy of official economic intervention in the Tocantina Region privileged the great enterprises agroindustriais through financial and monetary incentives, generating, besides all, serious environmental problems, agrarian conflicts and desregionalization of the property of the money. The base of these productive structures is the property landowner, the salaried work of low qualification and the homogeneous production. The process of characterized development, then, for the exploration of the natural resources and for the monoculture, was not take in considered other important aspects of the local development, the formation of human and social goods of the area and consequently they were not capable to improve the conditions of life of the population. As alternative to the concentrated and excludent model, are the rural structures, that using small units of land, family work, diversified production and capacity dealing with the natural resources in order not it to drive the lackness, they act in such a way that its efficiency is determined by the capacity of work of each family, its intern rationality defines, then, a way of performance, with high productivity in the Tocantina Region, being able to contribute with the employment growth and income, as well as with the development.

Keywords: Development. Rural structures. Natural resources. Family work. Productivity. Homogeneous Production. Diversified production.

LISTA DE SIGLAS

BASA	Banco da Amazônia S/A
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CELMAR	Celulose do Maranhão
FNE	Fundo Nacional para o Nordeste
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Índice de Exclusão Social
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PAM	Produção Agrícola Municipal
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal
SIDRA	Sistema de Recuperação de Dados
SPVEA	Superintendência para valorização econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
VBPC	Valor Bruto da Produção a preços correntes de, 1995-96
VBPr	Valor Bruto da Produção a preços corrigidos pelo IGP-M para, 2003.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Distribuição do VBP por forma de produção	76
Gráfico 2 Mão de obra por forma de produção na região Tocantina.....	84
Gráfico 3 Distribuição dos custos de produção animal e vegetal por forma de produção	90
Gráfico 4 Evolução do VBP da Lavoura temporária da Região Tocantina.....	104
Gráfico 5 Quantidade produzida dos principais produtos da lavoura temporária na Região Tocantina., 1997 a, 2003	105
Gráfico 6 Evolução do efeito de animais na Região Tocantina, 1997 a, 2003.....	106
Gráfico 7 Evolução do efetivo de bovinos, 1997 a, 2003.....	109
Gráfico 8 Evolução do VBP real da extração da Região Tocantina, 1997 a, 2003	110
Gráfico 9 Evolução do VBP permanente da Região Tocantina, 1997 a, 2003.....	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição dos inoveis rurais por classe de área – Região Tocantina -1996	49
Tabela 2	Principais indústrias na Região Tocantina, por ramo de atividade-, 1981	55
Tabela 3	Expansão da produção dos principais produtos agrícolas da Região Tocantina., 1975 a, 1982.....	57
Tabela 4	VBP da lavoura permanente por município da Região Tocantina	64
Tabela 5	VBP da Lavoura temporária por município da Região Tocantina	65
Tabela 6	VBP da Extração Vegetal por município da Região Tocantina	66
Tabela 7	Tendência de crescimento do VBP dos diversos sistemas de produção e das quantidades da produção animal., 1990 a, 1995	68
Tabela 8	Valor Bruto da Produção animal e vegetal da Região Tocantina, 1995-1996.....	74
Tabela 9	Distribuição espacial do valor bruto da produção animal e vegetal para os municípios Região Tocantina em, 1995-96	78
Tabela 10.	Distribuição espacial do valor bruto da produção animal e vegetal da Região Tocantina, 1995-96 (em R\$ correntes)	79
Tabela 11	Distribuição da mão de obra ocupada por forma de produção - 1995-96	81
Tabela 12	Pessoal ocupado por atividade econômica	83
Tabela 13	Distribuição da terra por forma de produção., 1995-96.....	85
Tabela 14	Custos da produção animal e vegetal da Região Tocantina, 1995-96 (R\$ correntes)	89
Tabela 15	Produtividade da terra por forma de produção., 1995-96	91
Tabela 16	Produtividade da terra por forma de produção., 1995-96.....	92
Tabela 17	Renda líquida das diversas formas de produção, 1995-96 (R\$ correntes)	93
Tabela 18	Quantidade produzida e valor da lavoura temporária por forma de produção	94

Tabela 19 Quantidade produzida da lavoura permanente por forma de produção-1996.....	95
Tabela 20 Quantidade produzida e valor da horticultura por forma de produção-1996.....	96
Tabela 21 Quantidade e valor da produção animal vendida por forma de produção - 1995-96.....	97
Tabela 22 Efetivo e principais produtos de origem animal por tipo de produto - 1997 a 2003	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I.....	20
1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO CAPITALISMO	21
1.1 Agricultura e capitalismo industrial	22
Especificidade da agricultura e especificidade camponesa	30
A hipótese do fim do campesinato	36
A hipótese da permanência do campesinato.....	41
A recriação do campesinato na fronteira como mecanismo da dinâmica agrária	46
no Brasil	
1.6 Campesinato e desenvolvimento	47
CAPÍTULO II	53
2 A REGIÃO TOCANTINA COMO UMA FRONTEIRA.....	54
2.1 A Fundação da Região Tocantina	55
2.2 Características dos primeiros desenvolvimentos	62
2.3 Características dos resultados do período que vai da abertura da Belém-	
Brasília até o fim da ditadura	64
2.4 Característica do período da Nova-República e os desdobramentos no setor	73
rural	
CAPÍTULO III.....	83
3 A PRODUÇÃO RURAL NA REGIÃO TOCANTINA NOS ANOS NOVENTA.....	84

3.1 A estruturação do valor da produção rural.....	86
3.2 A estruturação do emprego na produção rural	94
3.3 A estruturação da propriedade da terra.....	98
3.4 Os custos da produção das diversas formas de produção	100
3.5 Produtividade dos fatores terra e trabalho das diversas formas de produção	104
3.6 A renda líquida das diversas formas de produção.....	107
3.7 Principais sistemas de produção.....	108
CAPÍTULO IV	116
4 TENDÊNCIAS RECENTES DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO TOCANTINA	117
4.1 Evolução dos produtos tipicamente de fazenda	118
4.2 Evolução dos produtos tipicamente camponeses	123
4.3 Evolução dos produtos tipicamente dos latifúndios empresariais.....	126
4.4 Evolução dos diversos sistemas de produção por município da Região Tocantina ..	127
CONCLUSÃO	130
REFERÊNCIA	138
ANEXOS	142

INTRODUÇÃO

Ao longo de sua história a região Amazônica tem despertado interesse de diversos setores da sociedade; alguns, procurando justificar sua preservação; outros, a sua exploração econômica. Diante do contraste de interesses muitos pesquisadores têm se preocupado com formas e modelos de desenvolvimento sustentável para a região.

Os fundamentos agrários do desenvolvimento da Região Tocantina apontam para o processo de ocupação regional, para as formas com que são ocupados e explorados economicamente seu solo e como se relacionam as diversas estruturas produtivas do agrário regional. Diante desta perspectiva vários estudos apontam para o declínio da produção camponesa, com o avanço das formas capitalistas de produção, enquanto outros demonstram o contrário, embora, seja inevitável o crescimento das atividades capitalista na produção rural. Dados empíricos já estudados demonstram que esta atividade tem encontrado mecanismos de sobrevivência e reprodução, representando assim um elemento de grande importância para a promoção do desenvolvimento local, com potencial de gerar emprego e renda, ao mesmo tempo em que é responsável pelo fornecimento dos principais produtos alimentares.

Ligada diretamente ao processo de ocupação do solo e às frentes de expansão, as estruturas camponesas sofrem ao longo da história um processo de expropriação, refletido nos diversos conflitos agrários. Mesmo assim, tem contribuído com a produção rural, através de uma lógica própria que possibilita sua sobrevivência, sendo desta maneira indispensável seu estudo para uma compreensão mais detalhada dos fundamentos agrários do desenvolvimento para Região Tocantina.

Com o propósito de compreender a participação da produção camponesa na Região Tocantina, e assim estabelecer uma relação com o seu desenvolvimento, é que pretendemos, ao longo deste trabalho, desvendar, com base nos dados do censo agropecuário

de 1995-1996, PAM e PPM, como tem sido esta participação, comparativamente às demais formas de produção rural, analisando assim as diversas estruturas produtivas, bem como sua produtividade.

Estudar os fundamentos agrários do desenvolvimento da Região Tocantina é, além de um desafio, uma necessidade. Por mais diversificada que seja a produção rural, a participação de cada estrutura produtiva do agrário regional define uma forma de intervenção no meio ambiente e no ecossistema, com conseqüências para as gerações futuras. É portanto, indispensável a compreensão da forma pela qual se relacionam entre si, com os recursos naturais, com o estado e com os demais atores sociais da região.

Embora seja uma problemática já estudada em outras regiões, não se conhecem estudos sistemáticos para a Região Tocantina, desta forma destacamos a relevância deste estudo para uma melhor compreensão do processo de formação sócio econômico e do seu desenvolvimento.

A conformação atual da Região Tocantina no Sudoeste e Sul do Maranhão, teve sua inserção no cenário regional e nacional traçada pelo processo de ocupação e avanço da fronteira agrícola; os caminhos da ocupação foram estabelecidos historicamente por diferentes etapas. Primeiramente, a ocupação segue o caminho das águas do Rio Tocantins, segundo uma lógica própria dos processos de expansão da fronteira agrícola; posteriormente, as veredas percorridas pelo gado, principalmente no sertão maranhense, e por fim a construção da rodovia BR-010, ligando a capital federal ao extremo norte, na Cidade de Belém, no Estado do Pará.

A ocupação territorial incentivada pelo governo na década de 60, mais especificamente com a construção da rodovia BR 010, priorizou na região Amazônica a formação de grandes propriedades rurais e projetos de exploração e beneficiamento de madeira, com várias conseqüências para a Região Tocantina. O crescimento desordenado e

desestruturado das cidades, representado apenas pelo crescimento econômico dos setores ligados à exploração dos recursos naturais e a concentração fundiária foram exemplo disso.

A extração madeireira foi uma das principais alternativas econômicas incentivadas pelo estado com o propósito de ocupação e exploração dos recursos naturais. Dados do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF (COUTINHO, 1994), apontam para um declínio no beneficiamento de madeira a partir de 1976, no Município de Imperatriz. Neste ano a produção foi de 187.251 m³, em 1977 de 108.305 m³, aumentando em 1978 para 126.861 m³, caindo consideravelmente em 1979 para 51.530 m³ e em 1980 uma produção de 21.690 m³. O declínio da produção de madeira é consequência do esgotamento da floresta natural, provocando um deslocamento das serrarias para regiões mais próximas da floresta, repetindo um ciclo de ocupação e exploração territorial na Amazônia. Este processo também favorece o fortalecimento da grande propriedade rural. O que antes era madeira dá lugar à pastagem para o gado e o surgimento na periferia da cidade de uma grande quantidade de pessoas vivendo de forma miserável.

“A equivocada estratégia governamental de desenvolvimento da região Amazônica, implantada com o propósito de garantir a ocupação territorial, através de incentivos públicos” (CARVALHO, 1995, p. 14), não respeitou a estrutura fundiária existente e as populações tradicionais da região.

O avanço da fronteira agrícola para a Amazônia conforme aponta Velho (1979), inicia-se com o declínio da *plantation* nordestina. A população excedente em busca de alternativas para sobrevivência encontra no Sudoeste maranhense um lugar de terras extensas e propícias para culturas de subsistência, primeiramente na margem dos rios e posteriormente no meio da floresta. Este movimento migratório para a Região Tocantina favorece o surgimento de um campesinato altamente integrado com o mercado a partir da abertura de novas estradas; a produção de arroz comercializada para todo o país é uma demonstração

deste elevado grau de envolvimento. Ainda de acordo com Velho (1979), 10% do arroz consumido na Cidade do Rio de Janeiro no ano de 1965, provinham do Maranhão.

Com a construção da BR 010 (Belém/Brasília), a corrente migratória se acelera com o surgimento dos grandes projetos agroindustriais incentivados pelo estado. No ano de 1940, segundo dados do Governo do Estado (COUTINHO, 1994), habitavam na região 9.331 pessoas, sendo que desse total apenas 1.000 na zona urbana. Entre os anos de 1950 e 1955, o número de habitantes ultrapassa 20.000 e destas, apenas 2.000 são moradores urbanos.

De certa forma repete-se na região Tocantina o mesmo fenômeno do processo de ocupação em outras regiões do país, “a fronteira agrícola”, entendida como contínuo avanço de estrutura camponesa sobre áreas não desbravadas para a agricultura, não era, portanto, um fenômeno amazônico (COSTA, 2000, p. 49). Primeiramente a ocupação camponesa à margem dos rios; posteriormente a formação de pastagens pelos fazendeiros. No entanto com a construção da rodovia BR 010, este processo se acelera conjuntamente, o que colabora com a mudança na estrutura agrária e os conflitos de sua ocupação. A fronteira agrícola baseada no campesinato é bloqueada pela promoção dos grandes empreendimentos empresariais, este equívoco governamental como relatado anteriormente, traz sérias conseqüências sociais e ambientais à região.

Diante disso, a relação entre a propriedade fundiária e sua utilização na Região Tocantina teve como característica central a exploração dos recursos naturais pelos grandes projetos agroindustriais e pecuários financiados com recursos públicos e o cultivo de produtos agrícolas através do processo de corte e queima em pequenas propriedades. A caracterização da questão agrária passa necessariamente pela análise dos reflexos destas relações e suas repercussões nos dias atuais.

Outra conseqüência deste processo de ocupação foram os conflitos pela posse da terra na região. Como a cidade de Imperatriz representa o centro comercial e institucional,

todos os embates no campo tiveram repercussão no centro urbano da cidade, inclusive alguns deles com propagação nacional, como o assassinato do Padre Josino. A luta pela posse da terra e pela reforma agrária pressiona o governo a uma intervenção na estrutura fundiária. Segundo dados do INCRA, foram implantados na região pela superintendência regional do Maranhão-SR 12, 62 projetos de assentamento na década de 90, em 168.034,59 hectares, distribuídos nos municípios da região. Dentre estes, o com maior número de projetos é em Amarantes, com 16, numa área de 49.101,46 ha; e com menor número de projetos Imperatriz, com apenas um projeto numa área de 5.024ha. Foram assentadas 5.113 famílias, sendo que a capacidade de todos é de 6.203. Tendo em vista que toda a região possui aproximadamente 700.000 habitantes e somente o município de Imperatriz 237.000, a mudança na estrutura agrária representou muito pouco no contexto das condições de vida da região.

Com a criação de novos municípios desmembrados da cidade de Imperatriz, a área rural deste município sofre um sério encolhimento e sua população que nas décadas de 40 e 50 residia na sua grande maioria na zona rural passa agora a ser estritamente urbana. Este fato não se dá somente pela diminuição territorial, mas, principalmente, pelo processo de expulsão dos pequenos produtores rurais do campo para a cidade. Fato que transforma o urbano imperatrizense, fortalece o surgimento, na periferia da cidade, de bairros sem infraestrutura e a mínima condição de moradia, enquanto na zona rural se verifica o fortalecimento da grande propriedade e a concentração fundiária.

Com base na evolução histórica da formação socioeconômica da região ao entorno de Imperatriz, comprova-se a repetição do mesmo fenômeno histórico do ciclo da fronteira agrícola amazônica (HURTIENE, 2001). A grande propriedade quer por mecanismos próprios ou por políticas direcionadas, fortalece-se em detrimento da pequena propriedade.

Os conflitos pela posse da terra na Região Tocantina representou então, a luta pelo retorno do pequeno produtor ao campo e a propriedade da terra como fonte de produção. A

pequena propriedade seria, na visão dos movimentos sociais ligados a questão agrária, à esperança de mudança na estrutura produtiva rural. A forma como se deu o fortalecimento da grande propriedade e a exclusão da pequena, representou uma estratégia de ocupação e intervenção econômica na Região Tocantina, fundamentada na visão dominante sobre desenvolvimento.

Diante do contexto econômico e social em que se formou a Região Tocantina, a hipótese central do presente trabalho é demonstrar que a agricultura familiar, embora não inserida como prioridade no processo de intervenção governamental na Amazônia, tem uma contribuição significativa na produção rural e não apresenta índices de produtividade significativamente distintos das demais formas de produção da região e que, embora sofrendo todas as conseqüências de um padrão colonial de ocupação, tem sobrevivido e encontrado mecanismos e caminhos para sua reprodução.

Diante desta realidade, o problema científico abordado neste trabalho será representado pelos seguintes questionamentos:

- Como se estrutura a produção rural na Região Tocantina?
- Qual a participação das diversas formas de produção no valor bruto da produção, no emprego rural e a participação do emprego rural no emprego total?
- Qual tem sido a participação das diversas formas de produção na apropriação das terras?
- Qual a produtividade dos diversos fatores de produção empregado nas diversas formas de produção na Região Tocantina?
- Por fim, como tem evoluído a produção e a produtividade das diversas formas de produção nos últimos anos?

Tem-se então como objetivo principal a contextualização histórica e institucional

da produção rural na Região Tocantina, com destaque para a produção camponesa e como objetivos específicos: a contextualização estrutural da produção familiar rural na região, confrontando-a com outras formas de produção; a verificação de como vem evoluindo a produção familiar rural comparativamente com outras formas de produção e a indicação de perspectivas e possibilidades de desenvolvimento com maior eficiência da produção familiar rural.

Desta forma para que os objetivos propostos fossem alcançados realizou-se uma pesquisa com base em dados secundários do censo agropecuário do IBGE de, 1995-96, da PAM de 1990 a 2004 e da PPM de 1990 a 2004, como também pesquisa bibliográfica sobre as diversas correntes teóricas sobre agricultura, campesinato e desenvolvimento.

No primeiro capítulo analisou-se a questão agrária no Capitalismo, levando em consideração a relação entre agricultura e capitalismo industrial, a especificidade da agricultura e a especificidade camponesa, a hipótese de fim e da permanência do campesinato e a recriação da fronteira agrícola como mecanismo da dinâmica agrária na Amazônia.

No segundo, o estudo da Região Tocantina como uma fronteira amazônica, procurando entender o processo de desenvolvimento da região desde a sua fundação até o período da Nova República e seus desdobramentos no setor rural.

No terceiro, tomando por base os dados do censo agropecuário de 1995-96, será verificado como se estrutura a produção rural com base no VBP, no emprego da mão de obra, na estruturação da propriedade da terra, nos custos da produção e produtividade dos diversos fatores de produção.

No quarto, com base nos dados da PAM e PPM, serão observados as tendências da produção rural por sistema de produção, estrutura produtiva e municípios da Região Tocantina, para no quinto capítulo, concluir, apontando os caminhos para elevação da produtividade nas estruturas camponesas e seus reflexos sobre o desenvolvimento regional.

CAPÍTULO I

1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO CAPITALISMO

A discussão acadêmica sobre a relação entre capitalismo, agricultura e propriedade fundiária é de longa data. Nela assume papel destacado a presença camponesa, polariza-se entre aqueles que entendem como sendo uma atividade com poucas possibilidades de sobrevivência e os que demonstram sua viabilidade econômica, isto é, seu desenvolvimento na sociedade capitalista (ABRAMOVAY, 1992; COSTA, 2000).

Para um melhor entendimento destas correntes de pensamento, estaremos analisando: a questão agrária no Capitalismo, com o propósito de compreender as conseqüências das modificações no processo de produção provocada pela revolução industrial; a relação entre agricultura e capitalismo industrial, estabelecendo aí um paralelo entre as alterações no processo de produção industrial e rural; a especificidade da agricultura e especificidade camponesa, para um maior detalhamento de suas relações, para então, discutirmos a hipótese do fim do campesinato como tese defendida por diversos autores e a hipótese de sua permanência como alternativa, teoria defendida também por outros autores analisados no decorrer deste trabalho. Por fim, a recriação do campesinato na fronteira como mecanismo da dinâmica agrária no Brasil. Neste item pretendemos analisar o processo de expansão da fronteira agrícola e a participação da produção familiar rural.

O Capitalismo como modo de produção teve, a partir da Revolução Industrial, o domínio das relações econômicas em todos os segmentos sociais, dividiu a sociedade em classes sociais e possibilitou através da acumulação de capital sua reprodução (SOUZA, 1999).

Embora tenha conseguido alterar o processo de produção através de profundas mudanças na relação entre os fatores de produção e o produto final, possibilitou a produção em série e a economia de escala; no setor rural não alcança os mesmos resultados das

profundas mudanças das relações urbanas. Isto se deve a particularidades que a agricultura possui e sua dependência de fatores naturais no processo de produção e de trabalho.

O capitalismo industrial não altera, como faz na produção de bens manufaturados, a dependência da natureza e a ordem biológica dos seres vivos, inerentes a produção rural.

No Capitalismo a questão agrária e a forma com que se dá em determinadas regiões a estratégia de ocupação do solo tem se constituído como fator determinante para o processo de produção rural. Conforme será analisado posteriormente neste trabalho, em alguns países a estrutura agrária caracteriza-se pelo domínio de pequenas propriedades, nestes casos a produção rural se dá pela efetivação das formas de produção familiar, já em outros como o caso brasileiro, pela concentração fundiária e os incentivos aos grandes projetos empresariais (ABRAMOVAY, 1992; VELHO, 1981).

Agricultura e capitalismo industrial

Qualquer que seja a estrutura agrária de uma região sempre terá uma importante relação com as estratégias de ocupação do solo, como também com o processo de produção estabelecido por esta estrutura. Além de definir através do processo de ocupação a produção, a estrutura agrária faz parte também da relação entre questão agrária e Capitalismo.

Desde o início da civilização o homem se relaciona com a terra e com formas de tirar dela seu sustento e de toda sua família. A Revolução Industrial marca na história da humanidade profundas alterações no processo de produção e de trabalho, alterando significativamente as relações sociais. O surgimento da máquina a vapor aliado ao desenvolvimento da engenharia mecânica, definiram as bases de um sistema produtivo que avançaria por todos os setores da sociedade (SOUZA, 1999).

Os avanços tecnológicos foram introduzidos na produção industrial, na agricultura

e nos transportes, tendo como efeito imediato à redução dos custos médios de produção e o aumento na oferta de bens de capital e de consumo, além da expansão do nível de emprego; no entanto, os avanços promovidos pelas profundas alterações na relação entre processo de produção e processo de trabalho não promoveram de acordo com Souza (1999, p. 46) melhorias substanciais no bem-estar da população, agravando em determinados setores, as condições de vida.

Na indústria o setor têxtil teve na invenção da fiandeira volante em 1733 um aumento considerável na velocidade para tecer e com a introdução da máquina de fiar em 1770 a possibilidade de fiação de vários fios ao mesmo tempo. Avanços como estes tiveram por base profundas alterações no processo produtivo, abrindo caminho para o surgimento do trabalhador coletivo. Os novos equipamentos de grandes dimensões não mais poderiam ser trabalhados nas residências dos artesões e de forma familiar, pois seria necessário grande investimento para sua aquisição e instalação em grandes galpões, o que possibilitava a concentração de trabalhadores num mesmo local. Este progresso técnico viabilizou o crescimento de grandes fábricas em detrimento das pequenas unidades de produção familiar, também em outros setores, concentrando desta forma nas cidades a produção. O agrupamento da produção em um mesmo local reduzia os custos médios por ganhos de escala, estimulando tanto o consumo, pelo barateamento dos produtos, como a demanda de bens de capital (SOUZA, 1999, p. 47).

Além da indústria têxtil, setores como mineração, laminação de aço, navegação fluvial e construção de locomotivas tiveram avanços consideráveis com a utilização da máquina a vapor em substituição à força hidráulica. Nesta fase a Revolução Industrial se expande para toda a economia, principalmente através da produção de aço e da construção de novas ferrovias e da navegação (Op. cit.).

As principais inovações tecnológicas que alteraram de forma decisiva o hiato

entre processo de produção e processo de trabalho promovido pela Revolução Industrial foram basicamente a introdução da máquina de fiar na indústria têxtil, a substituição do carvão vegetal pelo carvão mineral, a invenção da máquina a vapor, que possibilitou a expansão do setor de transportes e da siderurgia. Tiveram, portanto, a função de transformar as unidades de produção artesanal familiar em grandes indústrias, o trabalho familiar em trabalho assalariado e criar as bases para a acumulação de capital, com reflexos em toda a história da humanidade.

Na produção artesanal, a mecanização resultou na transformação substancial e no eventual deslocamento do processo de produção herdado, criando a base para a reorganização radical na divisão social do trabalho e para o surgimento da indústria moderna (GOODMAM; SORJ; WILKINSON, 1981, p. 9).

Embora tenha atingido todos os setores da economia, transformando suas relações de produção, distribuição e consumo, na agricultura as inovações tecnológicas não alteram de forma definitiva e completa a relação entre processo de produção e processo de trabalho; neste sentido, a apropriação industrial do processo de produção rural, conforme entende Goodmam, Sorj e Wilkinson (1981, p. 5) é incapaz historicamente de transformar o sistema agroalimentício, da produção agrícola até o consumo final do alimento, como um todo unificado. Ou seja, através de apropriações parciais as inovações tecnológicas iniciadas com a Revolução Industrial intervêm em pontos isolados da cadeia produtiva rural possibilitando acumulação de capital na agricultura.

Assim como na indústria, as inovações tecnológicas também aumentaram a produtividade da agricultura, porém, não tiveram o êxito de transformar por completo a relação entre processo de produção e processo de trabalho.

De acordo com Goodmam, Sorj e Wilkinson (1981) a agricultura tem-se constituído no principal obstáculo à imposição de um processo de produção capitalista

unificado no sistema agroalimentício e, conseqüentemente, à capacidade de revolucionar os meios de produção. Mesmo que as inovações tecnológicas tenham a capacidade de elevar a produção agrícola, não representa neste setor o mesmo que em outros setores da economia, ou seja, não participa de todo o processo. Qual seriam então as particularidades da agricultura, para que o impacto da industrialização seja tão diferente que nos demais setores? O que ocorre é que somente neste setor fatores naturais como a terra, a natureza orgânica e o espaço têm participação decisiva no processo produtivo.

Na agricultura os principais avanços promovidos pela inovação tecnológica estão relacionados com o processo de produção rural, refletidos na mecanização, nas inovações químicas e genéticas. No entanto apenas algumas atividades agrícolas foram possíveis de acumulação capitalista, tornando suscetíveis de reprodução industrial. “O desenvolvimento capitalista da agricultura é assim caracterizado pela apropriação industrial de atividades discretas, em marcante contraste com a transformação da produção artesanal doméstica e rural.” (GOODMAM; SORJ; WILKINSON, 1981, p. 6).

Ainda conforme Goodmam, Sorj e Wilkinson (Ibid.), o desenvolvimento capitalista da agricultura é, assim, conceituado como o movimento competitivo dos capitais industriais a fim de criar setores de acumulação através da reestruturação do processo recebido de produção rural “pré-capitalista”. A relação entre agricultura e Capitalismo se dá então sob esta forma. Alguns setores nos quais as limitações naturais são superadas possibilitam a apropriação por parte do capital rompendo então os limites impostos à acumulação; no entanto, apesar do processo de apropriação capitalista existir parcialmente, ainda assim estaria limitado e relacionado com os fatores não reprodutíveis da agricultura, o caso específico da terra e da natureza, sendo desta maneira a grande diferença deste setor com os demais da economia, ou seja, mesmo nos casos de apropriação parcial de setores específicos da cadeia produtiva da agricultura, a acumulação de capital continua dependente

dos elementos naturais e específicos do mundo rural.

Diferentemente dos setores industriais tradicionais derivados do processo de produção artesanal, onde as inovações tecnológicas serviram como redutor do hiato entre processo de produção e processo de trabalho, criando assim as bases para profundas mudanças na divisão social do trabalho e conseqüentemente a formação da indústria moderna. Na agricultura estas inovações embora tenham aumentado o nível de produção agrícola serviram também para acentuar estas diferenças, não provocando assim como na indústria tão profundas mudanças na divisão social do trabalho. Os processos de produção baseados em fatores naturais permanecem intocáveis e em muitos casos insubstituíveis, limitando as inovações a instrumentos de trabalho como no caso da mecanização da terra, que permanece com a mesma função e a mudança tecnológica apenas fornece a possibilidade de aumento na produtividade.

As inovações tecnológicas como apropriações parciais na agricultura serviram de base para o aumento da produtividade, a mecanização no preparo da terra e as inovações tecnológicas promovidas pela indústria química e na genética, tornaram possível que os produtos agrícolas fossem produzidos em grandes escalas, sem, no entanto, alterar os ciclos biológicos destes produtos. A não ser em casos específicos de produtos que tiveram a capacidade de romper completamente o ciclo de produção natural, substituindo por completo os produtos agrícolas, o caso específico da indústria de substitutos de alimentos como a margarina, a fibra sintética e outros produtos que passaram a ser concorrentes diretos dos produtos genuinamente agrícolas¹.

Inovações tecnológicas na agricultura criaram assim setores específicos de acumulação de capital na indústria que em seguida foram incorporados ao processo de

¹ GOODMAM et al (1981), desenvolve o conceito de substitucionismo, para explicar o processo de industrialização integral na agricultura, para ele o paradigma do substitucionismo é dado pela indústria química e pelo desenvolvimento dos sintéticos, produzindo produtos que competem diretamente com os produtos agrícolas.

produção agrícola.

A indústria de implementos agrícola, ligada diretamente a outros setores como: metalurgia, petroquímica e etc., ampliaram suas atividades gerando novos empregos, como também alterando a forma de trabalho no campo e a necessidade de maiores qualificações.

“À medida em que cada avanço integrou-se numa seqüência, produziu-se como resultado o estabelecimento de um novo sistema integrado de operações, que permitiu a multiplicação da área total que podia ficar aos cuidados de um único homem”(DANHOF apud [GOODMAM; SORJ; WILKINSON, 1981, p. 12](#)).

Muitos outros setores, além da indústria de implementos agrícolas serviram de base ao aumento da produtividade da agricultura. A indústria de fertilizantes e defensivos agrícolas desenvolve suas atividades em função deste aumento, servindo também de base para aumento de produtividade da agricultura, a utilização de fertilizantes industriais libera o processo de produção agrícola da dependência com relação aos nutrientes naturais do solo, possibilitando aos de baixa qualidade níveis maiores de produtividade. A utilização em grande escala destes insumos agrícolas transforma este setor em mais um segmento de apropriação industrial na agricultura.

Um outro aspecto importante na relação entre agricultura e inovações tecnológicas está relacionado com o melhoramento genético dos produtos agrícolas. Há muito tempo, por seleção natural, a produção rural procura melhorar sua produtividade; no entanto, com a evolução das relações de produção em outros setores da economia o melhoramento genético passa a ser também um setor possível de apropriação industrial, fornecendo para a agricultura a possibilidade de sementes e espécies melhoradas, adaptadas a determinadas regiões e contextos, possibilitando também considerável aumento de produtividade. Variedades com alto poder de rendimento são introduzidas no processo produtivo após uma profunda transformação industrial.

Na produção de animais, diferentemente da produção de grãos, a terra não representa um fator intransponível ao processo de produção, sendo desta forma superado através de técnicas de confinamento e a própria mobilidade dos animais. Desta forma este setor conforme entendem Goodmam, Sorj e Wilkinson (1981, p. 36) “é mais propício à absorção de tecnologias avançadas desenvolvidas em outros setores industriais”. A eliminação das dependências dos fatores naturais no processo produtivo consiste então na total transformação capitalista do setor rural que dependente dos fatores naturais passa a ter como concorrente principal produtos similares produzidos em grande escala pelos mesmos processos dos produtos industrializados em outros setores da economia.

O aumento da produção agrícola como resultado de inovações tecnológicas parciais ou integrais, não representaram como em outros setores retornos mais elevados ao capital investido na produção rural. O aumento da oferta de produtos agrícolas contribui para que os preços destes produtos sempre estivessem em patamares mínimos de remuneração dos fatores de produção do setor. O caráter limitado das inovações tecnológicas para que o aumento da produção consista em aumento de renda, está na característica atomizada que a agricultura possui. Sempre que um determinado segmento consegue ganhos maiores pela redução nos custos médios de produção, automaticamente, outros produtores na busca destes rendimentos, também adotam as inovações, conseqüentemente o aumento na oferta de produtos agrícolas faz com que os preços sejam pressionados para baixo. Isto significa que na produção agrícola capitalista, o desenvolvimento tecnológico acaba por pressionar permanentemente os preços, tornando-os próximos à remuneração dos fatores de produção.

Por que então se na agricultura a rentabilidade é tão baixa com relação a outros setores, os produtores não tomam a decisão de deixar o setor na busca de outras oportunidades com melhores retornos para o capital investido? Se no Capitalismo o objetivo principal de cada empreendimento privado é a maximização dos recursos aplicados, a agricultura como

setor produtivo, também estaria inserida nas regras da lógica da acumulação capitalista? A resposta para este paradoxo está conforme estabelece Abramovay (1992, p. 210) no processo de organização das atividades rurais e a participação decisiva do estado, garantindo preços e renda aos produtores. Para ele, “o estado acaba por responder pela própria formação de renda do setor”, garantindo assim condições para que a agricultura forneça produtos a preços baixos.

A pulverização da oferta agrícola, a estrutura fundamentalmente concorrencial que marca o setor são os responsáveis por uma conduta em que a baixa remuneração dos fatores pode ser não somente compatível, mas decisiva para a própria busca incessante do progresso técnico. O agricultor procura adiantar-se numa corrida onde não pode evitar que seu próprio deslocamento para a frente transforme-se em força propulsora de velocidade de seus concorrentes (Ibid., p. 217).

Conforme sustenta o referido autor, não seria somente a participação do estado garantindo preços e renda que motivaria os agricultores a permanecerem neste setor. A renúncia à renda presente seria compensada pela valorização das propriedades fundiárias garantindo, assim, rendas futuras.

Ao fornecer produtos a preços baixos pela ação do estado ou pela ação competitiva dos produtores, o aumento da oferta de produtos agrícolas não estaria assim relacionada com o mecanismo de preços, seria desta forma um setor com oferta inelástica. Mais uma vez a participação do estado seria decisiva. Garantir preços mínimos possibilitaria também que a agricultura no Capitalismo colaborasse com o crescimento de outros setores industriais, liberando renda do orçamento familiar para o consumo de outros bens, a transferência de renda entre setores marcaria então a importância deste setor no Capitalismo industrial, ou seja, além da liberação da renda nos orçamentos familiares para bens de consumo durável, contribuiria com a redução do custo da reprodução da força de trabalho.

Neste sentido, o mecanismo de preços permite uma verdadeira transferência intersetorial de renda, na qual se beneficiam não só setores que lidam diretamente com a compra de produtos agrícolas e a venda de insumos e máquinas, mas o conjunto do sistema econômico, pelo caminho da redução da parte do orçamento das famílias dedicadas diretamente à alimentação (Ibid., p. 222).

Esta seria então a grande contribuição da agricultura aos demais setores da economia capitalista: liberar renda dos trabalhadores para o consumo de bens duráveis e assim incentivar o crescimento da indústria em geral, setor que por mais competitivo que possa vir a ser está muito distante do nível de competitividade da agricultura e com isto possível de rentabilidades maiores. Desta forma, para que a agricultura cumprisse este papel, jamais poderia ser um setor com grandes rentabilidades, não sendo possível a acumulação de capital nos moldes dos setores industriais.

Nasce aqui a regra comum da agricultura capitalista apontado por Abramovay (1992, p. 157), “que é em torno do estabelecimento familiar que se estrutura socialmente a agricultura nos países avançados”. Não podendo atender as exigências da acumulação capitalista em reduzir as diferenças entre processo de produção e processo de trabalho na agricultura, caberia então as unidades de produção familiar o espaço natural de reprodução.

O caráter familiar da produção agrícola, a constante busca pelos avanços tecnológicos, a elevada participação do estado na fixação dos preços e garantia de renda mínima, a transferência de renda e a dependência de fatores naturais como a terra e a natureza no processo produtivo, são algumas das principais particularidades que fizeram da agricultura no Capitalismo industrial um setor a ser superado pela acumulação de capital.

Especificidade da agricultura e especificidade camponesa

Tendo a agricultura a particularidade de depender de fatores naturais e de elementos vivos e desta forma consistir num setor a ser superado pela acumulação de capital, possibilita que através da especificidade da produção camponesa encontre o espaço para seu desenvolvimento. Desta forma a especificidade da agricultura consiste na especificidade camponesa ou da produção familiar.

Ainda de acordo com Abramovay (1992, p. 235) “A especificidade social e econômica da agricultura no Capitalismo contemporâneo só é explicável valendo-se da base natural em que se assenta”. Em função desta especificidade o processo de mecanização não eliminaria o caráter familiar da produção como ocorreu com os demais setores da economia. Na produção manufatureira a introdução das inovações tecnológicas alterou substancialmente a ordem seqüencial das operações, modificando por completo o processo de trabalho através da diminuição do intervalo de tempo entre as fases da produção, o que não ocorre com a agricultura.

Na agricultura a ordem natural dos seres vivos é que determina as seqüências e o tempo das operações produtivas. Por mais que as inovações tecnológicas tenham procurado reduzir o tempo de trabalho e acelerar a produção, neste setor a ordenação natural e biológica da natureza é que determinará as relações de produção, sendo, portanto, um entrave ao processo de produção industrial e a acumulação de capital. Desta forma, “ no sentido estrito do termo, a agricultura é apenas a exploração pelo homem de certos processos biológicos: a reprodução e o crescimento de vegetais e animais domésticos”. Abramovay apout Servolin (1992, p. 236)

Diante da impossibilidade do grande capital ter na agricultura a mesma relação de trabalho e também tirar dela maiores rendimentos, assim como nos demais setores da economia, caberiam então ao campesinato e à produção familiar, o espaço necessário para seu desenvolvimento. Portanto, é mediante as particularidades do setor rural que a agricultura familiar encontra as condições para sua ação no processo de produção capitalista.

Quais seriam então as particularidades do campesinato para que tornasse possível sua participação tão decisiva no contexto da produção agrícola? A análise destas particularidades deverá ser feita levando em consideração todo o contexto histórico em que se estabelece esta relação. O campesinato tem sido objeto de estudo e questionamento por parte

da comunidade acadêmica ao longo da história do pensamento econômico.

Nos estudos sobre o tema, algumas convergências indicam o seguinte: a economia camponesa tem por base a propriedade dos meios de produção, a predominância do emprego de trabalho não assalariado, a produção para subsistência e o processo de decisão interno regulado por laços de parentesco funcionando com lógica própria dentro do sistema capitalista; porém diversos autores procuraram estabelecer de forma mais profunda suas particularidades. Neste sentido para Costa (1979, p. 114) camponeses são aquelas famílias que,

[...] tendo acesso a terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural – extrativa, agrícola e não agrícola – desenvolvida de tal forma que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado desta alocação.

Tendo a produção camponesa por base a produção familiar, Chayanov em seu trabalho “A Organização da Unidade Econômica Camponesa”, destaca a importância das decisões familiares no processo de produção, para ele “ la composición familiar define ante todo lo límites máximo y mínimo del volumen de su actividad económica”(CHAYANOV, 1974, p. 51). Sendo a quantidade de produto determinado pela necessidade de consumo da família e o número de membros que a compõe.

Tomando por base que as unidades de produção camponesas decidem o que e quanto produzir pelas necessidades e capacidade familiar, podemos então como faz Costa (2000, p. 114 – 116), relacionar a capacidade de trabalho de cada família como sendo seu limite máximo de produção e a quantidade de trabalho necessário para suprir suas necessidades de consumo e como esta relação se verifica sobre as influências do mercado e dentro de um contexto histórico em função de seus hábitos e cultura. Desta forma criar-se-ia na unidade de produção camponesa um ponto de acomodação entre capacidade de produção e necessidade para suprir o orçamento doméstico de consumo.

Em Chayanov (1974), esta relação se estabelece como uma lógica interna da unidade camponesa, de forma que o trabalho marginal de cada unidade produzida dependerá do grau de utilidade marginal do consumo das mesmas. Os camponeses desprendem um esforço pelo trabalho muito grande para as primeiras unidades produzidas. À medida que o consumo familiar vai suprimindo as necessidades da família este esforço vai diminuindo. O ponto de equilíbrio se dá por esta relação.

La producción del trabajador en la exploración doméstica se detendrá en este punto de natural equilibrio porque cualquier otro aumento en el desgaste de fuerza de trabajo resultará subjetivamente desventajoso. Cualquier unidad doméstica de exploración agraria tiene así un límite natural para su producción, el cual está determinado por las proporciones entre la intensidad del trabajo anual de la familia y el grado de satisfacción de sus necesidades. (CHAYANOV, 1974, p. 85).

Qualquer unidade produzida a mais que o orçamento familiar, consiste em um esforço que o camponês não estaria disposto a assumir. Nesta perspectiva, em momento de elevação de preço, o orçamento familiar seria provido com menos esforço de trabalho. Outro elemento importante em suas formulações está na importância para a produção camponesa do tamanho de cada família ou pela capacidade de trabalho de cada unidade familiar. “Porém, mesmo tendo seu funcionamento determinado através de uma lógica interna completamente diferente dos demais setores da economia, a especificidade camponesa” conforme destaca Costa (2000, p.115) se reproduz na realidade social do Capitalismo e é determinada não somente por condições internas chayanovianas, mas também, mediadas pelas condições sociais que caracterizam o meio ambiente e o contexto social da unidade de produção camponesa.²

Tais dinâmicas, como já se frisou, resultam de impulsos provenientes de uma racionalidade reprodutiva micro que, todavia, decide, de uma parte em resposta a tensões que a transcendem, pois provenientes de forças que não visualiza e sobre as

² Para uma compreensão mais detalhada do modelo desenvolvido por Costa para explicar a especificidade da unidade de produção camponesa ver o trabalho publicado pelo autor como: Racionalidade Camponesa e Sustentabilidade (1994) e Formação Agropecuária da Amazônia: Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável (2000).

quais não tem nenhum controle – as forças estruturais das condições sociais mediatas de sua reprodução; de outra parte, decide a partir de condições objetivas do ambiente sócio-econômico no qual se insere, que se lhes apresentam na forma de disponibilidades tangíveis, a saber, as condições sociais imediatas de sua reprodução: as condições de acesso a terra; as condições de acesso a mercados; as disponibilidades tecnológicas e as condições de comunalidade, (COSTA,1994, p. 30)

Tomando por base o processo de decisão interno das unidades de produção camponesa, que mesmo em contextos históricos diferentes se comportam com uma lógica própria aplicável em todas as conjunturas em que se insere, tem-se então uma explicação coerente da especificidade camponesa e sua reprodução.

Em seu livro *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, Otávio Velho refere-se à produção camponesa como uma forma subordinada de produção, considerando desta maneira como uma forma não capitalista dentro do sistema capitalista, e assim como Marx, um modo de produção particular. “Sugerimos, no entanto, que a produção camponesa afora ser tratada como um modo de produção deveria ser vista como necessariamente subordinada, constituindo, portanto, um modo de produção subordinado.” (VELHO, 1979, p. 51). Para o mesmo autor o que garante a reprodução do campesinato é justamente sua subordinação ao modo de produção dominante, mesmo assim mantendo traços particulares de relação com os fatores de produção.

Ao se referir à produção camponesa como uma forma subordinada de produção, Velho (1971, p. 52), considera então o campesinato como uma forma não-capitalista de produção, ou uma forma específica de produção subordinada e dependente de uma outra superior. Desta maneira, a produção camponesa teria um espaço limitado para seu desenvolvimento, como também estaria ligada intimamente com as particularidades e influências do modo de produção capitalista. A relação entre modo de produção específico e subordinação estabeleceria então a possibilidade de existência e reprodução das unidades de produção camponesa.

Para Tepich (1973, p. 1) “ a exploração camponesa guarda a preponderância no

seio do setor agrícola, quaisquer que sejam as forças que a subjagam”, também trata a economia camponesa como um modo de produção específico. De acordo com o referido autor, os traços básicos da economia camponesa estão relacionados com o caráter familiar da produção e do processo de tomada de decisões, de suas relações com os fatores de produção, de suas relações com o mercado, como também com sua renda.

Partindo da premissa de que a economia camponesa tem por base o trabalho familiar, a posse dos meios de produção é que decide produzir para suprir suas necessidades básicas de consumo. Podemos, portanto, definir uma relação lógica de suas atividades para por fim estabelecer seu nível de equilíbrio entre consumo e produção, relação esta completamente diferente das demais atividades econômicas. Podemos ainda afirmar que embora as evoluções tecnológicas tenham ao longo da história da humanidade alterado o processo produtivo e as relações sociais, de certa forma eliminou por definitivo a viabilidade dos empreendimentos familiares tradicionais. Na agricultura verifica-se o contrário a relação familiar de produção é predominante através das unidades camponesas e mesmo em países desenvolvidos tem elevada participação na formação dos produtos agrícolas.

Desta forma a especificidade da agricultura possibilita que um processo produtivo com base nas decisões da estrutura familiar tenha um peso tão substancial, e assim como afirma Abramovay (1992, p. 19) “é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constituiu a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações desenvolvidas”. No entanto, sua participação decisiva não seria somente uma particularidade das economias desenvolvidas. Estudo realizado por Costa (2000) na região Amazônica brasileira demonstram que a participação da agricultura familiar no valor bruto da produção é decisiva nos produtos de lavoura temporária ou até mesmo nos produtos de

lavoura permanente³.

A hipótese do fim do campesinato

Muito embora estudos empíricos venham demonstrando que a produção agrícola familiar tem uma participação decisiva na oferta de produtos em economias desenvolvidas e em processo de desenvolvimentos, ou seja, em contextos econômicos diferentes; não é unanimidade no pensamento econômico a hipótese de permanência no Capitalismo deste setor da atividade rural.

Na perspectiva de que o campesinato é uma atividade inexoravelmente fadada ao fracasso e então determinada a sucumbir com o avanço das atividades capitalistas no campo, estão o pensamento de alguns autores que tem se preocupado com o tema, tendo os mesmos por base o pessimismo que Marx tinha com relação à sobrevivência desta forma de produção em meio ao avanço capitalista.

A que se daria então este pessimismo? A principal obra de Marx “O Capital”, trata especificamente do modo de produção capitalista, ou seja, como se dá o processo de produção, distribuição e consumo de mercadorias num sistema em que a acumulação de capital é o objetivo final; o processo de produção de mercadoria é para Marx o centro do sistema. Acontece que a especificidade camponesa como já mencionada anteriormente foge completamente aos princípios estabelecidos pela produção de mercadorias comumente observado nos demais setores. Portanto, ao se preocupar com a lógica do modo de produção capitalista como dominante, não restaria em Marx outra alternativa que o fracasso do campesinato, a eliminação do mesmo no Capitalismo seria uma questão de tempo.

³ Para um maior aprofundamento sobre a participação da agricultura familiar no valor bruto da produção agrícola na Amazônia brasileira ver os trabalhos publicados por COSTA (2000).

Para entender o pessimismo de Marx com relação ao campesinato se faz necessário uma compreensão mais detalhada de suas idéias com relação à lógica interna da sociedade capitalista, que possui como marca principal o trabalho assalariado, a propriedade privada dos meios de produção e conseqüentemente a divisão de classes sociais (burguesia e proletariado), bem como o processo de acumulação de capital.

Se, do ponto de vista marxista, é possível falar conceitualmente em classe operária e burguesa, campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do Capitalismo (ABRAMOVAY, p. 35).

No livro III de “O Capital”, Marx expõe de forma clara seu pensamento com relação ao futuro do campesinato, ao afirmar que o mesmo contribuía com “uma classe permanente de bárbaros à margem da sociedade, que conjuga toda a brutalidade de formas sociais primitivas com todas as torturas e toda a miséria de países civilizados.” (MARX, 1978, p. 250). No caminho da impossibilidade de adaptação da agricultura camponesa em função de sua incapacidade estrutural de internalizar sobre-trabalho no seu processo produtivo, condição básica para sobrevivência de uma unidade produtora capitalista.

Para Marx não existe produção possível sem trabalho passado acumulado e que entre outras coisas o capital seria também trabalho passado objetivado, podendo ser então considerado como um instrumento de produção e o único mecanismo de transformação do capital em instrumento de produção seria o mais trabalho. Desta forma, para Marx o camponês não está fora do mercado e como tanto, faz parte de suas relações; por estar imerso nessas relações, outras necessidades são criadas continuamente. Sendo o camponês um “jogador oportunista”, a sua produção mercantil jamais se tornaria um modo de produção dominante e, como tal, pode estar presente e desenvolver sob diferentes modos de produção. A teoria geral (sistema econômico global) explica melhor as forças que se opõem à reprodução de toda a economia mercantil simples. Marx se propõe a explicar porque o

camponês cede parte do seu trabalho excedente à sociedade, sendo esta a causa para que não acumule capital e porque não inclui seu trabalho como parte substancial dos custos de produção. Ao transferir assim para a sociedade parte do seu trabalho excedente, não acumularia capital, conseqüentemente seria baixo o nível de investimento no seu processo produtivo, como também ao não incluir parte do seu trabalho aos custos de produção estaria produzindo abaixo da relação de sua receita marginal e seu custo marginal, estabelecendo aí sua ineficiência capitalista.

Se para Marx o proletariado recebe como renda do seu trabalho o salário, o capitalista os lucros de suas atividades e o proprietário de terra a renda como arrendatário, como seria definida a renda dos camponeses? Logicamente não haveria explicação conceitual para seus rendimentos e automaticamente com o avanço das atividades capitalistas no campo ou se tornariam assalariados ou capitalistas. Desta maneira o campesinato seria visto como uma transição e sua existência se justificaria onde o Capitalismo se encontrasse pouco desenvolvido.

Ainda de acordo com o pensamento marxista, a possibilidade do valor da produção camponesa está acima do preço de mercado dos produtos e o mesmo não diminui sua produção, em conseqüência disso se justificaria também pela baixa composição orgânica de capital onde o Capitalismo se encontra pouco desenvolvido. No entanto, com o desenvolvimento das formas capitalistas de produção e automaticamente a elevação da composição orgânica de capital, a diferença entre o valor da produção e o preço do mercado aumentaria tornando inviabilizado por completo a produção camponesa.

Para Costa (1993, p. 4), o pessimismo de Marx se expressa na relação particular que o setor possui no plano de distribuição e troca das mercadorias. Diferentemente das empresas capitalistas, a unidade de produção camponesa continua produzindo enquanto os preços estão caindo. Esta particularidade do campesinato faz com que parte do trabalho desprendido nas mercadorias sejam repassados gratuitamente a outros setores da economia,

automaticamente tornando-os vulneráveis na competição capitalista e impossibilitados de absorver as inovações. Desta maneira, como os camponeses não incorporam o “sobretabalho” por eles gerados, não poderiam acumular capital suficientemente para seu crescimento, tendo assim como consequência seu fracasso.

Seguindo o pensamento marxista, para Lênin, não poderia existir outro destino para o campesinato a não ser se transformar em proletariado ou em burguesia; ao observar o avanço do Capitalismo no campo, para ele, não restaria outra alternativa. Algumas unidades de produção camponesas acabariam por se desenvolver mais rapidamente que as outras e com isto estabeleceria uma diferenciação no campo, entre unidades mais capitalizadas e outras menos capitalizadas, com o predomínio das primeiras; a transformação em unidades de produção capitalizadas as tornariam automaticamente na mesma perspectiva dos demais setores da economia, ou seja, sob a ótica da acumulação capitalista.

De acordo com Abramovay (1992, p. 43) as idéias de Lênin sobre o caráter diferenciado das estruturas produtivas camponesas no campo são circunstanciais, ao observar as questões políticas no interior da Rússia. Embora tenha proposto que a produção camponesa não se estabeleceria por definitivamente, não apresentou um conjunto de explicações mais aprofundadas para suas idéias.

Fora deste contexto político, é impossível compreender o traço básico do pensamento agrário de Lênin: a ênfase na diferenciação social do campesinato, presente nos seus escritos desde os primeiros trabalhos em 1893, e em torno do qual gira o que de mais importante ele produz no início de sua atividade intelectual, culminando com o clássico Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. (Ibid., p. 41).

Ainda conforme Abramovay (Ibid., p. 46), no livro “A Questão Agrária”, Kautsky destaca a superioridade técnica da grande produção capitalista com relação à pequena e o crescente empobrecimento dos camponeses tradicionais com o desenvolvimento do Capitalismo no campo. O fim da produção camponesa seria determinado pela incapacidade de incorporar no seu processo produtivo as inovações tecnológicas absorvidas pela indústria, o

contraste entre indústria e agricultura marcaria o centro de suas idéias; para o autor, somente as grandes propriedades seriam capazes de adotar técnicas mais avançadas, enquanto a pequena propriedade seria exterminada.

Por trás do pensamento de Kautsky, está o entendimento de que o camponês somente produz para subsistência, deixando esta condição na medida em que o avanço tecnológico nos demais setores da economia disponibilizasse novos produtos para o consumo, provocando aumento na demanda destes produtos e os camponeses tendo que satisfazer seus desejos produziria para o mercado, neste momento deixaria de ser camponês para ser um simples agricultor. Como simples agricultor não teria condições de competitividade com as grandes propriedades, configurando desta forma seu fracasso como unidade de produção e ao camponês a migração para as cidades ou sua proletarização.

Dados empíricos estudados nas principais economias desenvolvidas, como também nas economias em desenvolvimento, acabaram por demonstrar que a tese da eliminação da produção camponesa não se verificou, pelo contrário, é uma atividade com participação decisiva na oferta de produtos agrícolas e pecuários, configurando-se desta maneira, em elemento decisivo para o estudo da produção agrícola. Sua sobrevivência desafia as idéias dos autores analisados acima, mesmo que de maneira breve, como também de seus mais ferrenhos seguidores.

Mesmo que as formas de produção camponesas tenham se alterado ao longo da história, fazendo com que seu conceito seja revisto e ampliado, é indiscutível a tese apontada por Abramovay (1992) como o paradigma da produção agrícola nos países desenvolvidos de que, é sob bases familiares que repousa a agricultura nos países desenvolvidos, tese esta também comprovada nos estudos de Costa (2000a) sobre a participação da agricultura familiar na Amazônia e que procuraremos demonstrar também ao analisarmos os dados do censo para a Região Tocantina maranhense.

A hipótese da permanência do campesinato

Contrariando as predições de Marx, Lênin e Kautsky, Chayanov (1974) procura demonstrar a permanência do campesinato como unidade de produção no Capitalismo, através da construção de um modelo teórico particular. Ao contrário do que faz Marx quando ao explicar o sistema econômico capitalista e a acumulação de capital prevê a impossibilidade de sobrevivência do campesinato neste sistema, Chayanov (Ibid.) partindo das relações internas inerentes ao campesinato procura, explicar sua participação no sistema econômico como um todo.

Se tomarmos por base que o campesinato implica necessariamente em trabalho familiar e que em qualquer que seja a unidade de produção o trabalho consiste em um dos seus principais elementos explicativos, Chayanov (Ibid.) parte da constatação e explicação de como se verifica o trabalho familiar no processo de produção, para assim definir seus pressupostos. O trabalho familiar e como a família decide utilizá-lo é para ele o centro de suas atenções. Contrariando o princípio da utilidade marginal do trabalho, estabelece que o camponês decide trabalhar e para isto emprega todos os recursos disponíveis até o ponto em que satisfaz suas necessidades de consumo. Independentemente de como comercializa seus produtos e em que contexto o faz, a família toma a decisão de produzir para satisfazer suas necessidades, enquanto isto não acontece continua trabalhando independentemente dos preços de seus produtos.

A quantidade de trabalho empregada no processo produtivo será desta forma determinado pelo número de membros aptos ao trabalho que a família possui, sendo assim, a atividade econômica será determinada pela capacidade de trabalho, ou seja, o grau de atividade determinará o tamanho de cada família “debemos aceptar que el carácter de la familia es uno de los factores principales em la organización de la unidad económica

campesina” (CHAYANOV, 1974, p. 51).

E ainda:

Cada familia, entonces, según su edad, constituy en sus diferentes fases un aparato de trabajo completamente distinto de acuerdo com su fuerza de trabajo, la intensidad de la demanda de sus necesidades, la relacion consumidor-trabajador, y la posibilidad de aplicar los principios de la cooperación compleja. (Ibid., p. 55).

A família seria de certa forma um todo indivisível e sua renda determinada pela quantidade de trabalho. Até que ponto então estariam dispostos a trabalhar os camponeses tendo em vista que trabalho implica em esforço ou fadiga? O estímulo ao esforço e à fadiga seria a possibilidade de suprir suas necessidades de consumo e para isto estariam dispostos a trabalhar até o ponto de satisfazê-la, não estando disposto portanto a trabalhar além deste limite.

La producción del trabajador em la exploración doméstica se detendrá en este punto de natural equilibrio porque cualquier otro aumento en el desgaste de fuerza de trabajo resultará subjetivamente desventajoso. Cualquier unidad domestica de exploración agrária tiene así un limite natural para su producción, el cual está determinado por las proporciones entre intensidad del trabajo anual de la familia y el grado de satisfacción de sus necesidades, (Ibid., p. 85).

De acordo com Costa (1993, p. 7),

para a perspectiva Chayanoviana o caráter específico da unidade camponesa leva a uma economia sem determinações derivadas das grandezas socialmente determinadas, tanto do lucro e renda da terra, quanto do lucro. Partindo daí, Chayanov formula sua teoria do investimento camponês.

Tendo assim no “rendimento anual do trabalho” sua principal grandeza, vista pelo autor de duas maneiras: uma como um valor planejado, um orçamento a ser suprido e um objetivo a ser alcançado por todos os membros da família e para tanto estarão dispostos a desprender esforço e fadiga e como valor realizado, no qual o rendimento anual influi nas decisões de alocação do trabalho futuro e das inovações tecnológicas que devem ser adotadas para que o orçamento familiar seja alcançado.

O tempo de trabalho em cada unidade camponesa será determinado pela necessidade de consumo, fazendo com que o aumento destas necessidades eleve a taxa de exploração do trabalho familiar. Desta forma verificamos nas suas idéias que o grau de auto exploração é determinado pelas necessidades de consumo de cada unidade camponesa e a penosidade do trabalho. Fica então estabelecido através desta relação uma análise microeconômica do campesinato para explicação de sua capacidade de investimento e conseqüentemente de reprodução.

O equilíbrio microeconômico das unidades de produção camponesas se daria através da igualdade entre a utilidade marginal do consumo com o grau de fadiga do trabalho, ou seja, o camponês estaria disposto a trabalhar e com isto empreender esforço físico até o momento que suprisse seu orçamento familiar, a partir de então a utilidade marginal do consumo seria menor que o grau de penosidade do trabalho. Tanto a utilidade marginal do consumo quanto o grau de fadiga do trabalho se daria por elementos subjetivos, estando, portanto, sujeito a mudanças em qualquer momento. Uma elevação nos preços provocaria um aumento de produtividade tendo em vista que menos trabalho seria necessário para atingir as necessidades de consumo de cada unidade de produção, alterando o equilíbrio microeconômico. “En otras palabras, un aumento en la remuneración de una unidad de trabajo en la explotación doméstica produce un aumento en el rendimiento anual u en el bienestar familiar con una menor intensidad de trabajo en el año” (CHAYANOV, 1974, p. 88).

Ainda com base em Costa (1993), da relação entre a penosidade do trabalho e a utilidade marginal do consumo, Chayanov derivaria toda uma teoria da produção e também uma do investimento camponês.⁴

⁴ A fundamentação teórica de Chayanov (1974) pode ser melhor explicada através da análise gráfica. O autor propõe uma curva que mede o grau de penosidade do trabalho com inclinação positiva e uma curva com inclinação negativa representando a utilidade marginal do consumo. Qualquer deslocamento ao longo da curva de penosidade do trabalho implica necessariamente em alteração no grau de fadiga, se o deslocamento é para baixo a penosidade do trabalho aumenta à medida em que

Ao analisar o equilíbrio microeconômico proposto por Chayanov (1974), Abramovay (1992, p. 60) afirma ser através do mesmo possível compreender a maneira pela qual esta atividade se insere socialmente, “em outras palavras, o mercado, a disponibilidade de terras e o padrão tecnológico disponível são fatores dos quais o camponês se serve na montagem de seu objetivo econômico fundamental”. Mesmo se servindo destes elementos é somente através do balanço entre trabalho e consumo que se pode entender a base da existência camponesa como unidade de produção.

Ampliando as colocações de Chayanov (1974), Tepich (1973) relaciona também como elemento importante na explicação da permanência do campesinato os fatores socioeconômicos em que se insere a unidade de produção camponesa. Ao fazer ligação entre variáveis endógenas e exógenas, porém é no interior das famílias que encontra os mecanismos de reprodução, através do que denomina forças “marginais e intransferíveis”. Estas forças particulares da unidade de produção camponesa explicariam as relações internas enquanto as relações externas com o mercado e demais mecanismos sociais dão provas de sua sobrevivência. No entanto, com o aprofundamento das relações sociais representadas pelo avanço tecnológico no campo levaria a sua degradação.

Para Tepich (1973), o campesinato está longe de ser uma categoria universal com potencial de incorporar as mais variadas sociedades, aparecendo como uma especificidade tal que o desenvolvimento capitalista acabaria por exercer um efeito desagregador.

Com efeito ao relacionar variáveis endógenas com exógenas apresenta novos elementos na explicação da capacidade de sobrevivência camponesa. Para tanto caracteriza a economia camponesa através da predominância do trabalho familiar e suas relações internas, da relação entre os fatores de produção, das relações entre economia camponesa e o mercado

diminui o grau de satisfação. Ressalta-se ainda que a inclinação destas curvas é determinada por fatores subjetivos. Para um melhor entendimento destas questões ver: Abramovay (1993) Costa (1993), Tepich (1973) e Chayanov (1974).

e da relação entre o trabalho camponês e sua renda, exposto neste trabalho quando tratamos da especificidade da agricultura e do campesinato.

Do equilíbrio interno da produção camponesa, através da relação entre grau de fadiga com o trabalho e utilidade marginal da renda, proposto por Chayanov (1974), Costa (1993 e 2000) procura determinar os elementos externos que podem alterar este equilíbrio, demonstrando a capacidade de investimento das unidades de produção camponesa. Sua análise parte da observação já feita por Marx (1978) e Chayanov (1974) de que a produção camponesa está inserida no mercado, portanto, sob seus efeitos. Desta maneira,

se é verdade que a unidade camponesa orienta-se por uma tendência de equilíbrio estabelecido a partir das condições internas derivadas do fato de ser unidade de produção e consumo é também que sua realidade efetiva-se por contínuos desvios em relação a esta acomodação (COSTA, 2000, p.13).

Os desvios no ponto de acomodação seriam provocados por fatores externos, atuando de forma a alterar o tempo real de trabalho de cada unidade de produção que seria necessário para atingir o orçamento doméstico. Segundo o autor outra grandeza importante para o camponês é o tempo total de trabalho possível de ser desenvolvido por toda a família. Desta maneira a produção camponesa teria como fatores determinantes o tempo total de trabalho para alcançar a satisfação de suas necessidades de consumo e a capacidade de trabalho de cada família como sendo o somatório da capacidade de trabalho de cada um de seus membros.

A estratégia de alocação de trabalho seria minimizar a relação entre o orçamento familiar e o total real de trabalho, ou seja, fazer com que suas necessidades de consumo fossem alcançadas com esforço mínimo, minimizando assim os desvios entre: tempo de trabalho realmente despendido e o orçamento de acomodação. Para o autor, uma unidade camponesa seria conservadora no processo de inovação sempre que o dispêndio total de trabalho fosse próximo de sua capacidade total de trabalho, neste caso toda mudança

implicaria em risco, uma vez que sua capacidade total de trabalho estaria comprometida com a produção. Se, pelo contrário, produzisse no nível em que a quantidade total de trabalho despendido fosse próximo do nível de acomodação, não haveria também incentivos ao investimento, o nível ótimo de investimento na unidade camponesa seria dado sempre que o trabalho total despendido não estivesse em um limite ou em outro, nem próximo da capacidade máxima de trabalho nem próximo do nível de acomodação.⁵

Quer por elementos internos ao seu funcionamento, quanto pela associação de mecanismos externos, a possibilidade de reprodução das unidades de produção camponesa é explicada e comprovada ao longo do desenvolvimento capitalista. Os autores analisados anteriormente expressam esta condição através de dados empíricos quer em economias desenvolvidas como também nos países em desenvolvimento. Longe de ser uma atividade em extinção, as unidades de produção agrícola com base no trabalho familiar, consiste em um setor que sobrevivendo às predições pessimistas, desenvolve-se amplamente.

A recriação do campesinato na fronteira como mecanismo da dinâmica agrária no Brasil

O processo de ocupação territorial no Brasil teve como característica básica a preponderância da grande propriedade em detrimento da pequena. Dados do recenseamento de 1950, já apontavam para esta realidade na estrutura agrária. Do total de estabelecimentos apenas 9% eram maiores que 200 ha, representando 75% da área total, (PRADO JÚNIOR, 2000)

Outra característica da estrutura agrária brasileira apontada por Prado Júnior (2000) e Gadelha (1997), é a relação entre a grande propriedade e a forma de sua utilização;

⁵ Para um melhor entendimento da capacidade de investimento camponês ver: Costa (2000).

ao longo da nossa história os proprietários das pequenas propriedades geralmente utilizam a terra como única fonte de subsistência, enquanto os proprietários das grandes propriedades utilizam como reserva de valor, com exceção da Região Sul, esta característica é dominante em todo o país.

Mesmo com esta concentração fundiária e com todas as implicações que a mesma traz para o desenvolvimento, a pequena propriedade teve uma participação decisiva na fronteira agrícola brasileira. Para Costa (2000, p. 49), “a fronteira agrícola pode ser entendida como contínuo avanço das formas camponesas sobre as áreas não desbravadas para a agricultura”, seria o lugar propício para o desenvolvimento de uma atividade que não encontrava espaço e apoio nas regiões centrais.

O processo de expansão das formas camponesas na fronteira agrícola é seguido pelo crescimento das fazendas e empresas agrícolas. Porém, pela característica da ocupação da Amazônia, esta ordem é em muitos casos invertida. De acordo com Costa (2000, p. 50), as fazendas e empresas agrícolas chegam no mesmo momento que as formas camponesas. Este fato pode ser explicado pelos incentivos governamentais, priorizando assim a grande propriedade na promoção do desenvolvimento local.

Uma demonstração deste fato são as transformações na forma de ocupação e exploração dos recursos naturais após a construção da BR 010 (Belém Brasília) na região Tocantina.

1.6 Campesinato e desenvolvimento.

O esgotamento dos recursos naturais e os sérios problemas ambientais causados pela intervenção econômica do homem, tem levado a novas discussões sobre desenvolvimento. Neste sentido alguns conceitos tem procurado demonstrar uma nova tendência no debate acadêmico.

De acordo com Giansanti (1998, p. 9) as primeiras referencias ao tema estão relacionadas

com as colocações do engenheiro florestal norte-americano, Gifford Pinchot ainda no século XIX, para o autor as colocações de Pinchot se apoiavam em três princípios básicos: o uso dos recursos naturais pelas gerações presentes, a prevenção do desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para poucos. Porém, somente na conferência das ONU em Estocolmo na década de 70 é que o tema toma o meio acadêmico como uma preocupação geral.

Até então, o pensamento predominante na teoria econômica era de que o desenvolvimento econômico, dependia fundamentalmente da elevação da produtividade dos diversos fatores de produção, esta por sua vez, da acumulação de capital, nesta linha de pensamento estão os economistas Thomas Malthus, David Ricardo e Adam Smith, formuladores do pensamento clássico. “Ao imputar ao crescimento da produtividade do sistema econômico, decorrente da acumulação de capital, papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico, este conceito pode derrapar no excessivo economicismo”(Lemos, op. cit. p. 22). Desassociando as atividades econômicas das relações sociais e políticas, neste sentido, corre-se o risco de não levar em conta os problemas estruturais e conseqüentemente a aplicação de políticas públicas desvinculadas da realidade social de uma região.

Já para Shumpeter (1988), o desenvolvimento consiste em mudanças na vida econômica impostas de pelos fatores internos da própria economia, não dependendo dos aspectos externos. “Entendemos por desenvolvimento, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa”(Shumpeter 1988, p. 47). Embora, faça distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento, também não leva em consideração a influência dos fatores sociais e políticos nas mudanças ocorridas no fluxo circular da economia⁶. Para o autor as mudanças descontinuas no fluxo circular promovidas por novas combinações dos fatores de produção,

⁶ Fluxo circular da economia é uma expressão utilizada por Shumpeter para descrever o funcionamento do sistema econômico como um todo.

são a base de sua construção teórica. “Na medida em que não for este o caso, e em que as novas combinações aparecerem descontinuamente, então surge o fenômeno que caracteriza o desenvolvimento em nosso sentido (Shumpeter 1988, p. 48).

Ao fazer clara distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento, Shumpeter(1988) rompe com os argumento clássico de Malthus, Ricardo e Smith, abrindo caminho para o entendimento de que o desenvolvimento é um processo histórico e que independe de classes sociais ou de contextos específicos, as mudanças descontinuas a que ele se refere, podem ocorrer em qualquer esfera da produção e em contextos econômicos e sociais distintos, podendo ocorrer tanto nas economias desenvolvidas como nas subdesenvolvidas.

Muito embora numa perspectiva distinta da visão clássica, o conceito shumpeteriano, não leva em consideração o fator humano e sua relação com o meio ambiente, ou seja, não identifica as conseqüências para gerações futuras da utilização indiscriminada dos recursos naturais e o impacto da ação econômica do homem. As mudanças descontinuas no fluxos circular agredindo ou não o meio ambiente, representariam possibilidades de desenvolvimento econômico.

A visão moderna de desenvolvimento, tem por base a relação homem e meio ambiente, reconhece que o crescimento econômico, que não traduza em melhoria das condições de vida para a população, é socialmente insustentável. Nesta perspectiva algumas definições, embora ainda divergentes e incompletas, procuram sintetizar o conceito de desenvolvimento sustentável.

Nesta perspectiva Lemos (2005), define desenvolvimento como sendo um processo que incorpora quatro dimensões básicas: 1- dimensão geoambiental, 2- dimensão socioeconômica, 3- dimensão técnico - científica e 4- dimensão político-insitucional, a dimensão geoambiental leva em consideração os impactos geográficos e físicos e as

repercussões sobre a base dos recursos naturais. A dimensão socioeconômica, busca a promoção das condições necessárias o progresso econômico de forma justa e equitativa. A dimensão técnico - científica, objetivasse assegurar os avanços tecnológicos em benefício de toda a população. A dimensão político-institucional, procura garantir a participação e representatividade política que garantam a implantação de ações favoráveis ao desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável como novo paradigma do desenvolvimento teria de acordo com Sachs (1993), os seguintes princípios norteadores:

- a) ser solidário com as gerações futuras;
- b) satisfazer as necessidades básicas dos cidadãos;
- c) buscar a participação efetiva da população envolvida, que é constituída dos verdadeiros atores do processo de desenvolvimento;
- d) ter como meta a busca incessante da preservação dos recursos naturais, renováveis e/ou não-renováveis, bem como do meio ambiente em geral;
- e) criar um sistema social que garanta o trabalho estável com remuneração digna para todos, segurança social e pessoal, e preservação cultural;
- d) promover projetos e planos educacionais em todos os níveis para toda a população.

Com base nestas formulações o Relatório Brundtand elaborado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente em 1987, segundo Lemos (op.cit), apresentou uma série de sugestões que deveriam ser tomadas pelos formuladores das políticas publicas para a promoção do desenvolvimento sustentável. As sugestões partiam da limitação do crescimento populacional, da garantia de segurança alimentar a longo prazo, da preservação do meio ambiente, diminuição do consumo de energia e o desenvolvimento de tecnologias que incorporassem o uso de fontes renováveis, da satisfação das necessidades básicas dos indivíduos, do aumento da produção industrial em países não industrializados, do controle da

urbanização desenfreada das populações; e da promoção de uma melhor integração entre meio rural e cidade. Para tanto, dever-se-ia compatibilizar eficiência econômica com justiça social e com prudência ecológica. “Desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”(Brüseke 1995, p.33).

Entendemos, assim, que promover o desenvolvimento de uma região é promover a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes; é utilizar os recursos da natureza respeitando sua taxa de reprodução de maneira que as futuras gerações possam também usufruir; é promover a cidadania e a participação política igualmente; é aumentar o grau de acesso à renda e também à riqueza, ao conhecimento e às decisões públicas. Podemos então, afirmar que desenvolvimento só é desenvolvimento se for humano, social e sustentável, (FRANCO 2001, p.36) e que nesta perspectiva as estruturas produtivas privilegiadas no processo de desenvolvimento regional e o estado, não foram capazes de promover.

O projeto de desenvolvimento com base agrária na Região Tocantina, tendo por fundamento as grandes estruturas, não tiveram a capacidade de responder às exigências do desenvolvimento sustentável, em função de suas características particulares; nestas estruturas produtivas os recursos naturais foram utilizados até o seu esgotamento, o solo como suporte para a agropecuária homogênea na criação do gado ou grãos, a mão de obra assalariada com baixíssima remuneração e qualificação, elevada relação capital físico e baixíssima relação capital humano por trabalho, uma relação terra por trabalho elevada e uma gestão orientada pelo lucro imediato.

Estas características encontradas nos médios e grandes estabelecimentos rurais da região definem um modo de atuação, altamente comprometedor dos recursos naturais da floresta Amazônica e de sua biodiversidade, com uma produção homogênea, quer na criação

de gado ou na produção de grãos, os fatores naturais foram explorados até seu completo esgotamento.

Tomando por base estas características, Soto (2002) afirma ser a agricultura familiar ou a sua reprodução, como grupo social, a base sobre a qual se construiria o desenvolvimento sustentável. Desta forma, a lógica capitalista de acumulação de capital, encontrada nas demais estruturas, seria incompatível com tal propósito. Enfim, a discussão sobre o desenvolvimento, de base agrária, da Região Tocantina, passa necessariamente pela questão ambiental e pela forma com que as estruturas produtivas utilizam os recursos naturais.

Não são poucos os estudos que apontam a possibilidade das estruturas camponesas serem mais adaptáveis às exigências do desenvolvimento sustentável e a prática de uma agricultura sustentável (VEIGA, 1994; ALTIERI, 1989), ao manejo e conservação dos recursos naturais e a orientação das mudanças tecnológicas e institucionais, de tal maneira a assegurar a satisfação das necessidades humanas de forma continuada para a presente geração e futuras gerações (FAO, “Declaração de Don Bosch”, 1992, in VEIGA, 1994, p. 290). Ao possuir uma produção bastante diversificada, as estruturas camponesas se enquadrariam perfeitamente nos critérios de uma agricultura sustentável.

CAPÍTULO II

2 A REGIÃO TOCANTINA COMO UMA FRONTEIRA

O declínio da “*plantation*” nordestina e conseqüentemente os constantes problemas climáticos do Nordeste brasileiro, fizeram com que parte de sua população excedente se deslocasse para o interior do território nacional em busca de novas possibilidades de sobrevivência. Dentre os caminhos percorridos, o Maranhão é uma das fronteiras alternativas para a corrente migratória.

De acordo com Velho (1979), uma das características de uma região de fronteira é seu crescimento demográfico, o aumento significativo do volume populacional e a urbanização em áreas inexploradas e possivelmente ocupadas por população indígena, ou em áreas marginalizadas dentro de regiões de colonização antiga como também em locais de colonização antiga, que após um declínio cíclico voltam a crescer. No caso da fronteira maranhense o processo de colonização se dá em terras inexploradas, configurando-se um processo de expansão espontâneo através dos mecanismos naturais das frentes de expansão, porém, incentivadas e financiadas pela ação governamental.

O que torna a Região Tocantina uma área particular de fronteira é, além de sua localização geográfica, estar situada no limite entre a floresta Amazônica e o Cerrado, possibilitando a expansão de atividade pecuária em campos naturais e agricultura de subsistência, tanto em regiões de várzea como na própria floresta e, ainda as atividades extrativistas, tendo assim um potencial de absorver um grande contingente populacional.⁷

⁷ Para Velho (1981, p. 15), As regiões de fronteira na Amazônia são caracterizadas pela sua relação com a natureza, e conforme as relações de produção e trabalho. Neste sentido seria também o local propício para o desenvolvimento de uma economia de excedente e um processo produtivo determinado pelas relações familiares.

2.1 A Fundação da Região Tocantina

Embora a Região Tocantina seja delimitada como espaço físico geográfico, sua configuração enquanto localidade vai além da concepção tradicional dos limites de seu espaço natural, tão amplamente estudado pela geografia. Sem desprezar a importância destes limites, a região é segundo Bourdieu (1998) “o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas, não só geógrafos...”mas também uma preocupação de historiadores, sociólogos, etnólogos e economistas.

Desta maneira o processo de fundação e de configuração da região se dá através da relação social⁸ entre seus atores, representado por um conjunto de objetos representativos que definem a identidade regional.

Mas, mais profundamente, a procura dos critérios << objetivos>> de identidade << regional >> ou <<étnica>> não deve fazer esquecer que, na prática social, esses critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) são objeto de *representações mentais*, quer dizer, de actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objetivas*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc) ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinara representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores. Bourdieu (1998, p. 112).

Neste sentido a fundação da Região Tocantina está ligada diretamente às correntes migratórias nordestinas e às frentes pioneiras de expansão para a Amazônia, a Região Tocantina representa um elo entre o processo de ocupação amazônico e as demais regiões centrais do país. Corresponde às terras maranhenses situadas a Oeste do estado junto ao limite do estado do Pará e Tocantins. Trata-se, em seu conjunto, do grande segmento que ocupa parte da vertente oriental das bacias dos rios, Gurupi, do alto e médio curso do Pindaré, do médio curso do Grajaú e do Rio Tocantins, como parte da mesoregião do Oeste maranhense (ATLAS DO MARANHÃO, 2002).

⁸ Uma relação sócia é segundo WEBER (1977), formada por determinada ação social , consistindo na probabilidade de que se agirá socialmente com determinado sentido, indiferentemente sob a forma em que a probabilidade se repousa. Ainda de acordo com o autor deve existir um mínimo de reciprocidade nas ações e com conteúdo significativo.

Mesmo com a ocorrência ainda no século XVII de diversas expedições religiosas e governamentais ao interior dos estados do Pará e Goiás através do Rio Tocantins, nenhuma delas representou um processo de povoamento e colonização acelerado⁹, nem mesmo as tentativas de atividades mineradoras representaram um processo contínuo de ocupação. O processo de ocupação através do rio Tocantins, definido por Velho (1979), como ocupação de “beira”, onde pequenas comunidades se formam, praticando agricultura de subsistência, representou a primeira forma de povoamento e produção para a Região Tocantina. O Rio Tocantins representou assim para a região o principal caminho de povoamento até a abertura das estradas oficiais.

Outra alternativa de povoamento da região se deu com a frente pecuarista, oriunda dos estados da Bahia e Pernambuco. Este processo de ocupação evidenciado pelos problemas climáticos no Nordeste se estabelece primeiramente no Sul do Estado do Maranhão, na região denominada “Pastos Bons”, local de pastos nativos com prolongamento em todo Cerrado maranhense, incluindo os municípios de Grajaú, Balsas, Carolina, Fortaleza dos Nogueiras, Riachão, até chegar à Região Tocantina nos municípios de Sítio Novo, Montes Altos e Imperatriz, onde a floresta Amazônica encontra-se com os campos nativos do sertão; Imperatriz é bem um símbolo dos limites dessa expansão, entre os pastos nativos e a floresta Amazônica. A não ser pelos pequenos camponeses nas margens do rio e do surgimento das criações de gado, a região permanece por muito tempo estagnada. “Durante anos manteve-se

⁹ De acordo com Carvalho (2000), havia em 1880 dúvida e litígio entre as províncias do Pará e Maranhão, com relação às suas divisas territoriais, não havia ocupação oficial e jurisdição estabelecida, no entanto, o Maranhão reivindicava para si a posse das terras à margem direita do rio Tocantins, da junção do Araguaia para cima, até o Paratinga. Baseado nesta realidade, o presidente da província do Pará manda para a região uma missão comandada pelo religioso Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, com o propósito de estabelecer uma vila em território paraense nas imediações da divisa com o Maranhão. Com poucos recursos para definir o exato local da divisa entre as províncias e com pouco conhecimento sobre o assunto, a missão ultrapassa os limites da fronteira paraense (que deveria ser uma linha reta partindo do oceano na foz do rio Turiaçu até o ponto de ligação com o Tocantins), se estabelecendo na foz do riacho “Cacau” em terras Maranhenses. Tem-se desta maneira a fundação do povoado de Santa Tereza de Imperatriz.

estagnada, e quando finalmente é alcançada pela Belém-Brasília em, 1958, sua população não passa de três mil habitantes”(VELHO, 1981, p. 28). O mapa abaixo demonstra as origens e destinos dos fluxos migratórios para a região.

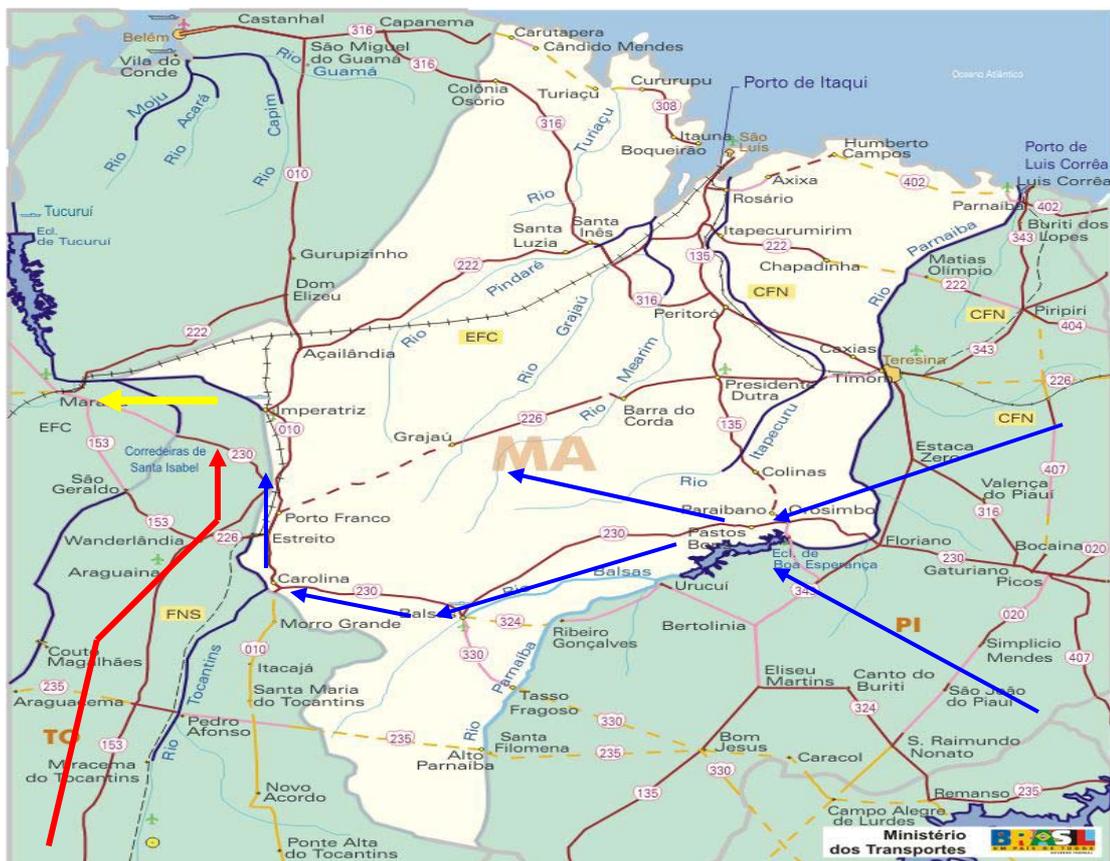


Figura 1: Mapa do Maranhão
Fonte: IBGE, 1996.

Ainda de acordo com Velho (1979), a expansão camponesa no Maranhão só alcança mais intensamente os limites da floresta Amazônica na altura do Rio Tocantins, no início da década de 50. Para o autor, as razões para esta expansão estão relacionadas, primeiramente, com o contínuo avanço das correntes migratórias nordestinas para o estado, pela redução da fertilidade do solo no processo de corte e queima nas primeiras unidades de produção camponesa e pelos incipientes conflitos pela posse da terra. Estes fatos colaboraram com a expansão da fronteira agrícola na Amazônia e estabeleceram na Região Tocantina seu pólo de ligação.

O padrão usual de ocupação consistia nos indivíduos embrenharem-se na mata e escolherem um sítio considerado favorável, em geral junto ao curso d'água (igarapé) ou pequena lagoa; em terreno com barro, considerado vantajoso para a lavoura e para criação de porcos, oferecendo, ainda, material para a construção das casas; e, se possível, onde houvesse babaçu, mais abundante em São João, considerando sinal de terra boa. Estabeleciam suas famílias, e realizavam sua queimada. (Ibid., p. 100).

Diferentemente das regiões de pastos nativos, onde os camponeses tinham mais dificuldades com o processo de corte e queima, pois pelas características destas regiões o mato nativo cresce com mais facilidade e conseqüentemente aumenta o trabalho de roço, na floresta este trabalho duplo não acontece, proporcionando, assim, um incremento populacional para o interior das ocupações de “beira”; este fato leva os camponeses a utilizar uma nova categoria de ocupação a de “centro”¹⁰, fundamental para a fundação da Região Tocantina; por esta modalidade de ocupação a região tornou-se conhecida nacionalmente pela produção camponesa antes mesmo do surgimento das rodovias oficiais, além, de ter contribuído com a ligação entre “centro” e “beira”, formando estradas naturais para o escoamento da produção.

Dados do Governo do Estado, segundo Coutinho (1994), apontam para uma população de 9.331 habitantes em 1940, sendo que deste total apenas 1.000 habitantes residiam na cidade de Imperatriz. Em 1950, este número aumenta para 10.857 habitantes e somente 2.000 moravam na cidade, comprovando o isolamento da região até o surgimento das rodovias oficiais.

O processo de colonização espontânea¹¹ pelos rios e pelos caminhos do gado,

⁷ A ocupação de centro é uma oposição às de beira, nela os camponeses se estabelecem em busca de terras desocupadas se isolando da comunidade, mas que aos poucos vai se estabelecendo como alternativa ocupacional com a chegada de parentes e de outros camponeses. Na Região Tocantina este processo foi responsável pelo surgimento de várias povoados e cidades no entorno de Imperatriz, como: os povoados de Petrolina, Coquelândia e São Félix e as cidades de Cidelandia, São Francisco do Brejão, Vila Nova dos Martírios e São Pedro da Água Branca.

¹¹ A colonização é “espontânea” quando as decisões iniciais relativas a esses diversos aspectos não sofrem imposição sistemática ou orientação positiva, mas são deixadas ao critério dos indivíduos ou grupos colonizadores; a interferência organizada de um poder externo se faz de modo progressivo e por passos (momento) e de maneira formalmente menos impositiva (intensidade). HÉBETTE e MARÍN (1979, p. 144)

estabelece na região unidades de produção camponesa marginal¹², que aos poucos vai se tornando decisiva para o crescimento populacional e pela urbanização das principais cidades, como o caso de Imperatriz e, posteriormente, dos municípios desmembrados. Porém, é somente com a construção da rodovia Belém-Brasília que a região sai do isolamento; o crescimento populacional proporcionado pela estrada torna a cidade de Imperatriz a segunda maior do estado no final da década de 60, com aproximadamente 40.000 habitantes¹³ e o maior pólo comercial da Pré-Amazônia, responsável pela comercialização da produção de arroz dos estados do Pará e Tocantins. Interessante observar, que o crescimento da produção de arroz não se dá pelo incremento de uma agricultura tecnificada e patronal, mas pela expansão das unidades de produção camponesas em toda a região, inclusive avançando pelos estados do Pará e Tocantins.

Além de proporcionar a comercialização da produção de arroz com os estados do centro-sul, a estrada atrai também outras correntes migratórias, a dos fazendeiros baianos, mineiros e goianos, dos empresários madeireiros capixabas e paranaenses e dos comerciantes atacadistas de Anápolis. Estas novas correntes migratórias, especialmente a dos fazendeiros e madeireiros, alteram consideravelmente a estrutura agrária regional; a expulsão dos pequenos lavradores de forma violenta ou passiva gera de acordo com Hébette e Marín (1979), sérios problemas para a região, como a concentração fundiária, característica que os autores apontam do processo de ocupação ao longo da rodovia Belém-Brasília.

A fundação da Região Tocantina tem, portanto, características semelhantes à de outras regiões amazônicas de colonização espontânea, onde camponeses pioneiros se estabelecem amansando a mata para posteriormente ocorrer o processo de concentração agrária seguido de conflitos e embates pela posse da terra.

¹² Além da produção marginal, os camponeses neste processo de ocupação ficam também a margens da lei como destaca Neto (1998), quando se refere ao processo de regulamentação de terras no Maranhão. Embora tenham a posse da terra, não foram legitimados pelas leis e regulamentos criados no estado para garantir a posse da terra.

¹³ VELHO (1979, p. 119)

Historicamente teve sua fundação relacionada com a missão paraense capitaneada por Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, em 1552, estabelecendo a Vila de Santa Tereza de Imperatriz, sendo elevada a categoria de cidade somente em, 1924, já com o nome de Imperatriz; após ser transformada em cidade teve os primeiros desmembramentos em 1953 com a criação do município de Amarante em 1958, Montes Altos em 1961, João Lisboa em 1981, Açailândia e em, 1997 Cidelândia, Vila Nova dos Martírios, São Francisco do Brejão, Davinópolis, São Pedro da Água Branca e Governador Edson Lobão. Do Município de Açailândia, no mesmo ano, foi desmembrado o povoado de Itinga; de João Lisboa, Senador La Roque e Buritirana; e de Montes Altos, Ribamar Fiquene e Lajeado Novo, conforme demonstra o mapa abaixo (SUDAN, 2005 [on line]).

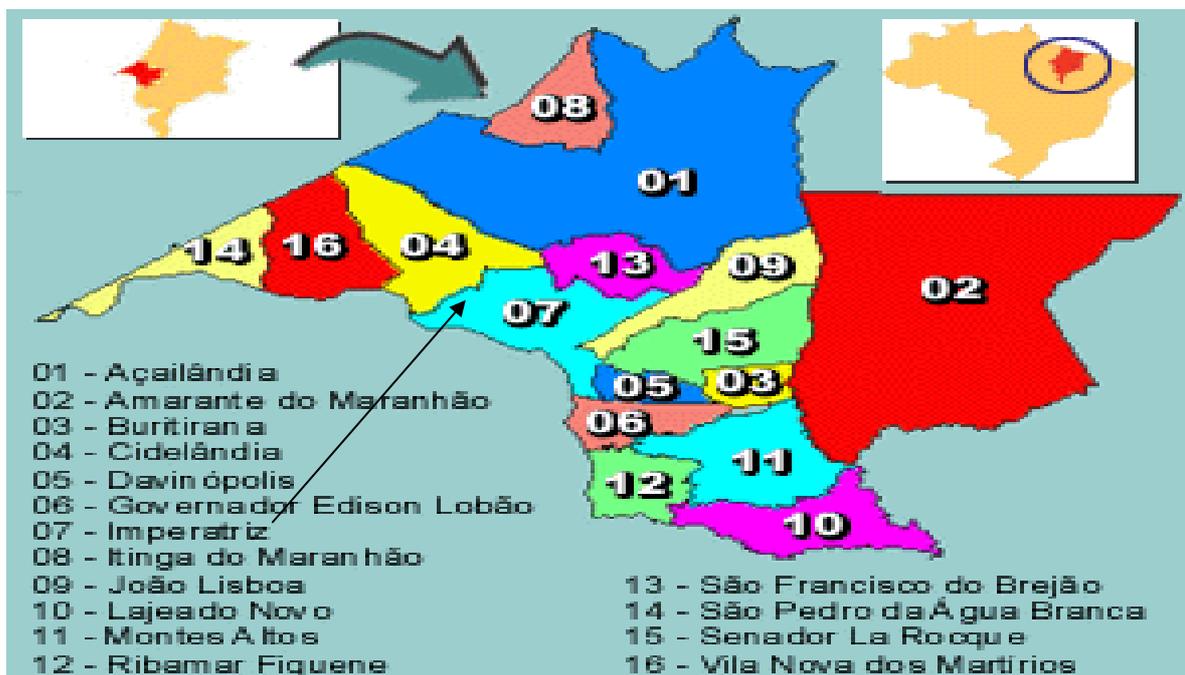


Figura 2: Mapa da Região Tocantina

Fonte: (GOVERNO DE ESTADO DO MARANHÃO, 2005 [on line]).

De acordo com os dados do censo de 1995/96 (IBGE, 1996), a região possui uma área de 1.493.293,29 hectares, distribuídos da seguinte forma entre os municípios: Açailândia (490.989,30), Amarante (218.180,39), Imperatriz (365.268,25), João Lisboa (220.550,88) e

Montes Altos (198.304,44), contando ainda com 13.342 estabelecimentos rurais, sendo: Açailândia (1.532), Amarante (3.774), Imperatriz(2.163), João Lisboa (4.326) e Montes Altos (1.547). A relação entre o percentual das áreas por classe e as diversas classes de área, conforme a tabela 1, abaixo, demonstra o grau de concentração fundiária da região. Verifica-se ainda, que mais de 30% do total da área da região estão distribuídos entre os estabelecimentos acima de 1000 hectares e que mais de 70% pertencem às fazendas e latifúndios empresariais. Comprova-se ainda o elevado grau de concentração fundiária através do índice de GINI (0,800).

Tabela 1: Distribuição dos imóveis rurais por classe de área – Região Tocantina -1996

classe de área (há)	Número de Imóveis		Áreas por classe				
	Por classe		(ha)				
	Total	(%)	Total	Média	(%)	b	b-1 + b
Menos de 1 há.	1.008,00	7,56	702,75	0,70	0,05	0,00	0,00
1 a menos de 2 ha.	1.871,00	14,02	2.740,40	1,46	0,18	0,00	0,00
2 a menos de 5 há.	2.156,00	16,16	7.196,65	3,34	0,48	0,00	0,01
5 a menos de 10 há.	621,00	4,65	4.671,15	7,52	0,31	0,00	0,01
10 a menos de, 20 ha.	747,00	5,60	10.972,33	14,69	0,73	0,01	0,01
20 a menos de 50 ha.	2.707,00	20,29	98.421,35	36,36	6,59	0,07	0,07
50 a menos de 100 ha.	1.628,00	12,20	117.692,69	72,29	7,88	0,08	0,14
100 a menos de, 200 ha.	1.119,00	8,39	158.358,97	141,52	10,60	0,11	0,18
200 a menos de 500 ha.	890,00	6,67	278.461,76	312,88	18,65	0,19	0,29
500 a menos de 1.000 ha.	337,00	2,53	233.507,25	692,90	15,64	0,16	0,34
1.000 a menos de 2.000 ha.	170,00	1,27	244.855,33	1.440,33	16,40	0,16	0,32
2.000 a menos de 5.000 ha.	74,00	0,55	221.871,36	2.998,26	14,86	0,15	0,31
5.000 a menos de 10.000 ha.	8,00	0,06	51.176,72	6.397,09	3,43	0,03	0,18
10.000 a menos de 100.000 ha.	4,00	0,03	62.664,58	15.666,15	4,20	0,04	0,08
100.000 ha e mais	-		-				
Sem declaração	2,00	0,01	-				
Total	13.342,00	100,00	1.493.293,30	111,92	100,00	1,00	1,04
GINI	0,800						
* b dados da coluna % da área por classe expresso em decimal							
** b -1 + b valores acumulados, considerando o valor anterior de cada linha com o valor posterior.							
Índice de GINI, calculado pela formula $G = 1 - \text{somatório de } (b - 1 + b) \text{ dividido pelo numero de ocorrência.}$							

Fonte: Processamento do autor a partir da base SIDRA (IBGE, 1996).

Ainda de acordo com o índice de GINI para toda a região, verifica-se para cada

município o seguinte: Açailândia e João Lisboa com 0,800, seguido de Imperatriz e Montes Altos 0,786 e Amarante 0,769. A concentração fundiária nos municípios da região pode ser também comprovada, através das tabelas 1, 2, 3, 4 e 5 em anexo. Nota-se que, mesmo em Amarantes, com menor índice de GINI, mais de 70% de sua área pertencem às fazendas e aos latifúndios empresariais.

2.2 Características dos primeiros desenvolvimentos

As primeiras ações de desenvolvimento da Região Tocantina estão relacionadas com a exploração extrativista mineral e com a produção agrícola camponesa, atividades estas alheias aos interesses do estado. De acordo com Coutinho (1994, p. 73), o escritor José Ribeiro do Amaral resumia a “Vila de Imperatriz” entre 1869 e 1896 da seguinte maneira:

Têm Imperatriz 48 casas de telha, 88 de palha; Igreja matriz coberta de telha e tapada em parte de adobos e em parte de palha, em estado de ruína. Uma capela sob a invocação do Bom Jesus, coberta de telha e tapada de adobos, de propriedade de Francisco Calixto de Araújo Catuaba. Cemitério murado, ameaçado de ruínas; coletoria e agência de correios; duas cadeiras de instrução primária mantidas pelo Estado, e uma aula particular fundada em janeiro do corrente ano (1896) com freqüência de dez alunos. Tem 47 casas de negócio de secos e molhados e algumas tendas de artes e ofícios, sendo: 2 alfaiates, 5 sapateiros, 1 ourives, 5 ferreiros, 1 oleiro e 1 funileiro.

“Estruturada como um simples vilarejo sua população urbana era de apenas 546 pessoas no início de 1900, porém, já com uma população rural entre 18 a 20 mil habitantes” (COUTINHO, loc. cit.), embora isolada das decisões governamentais, já representava para os estados vizinhos do Pará e Goiás um entreposto de comercialização da produção camponesa excedente e do fornecimento de insumos para as atividades extrativistas da floresta Amazônica.

O período de isolamento da Região Tocantina é marcado pela economia da borracha na Amazônia, embora com pouca influência da mesma, sofre as conseqüências do seu avanço e declínio. O aumento da produção de borracha contribuiu com o isolamento por

deslocar mão de obra para os seringais, enquanto os momentos de crise desta atividade favoreciam o crescimento populacional e conseqüentemente a produção camponesa local e as atividades extrativistas (MAHAR, 1978).

Como parte da Pré-Amazônia maranhense, a Região Tocantina representava a possibilidade de novos seringais e, conseqüentemente, a possibilidade de exploração do látex em função da expansão gomífera¹⁴ (1840-1910). Vislumbrando esta possibilidade, o governo do estado intervém na região concedendo através da lei 499, de 8 de maio de 1908, a Fortunato Rabelo Bandeira permissão para exploração por um período de 10 anos, de látex em terras devolutas de qualquer natureza. Este fato demonstra o caráter da intervenção governamental na região em todos os períodos do seu desenvolvimento. Ao incentivar a concentração fundiária, ignorava completamente a estrutura de produção das populações tradicionais, que deste então, já representava a principal atividade econômica.

Embora Coutinho (1994) destaque a existência em 1917, na região, de 445 propriedades rurais registradas, representadas por grandes latifúndios, a estrutura agrária do Maranhão responsável pelas primeiras ações de desenvolvimento local poderia ser assim resumida:

[...] terras da União, destinadas à colonização, devolutas do Estado, regularizadas pela chamada Lei de Terras e Posses, ocupadas por diversos segmentos camponeses dentre os quais destaco: os índios, os quilombolas, as quebradeiras de coco babaçu e os pequenos produtores independentes. Estes se organizam com base na produção familiar, abrindo as matas e cultivando com técnicas bastante próprias de derruba, queima e plantio de pequenas porções de terra para sustento de suas famílias e realizando atividades extrativas de caça, pesca e de coleta de frutos naturais, como o babaçu, utilizado na cobertura das casas, fabricação de pequenos utensílios domésticos e confecção de óleo para cozer alimentos. (SHIRAIISHI NETO, 1998, p. 28).

Neste contexto, a produção agrícola familiar representa, conforme destacado

¹⁴ A produção de látex na Amazônia se concentrava nos estados do Pará e Amazonas; a expansão desta atividade está relacionada com a crescente demanda dos países centrais (EUA e Europa) por esta matéria prima, fundamental para a indústria de artefatos de borracha. O período de expansão de acordo com Pinto (1984, p.21), faz com que a produção aumente de 31,36 toneladas em 1827 para 16.394 em 1890.

anteriormente, a principal atividade econômica, responsável pela inserção da região no contexto nacional. Mesmo com um processo produtivo voltado para a subsistência, consegue colocar no mercado um excedente que seria decisivo nas demais etapas do desenvolvimento local, como o caso do arroz e do óleo de babaçu.

Não se verifica nesta fase do desenvolvimento local dados empíricos que comprovem que as atividades econômicas desenvolvidas pelas populações tradicionais, intensivas em recursos naturais, tenham provocado conseqüências sérias à sua reprodução. O que se verifica é que desde as primeiras atividades produtivas desenvolvidas na Região Tocantina, o predomínio de um processo de colonização espontâneo e a ausência de um planejamento governamental que incentivasse e fortalecesse uma estrutura agrária que respeitasse os interesses da pequena propriedade e conseqüentemente de seus ocupantes.

Os interesses econômicos na Amazônia estão voltados desde o início de sua ocupação ao atendimento das exigências desse processo e a exportação de produtos da floresta, conforme os ciclos econômicos que os mesmos representam. Coube então à Região Tocantina, neste momento inicial, a função de atender às necessidades de mão de obra e de alimentos, permanecendo no isolamento até a construção da rodovia Belém-Brasília, quando sofre sérias alterações na sua estrutura agrária e de produção.

2.3 Características dos resultados do período que vai da abertura da Belém-Brasília até o fim da ditadura

No início da década de cinquenta, a população da Região Tocantina era praticamente rural, entre 15.000 a 20.000 pessoas habitavam no campo e apenas 2.000 na cidade. Para se verificar a magnitude da alteração no contexto socioeconômico da construção da rodovia Belém-Brasília, basta observar o crescimento populacional na década seguinte,

aproximando-se de 40.000 habitantes (COUTINHO, 1994; VELHO, 1981). A estrada que inicialmente não passaria pela cidade de Imperatriz, faz parte da política do Governo Federal de integração regional, atraindo para a região diversas correntes migratórias. Verifica-se, conforme destaca Costa (2000, p. 49) “um marco na aceleração desses fluxos que, provindos do Sul, via Goiás e Minas Gerais e do Nordeste, via Maranhão, penetram na Amazônia.”

O avanço de estruturas camponesas sobre áreas não desbravadas para a agricultura na fronteira agrícola, era seguido após certo período pelo fazendeiro, seria uma característica comum da fronteira agrícola em diversas regiões do país, porém, a aceleração de diversos fluxos migratórios para a região com a construção da Belém-Brasília, vem de certa forma negar esta característica comum. Paralelamente aos fluxos camponeses a rodovia atrai conjuntamente fazendeiros e comerciantes (COSTA, 2000; HURTIENE, 2001).

Outro fato importante para a economia local é a possibilidade de comercialização do excedente camponês para outras regiões do país. O arroz maranhense, embora de qualidade inferior, alcança os mercados do Centro-oeste e Sudeste do país. A produção de arroz, segundo Velho (1981) era de 277.741 toneladas no ano de 1960, passando para 491.500 toneladas em 1961. Este surpreendente crescimento demonstra o impacto na região do avanço das unidades de produção rural familiar.

Os anos 50 são marcados na Amazônia pela implantação de um projeto de intervenção governamental através da SPVEA, denominado I Plano Quinquenal, delineado com o propósito de criar as condições básicas para “promoção da Agricultura, Indústria e Mineração, como também a formulação de programas de controle à inundações, transportes, comunicações, energia e bem-estar social.” (MAHAR, 1978, p. 21).

A intervenção nos moldes de um planejamento centralizado não contou com a participação dos atores sociais locais, conseqüentemente teve pouco conhecimento da realidade sócio-econômica regional e de suas potencialidades o que interessava ao governo

era somente atender às necessidades de matéria prima para o mercado externo e para as demais regiões do país, para tanto a Amazônia deveria ser moldada às exigências de um processo de produção intensivo em terras e mão de obra.

Neste processo a Região Tocantina contribui decisivamente durante todo o período que vai da abertura da Belém-Brasília até a ditadura militar, fornecendo mão-de-obra para os grandes projetos agroindustriais implantados com financiamento público e com a produção de alimentos.

Ainda de acordo com Costa (2000), a primeira metade da década de 60, o desenvolvimento da região Amazônica se caracterizava pela convergência de dois movimentos de formação de estruturas econômico-sociais: o crescimento e consolidação das unidades camponesas tradicionais, nas áreas mais antigas e a consolidação e expansão de um campesinato agrícola, formado pelo processo de absorção das novas correntes migratórias, acelerado com a construção das novas estradas (Belém-Brasília, Transamazônica etc.).

Embora a expansão camponesa tenha ocorrido como consequência de algumas ações governamentais, o projeto de desenvolvimento da ditadura militar para a região é no sentido de conter o avanço. O bloqueio da fronteira agrícola baseada no campesinato era condição para implantação dos grandes projetos agroindustriais, intensivos em terra e mão- de - obra.

De acordo com Mahar (1978, p. 22) para consolidação do projeto de desenvolvimento na Amazônia o Governo Militar estabelece a partir de 1965 a “Operação Amazônia”, com ênfase principal na promoção de maior eficiência no planejamento regional com um papel preponderante na iniciativa privada, formando assim, na região, o capital necessário para sua inserção no cenário nacional. Basicamente caberia ao planejamento governamental criar as condições necessárias para que empresas se formassem na região explorando os recursos naturais. Com base nestes objetivos, a política regional seria orientada

a criar pólos de desenvolvimentos regional e grupos de população estável e auto-suficientes. Para tanto, seria incentivada a imigração, o desenvolvimento de infra-estrutura básica e incentivos fiscais às empresas¹⁵. Para operacionalização dos objetivos da “Operação Amazônia” foram criados a SUDAM, SUDENE e o BASA com estrutura análoga do BNB.

Embora com objetivos mais amplos que o da SPVEA, a “Operação Amazônia” também representava um planejamento centralizado, não levando em consideração as particularidades do contexto socioeconômico regional e os interesses dos atores sociais locais.

Enquanto a construção da Belém-Brasília proporcionava a comercialização de produtos agrícolas com outras regiões, os incentivos governamentais aos grandes projetos agroindustriais alteravam significativamente a estrutura agrária da região, enfraquecendo a produção camponesa. A tabela 2 a seguir demonstra a configuração das principais atividades econômicas na Região Tocantina como fruto do processo de desenvolvimento implantado.

Como se verifica, a principal atividade industrial é o beneficiamento de madeira, com 68 (sessenta e oito) indústrias, representando 43% do total de estabelecimentos empresariais e empregando um total de 1.421 trabalhadores, para uma produção física diária de 67.000m³, na sua maioria localizada nos municípios de Açailândia e Itinga, regiões mais próximas da floresta Amazônica na divisa com o Estado do Pará. O destino desta produção são os estados do Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, configurando uma resposta à necessidade de suprir estas regiões de matéria-prima para a indústria de construção civil e moveleira. A extração e beneficiamento de madeira vem numa trajetória crescente durante a primeira metade da década de 70, atingindo seu pico no ano de 1976, com uma produção de 187.251 m³, caindo em 1977 para 108.305 m³, voltando a crescer em 1978, com 126.861 m³, para enfim, entrar numa trajetória decrescente a partir de 1979 (COUTINHO, 1994).

¹⁵. No plano econômico, o projeto de desenvolvimento para a Amazônia equivaleria aos projetos implantados com êxito em outras regiões do país. Esse modelo envolvia fundamentalmente a promoção do processo de industrialização via substituição de importação, cabendo ao setor público a função de atrair capital à região via mecanismos monetários e fiscais.

Tabela 2: Principais indústrias na Região Tocantina, por ramo de atividade, 1981

RAMO DE ATIVIDADE	Nº. de estabelecimentos	Área ocupada	Nº. de Empregados	Produção física	Capital social Cr\$	Valor da produção	Destino da produção	Origem da Matéria-Prima
01- Beneficiamento de madeira	68	481.113	1.421	67.000 (m2 dia)	752.771.972,00	748.770.820,00	MA, PA, GO, PI, BA, CE, MG, SP, RJ, RS, SC.	MA, PA, GO.
02- Beneficiamento de arroz	31	54.571	141	48.400 (m2 dia)	184.595.000,00	291.300.157,00	MA,CE,PE,AL,PB,BA,PI,PA, GO, MG	MA,GO,PA
03-Beneficiamento de café	03	940	44	-	23.000.000,00	17.000.000,00	Região de Imperatriz	MG, SP, PR
04- Mobiliário	17	21.078	92	-	7.801.000,00	22.965.000,00	Imperatriz, São Luiz, Pedreiras, CE, PI, MG	Imperatriz
05- Cerâmica	10	138.671	244	-	25.400.000,00	8.800.000,00	Imperatriz, Belém, GOIÂNIA	Imperatriz
06- Bebidas	04	34.675	86	-	308.500.000,00	509.250.000,00	MA, GO.	MA, SP, RJ.
07- Gráficas	08	2.266	87	-	4.630.000,00	4.900.000,00	Região de Imperatriz	SP.
08- Pré-moldados de concreto, cimento e gesso	04	7.240	09	-	1.820.000,00	984.103,00	Imperatriz	Imperatriz, Belo Horizonte Anápolis, Brasília.
09- Frigorífico	01	9.000	210	-	332.308.149,00	1.443.213.883,00	MA,PA,AM,PI,CE,RN, PB, PE,SP,RJ	PA,GP,MA.
10- Óleo vegetal	01	9.000	18	-	75.000.000,00	35.000.000,00	Imperatriz, SP.	Imperatriz
11- Mecânica	01	2.540	100	-	1.000.000,00	10.000.000,00	MA, Norte	RJ. Belo Horizonte
12- Fabrica de gelo e Frigorífico de Peixe	01	10.000	40	-	10.000.000,00	50.000.000,00	Nordeste	Rios: Tocantins e Araguaia.
13- Manufatura de Metais	09	3.393	39	-	9.200.000,00	4.170.000,00	Imperatriz, PA	Imperatriz, Belém, Goiânia.

Fonte: (COUTINHO, 1994).

No mesmo período verifica-se um acentuado crescimento da produção agrícola. O arroz, principal produto da produção agrícola regional, passa de uma produção de 59.400 toneladas no ano agrícola de 75/76, para 118.800 toneladas em 1982. A tabela 3 demonstra este crescimento e a participação dos principais produtos, como milho, feijão e mandioca, produtos tradicionalmente cultivados pelas unidades de produção camponesa.

A expansão da área agrícola representa um avanço da fronteira agrícola ao mesmo tempo em que a produção extrativista se amplia, em consequência da implantação de grandes projetos financiados pelos programas da SUDAM e SUDENE.

Tabela 3: Expansão da produção dos principais produtos agrícolas da Região Tocantina, 1975 a 1982.

CULTURAS	ÁREA CULTIVADA EM – Ha.						PRODUÇÃO – EM Toneladas.					
	75/76	76/77	77/78	78/79	79/80	1982	75/76	76/77	77/78	78/79	79/80	1982
ARROZ	30.000	37.000	40.700	45.400	59.000	66.000	59.400	6882	80.586	79.105	116.820	118.800
MILHO	15.250	20.500	22.140	29.770	35.720	42.000	13.725	18.450	23.911	28.579	34.295	42.480
FEIJÃO	9.000	9.900	8.865	5.856	7.800	8.000	5.832	6.228	6.115	2.955	4.896	5.000
MANDIOCA	4.700	6.150	6.334	6.900	-	10.000	47.000	61500	76.008	82.800	-	120.000

Fonte: IBGE, 1997.

O aumento da produção extrativista de madeira conjuntamente com a produção agrícola durante toda a década de 70 não significa uma tendência de expansão das atividades camponesas na região, mas sim, o reflexo do avanço da fronteira agrícola nos estados do Pará e Tocantins. As 68 madeireiras e as 31 usinas beneficiadoras de arroz instaladas em Imperatriz em 1981 processavam a produção de toda uma região, fortalecendo e tornando o comércio como a principal atividade econômica desta cidade nas próximas décadas.

A década de 70 também representa para a Região Tocantina a aceleração do processo de concentração fundiária. No ano de, 1972 o total de estabelecimentos privados cadastrados no INCRA já atingia 1.404.568 ha., sendo que das 3.304 propriedades, 23 tinham

área de 5.000 ha. ou mais, quase todas pertencendo a pessoas de outras regiões¹⁶. Este processo atende aos interesses dos grandes projetos agroindustriais financiados pelo governo, a necessidade de mão de obra e de grandes extensões de terras formadas com mata nativa para exploração madeireira e a formação de grandes fazendas.

Esse processo concentrador não redundava simplesmente na inacessibilidade de terras para outros, mas também implica muitas vezes e expulsão sistemática dos ocupantes, geralmente pioneiros da penetração, da ocupação e da exploração das terras de onde saem expulsos. (HÉBETTE; MARIN, 1979, p. 161).

A expulsão dos camponeses gera um excedente de mão de obra para as indústrias de beneficiamento de madeira instaladas em Imperatriz, para as fazendas e para pequenos serviços de atividades urbanas, relacionados com a construção civil, vendas de mercadorias, atividades artesanais e serviços pessoais. Embora seja este um processo característico das regiões de colonização espontânea, a concentração fundiária e o avanço das atividades capitalistas no campo não eliminam por completo a produção camponesa os dados da tabela 3 demonstram durante esta fase do desenvolvimento regional o crescimento das principais culturas, comprovando sua capacidade de adaptação aos mais rigorosos problemas estruturais¹⁷ diminuindo somente quando lhes é tirado seu principal fator de produção, “a terra”. (Ibid.).

Além do financiamento de grandes projetos agroindustriais, a estratégia governamental para o desenvolvimento da Região Tocantina contemplava o financiamento da pecuária¹⁸. Estudos realizados por Hébette e Marin (1979), sobre o processo de colonização espontâneo ao longo da Belém-Brasília, apontam para o processo de concentração fundiária através da formação de grandes fazendas, na sua maioria pertencentes a pessoas de outras regiões e sem vínculos permanentes com esta atividade; eram na sua maioria profissionais

¹⁶ Sobre o processo de ocupação à margem da Belém-Brasília, ver: HÉBETTE, MARIN (1979).

¹⁷ Sobre a capacidade de investimento das unidades de produção camponesa na Amazônia ver: COSTA (1993).

¹⁸ Dentre os projetos implantados destaca-se o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia-POLAMAZÔNIA, com cronograma de execução até 1979.

liberais e empresários os beneficiários destes projetos. Mais uma vez se assiste na Amazônia ao processo de intervenção sem a participação dos atores sociais responsáveis prioritariamente pelas atividades rurais¹⁹.

Durante todo o período que vai da construção da rodovia Belém-Brasília até o final da ditadura militar, a Região Tocantina como em toda a Amazônia, é palco de um processo de intervenção governamental através de incentivos monetários e fiscais, favorecendo exclusivamente os grandes projetos agroindustriais e pecuários. A opção pelos grandes projetos conforme destaca Costa (2000), ajustou-se aos princípios de economia neoclássica, de que o desenvolvimento econômico seria alcançado pela maximização da função de produção estabelecida na região (abundância de terras e escassez de mão de obra) e de que o desenvolvimento e a modernização da agricultura brasileira dependia da expansão de sua “margem extensiva”, sem, no entanto, discutir as conseqüências do modelo adotado sobre as populações tradicionais e ao meio ambiente²⁰.

O governo do General João Batista Figueiredo marcou o fim do período militar. Assumindo em 15 de novembro de, 1979 para um mandato de seis anos, procurou primeiramente conciliar crescimento econômico e controle da inflação, repetindo assim o milagre econômico. Implanta no início da década de 80 o III PND, consistindo em um conjunto de medidas que tinham por base: a aceleração do crescimento da economia, da renda e do emprego com base na expansão da iniciativa privada, redução das desigualdades regionais privilegiando o desenvolvimento do Nordeste e a ocupação cautelosa e não-

¹⁹ Amazônia: Desenvolvimento e Ocupação. Editado por José Marcelino M da Costa, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979.

²⁰ De acordo com Carvalho (1985, p. 15). “A configuração desse modelo de desenvolvimento regional, centrado na grande empresa capitalista, gerou, dentre outras, as seguintes conseqüências: 1) uma desregionalização da propriedade do capital; 2) baixo grau de geração de emprego regional devido aos projetos serem intensivos de capital ou terra; 3) elevados custos de criação de emprego regional; 4) frágil integração intra-regional da indústria; 5) predominância de projetos agropecuários sobre os industriais; 6) ganhos especulativos com a compra e venda de terras; 7) geração de violentos conflitos sociais decorrentes da luta pela terra; 8) territorialização burguesa da terra por não residentes; 9) expulsão de camponeses de suas terras; 10) forte aceleração do processo de destruição ambiental”.

predatória da Amazônia e o desenvolvimento da pecuária como setor estratégico para o aumento da oferta de alimentos.

Embora os anos de 1979 e 1980 tenham sido de crescimento econômico, o governo Figueiredo enfrenta sérios problemas, como: a recessão econômica nos países industrializados, a elevação dos juros no mercado externo e a suspensão de novos empréstimos aos países em desenvolvimento provocada pela moratória mexicana em 1982. A economia em recessão inibe os investimentos públicos na Região Tocantina e conseqüentemente seu crescimento econômico, porém, acelera a concentração fundiária e a dependência da exploração dos recursos naturais já em fase de esgotamento, fazendo com que muitas das indústrias madeireiras se deslocassem para outras regiões mais próximas da matéria prima (BRUM, 1998).

2.4 Característica do período da Nova-República e os desdobramentos no setor rural

A transição para o regime democrático trouxe profundas transformações na sociedade brasileira. A articulação dos partidos políticos e de suas lideranças regionais, fizeram com que os interesses locais fossem defendidos pelos grupos dominantes com participação política.

O governo formado para assumir o poder, concretizando o processo de redemocratização do país, tinha, segundo Brum (1998, p. 400), dois desafios básicos pela frente: a implantação do estado de direito democrático e de lançar as bases de um novo ciclo de desenvolvimento econômico e correção dos problemas sociais. Para a construção do estado de direito democrático o governo sancionou várias leis estabelecendo eleições diretas nos municípios, liberando os sindicatos e anistiando líderes políticos no exílio. No campo econômico, os principais problemas eram a recessão econômica, a inflação galopante, o

déficit do setor público, e a dívida interna e externa.

Para resolver os principais problemas da economia, o governo planejava atuar em várias frentes, promover o crescimento econômico auto-sustentado, elevação do nível de emprego e melhoria de vida da população, com um rigoroso controle dos gastos públicos e novo equacionamento da dívida externa. O crescimento econômico do período da Ditadura Militar teve uma forte influência do aporte de capital do exterior, no entanto, o esgotamento desta fonte de financiamento combinando com a saída de recursos para o exterior e a incapacidade de elevação dos gastos públicos criaram um sério problema para os objetivos da política econômica; desta maneira, quem então financiaria o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida da população? As poucas opções neste sentido acabaram por dificultar os resultados esperados.

Com o propósito de resolver o principal problema, a equipe econômica lança o primeiro plano de estabilização (Plano Cruzado), um receituário heterodoxo para combater a inflação, consistindo em congelamento de preços, aumento real dos salários, extinção da correção monetária, sem, no entanto, atacar os principais aspectos estruturais da economia o plano fracassa, como também todos os outros lançados sucessivamente.

Ainda de acordo com Brum (1998), o modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro, com base no processo de substituição de importação, tendo no Estado e nos recursos externos seu principal financiador, entra em colapso; a incapacidade de financiamento do Estado e as constantes crises externas, esgotaram o modelo implantado desde a Ditadura Militar.

No campo regional o desenvolvimento fica a cargo da iniciativa privada e dos reflexos do modelo adotado nas décadas anteriores, a grande empresa capitalista intensiva em terra e capital com financiamento público, continua desenvolvendo suas atividades predatórias. Se durante o período da ditadura militar o processo de concentração fundiária não

teve resistência e oposição, durante o período da Nova República, com liberdade de ação, os movimentos sociais passaram a combater a formação das grandes fazendas e empresas agropecuárias, acirrando no campo os conflitos agrários.

A Região Tocantina assiste neste momento o crescimento do setor de serviços e comércio, configurando-se desde então, como um pólo comercial atacadista com influencia em todo o Norte e Nordeste do país.

Durante todo o governo do presidente Sarney, a economia brasileira se vê atrelada a planos emergenciais de estabilização sem grandes êxitos e a ausência de um projeto de desenvolvimento regional que verdadeiramente substituísse o modelo anterior²¹.

A criação do FNE, juntamente com a promulgação da Constituição Federal em, 1988, poderia representar uma nova estratégia de financiamento do desenvolvimento regional, o fundo constitucional ao invés dos incentivos monetários e fiscais implantados durante a Ditadura Militar, contemplaria projetos de investimentos privados na região por sua viabilidade econômica, garantindo uma determinada parcela do orçamento da União para aplicação nestes projetos independentemente dos interesses governamentais; porém, atendendo a interesses particulares e voltados exclusivamente para os grandes projetos agroindustriais, não altera a forma de intervenção econômica, os projetos aprovados contribuíram ainda mais com a concentração fundiária e a exploração indiscriminada dos recursos naturais. Embora se tenha a garantia de recursos para a região, não se verifica a existência de um projeto de desenvolvimento regional que contemplasse os interesses da pequena propriedade rural e conseqüentemente o aumento da oferta de produtos agrícolas. Muitos dos projetos aprovados com recursos do FNE eram inviáveis tecnicamente e mesmo assim foram aprovados e executados; outros, pela perspectiva do desenvolvimento sustentável, representava uma verdadeira afronta ao meio ambiente e a sua reprodução. Das

²¹ Após o fracasso do Plano Cruzado, foram implantados os planos: Cruzado II, Plano Bresser, Política Feijão com Arroz (Ministro Mailson da Nóbrega), Plano Verão, todos de caráter emergencial.

68 indústrias madeireiras operando na região no início da década de 80 menos da metade permaneceram durante os anos 90.

Nas eleições presidenciais de 1989, foi travada na sociedade brasileira uma luta de forças entre os segmentos conservadores da direita e da esquerda. A vitória de Fernando Collor de Melo representou o fortalecimento dos empreendimentos empresariais no campo, o processo de concentração fundiário e a implementação do projeto econômico neoliberal para o desenvolvimento econômico e ação governamental (BRUM, 1998).

Mais uma vez os principais problemas econômicos do novo governo são: o controle da inflação, o equacionamento da dívida externa e interna e a promoção do desenvolvimento econômico. Novamente uma sucessão de planos econômicos emergenciais são implantados,²² sem, no entanto, obter grandes resultados; faltando um pouco mais de dois anos para completar seu governo é substituído através de processo de impeachment, assumindo o governo o vice-presidente Itamar Franco.

O programa de estabilização econômica implantado no governo Itamar Franco e administrado pelo futuro presidente Fernando Henrique Cardoso, tinha por base o pressuposto de que a principal causa da crise econômica brasileira iniciada no começo da década de 80 era o processo de inflação crônico, sendo que sua causa básica se relacionava com a desordem financeira do estado, a especulação financeira alimentada pela indexação e a inflação de custos e de demanda. Consolidou então projeto de abertura econômica e a diminuição da participação do estado na economia.

Com relação à produção rural nos diversos sistemas de produção da Região Tocantina o período que vai de 1990 a 1995 tem a seguinte configuração: tendência de crescimento do VBPr²³ dos produtos da lavoura permanente, na ordem de 14.7%, no período

²² Em menos de um ano de governo o Presidente Collor já havia lançado os seguintes planos econômicos: Plano Collor I (Plano Brasil Novo), Collor II e o Plano de Reconstrução Nacional.

²³ Valor Bruto da Produção corrigido para 2003 pelo IGP-M.

que vai de 1990 a, 1995, com taxas acima de 20% nos municípios de Montes Altos e Açailândia 14% em João Lisboa, 11,7% em Amarante e apenas 4,7% em Imperatriz, conforme tabela 4 abaixo. Observa-se ainda que no ano de 1993 ocorreu queda do VBPr em todos os municípios, e que durante esta série de dados somente neste ano é que a trajetória é declinante e somente no município de Imperatriz o crescimento é inferior a 10%.

Tabela 4: VBP a preços correntes, VBPr e tendência de crescimento dos produtos da lavoura permanente por município da Região Tocantina, no período de 1990 a 1995.

Município	1990	1991	1992	1993	1994	1995	Tendê- cia.
Açailândia	R\$ 61.148,00	R\$ 451.757,00	R\$ 3.247.120,00	R\$ 45.202,00	R\$ 1.176,00	R\$ 1.586,00	
Amarante	R\$ 6.670,00	R\$ 125.194,00	R\$ 695.460,00	R\$ 7.873,00	R\$ 113,00	R\$, 204,00	
Imperatriz	R\$ 47.244,00	R\$ 519.864,00	R\$ 4.296.631,00	R\$ 49.907,00	R\$ 378,00	R\$ 1.037,00	
João Lisboa	R\$, 19.007,00	R\$ 378.912,00	R\$ 2.444.510,00	R\$ 33.580,00	R\$ 316,00	R\$ 685,00	
Montes Altos	R\$ 9.979,00	R\$ 663.158,00	R\$ 2.750.840,00	R\$ 30.288,00	R\$ 490,00	R\$ 984,00	
Total da Região	R\$ 144.048,00	R\$ 2.138.885,00	R\$ 13.434.561,00	R\$ 166.850,00	R\$ 2.473,00	R\$ 4.496,00	
Valores corrigidos para, 2003, com base o IGP-M da FGV.							
Açailândia	R\$ 1.315,00	R\$ 1.823,00	R\$ 1.039,00	R\$ 600,00	R\$ 3.229,00	R\$ 3.774,00	
Amarante	R\$ 143,00	R\$ 505,00	R\$ 223,00	R\$ 105,00	R\$ 310,00	R\$ 485,00	
Imperatriz	R\$ 1.016,00	R\$ 2.098,00	R\$ 1.375,00	R\$ 663,00	R\$ 1.038,00	R\$ 2.467,00	
João Lisboa	R\$ 409,00	R\$ 1.529,00	R\$ 782,00	R\$ 446,00	R\$ 868,00	R\$ 1.630,00	
Montes Altos	R\$ 215,00	R\$ 2.676,00	R\$ 880,00	R\$ 402,00	R\$ 1.345,00	R\$ 2.341,00	
Total da Região	R\$ 3.098,00	R\$ 8.630,00	R\$ 4.299,00	R\$ 2.216,00	R\$ 6.789,00	R\$ 10.697,00	
Logaritmo Natural dos valores corrigidos para, 2003							
Açailândia	7,2	7,5	6,9	6,4	8,1	8,2	20,2%
Amarante	5,0	6,2	5,4	4,6	5,7	6,2	11,7%
Imperatriz	6,9	7,6	7,2	6,5	6,9	7,8	4,7%
João Lisboa	6,0	7,3	6,7	6,1	6,8	7,4	14,2%
Montes Altos	5,4	7,9	6,8	6,0	7,2	7,8	29,7%
Total da Região	8,0	9,1	8,4	7,7	8,8	9,3	14,7%

Fonte: IBGE, Dados processados pelo autor a partir da base SIDRA (IBGE, 2002a).

Com relação aos produtos da lavoura temporária verifica-se na tabela 5, uma tendência de crescimento inferior ao observado na lavoura permanente. O VBPr da Região Tocantina cresce no mesmo período a taxa de 7%, com destaque, porém, para o Município de

Amarante, com crescimento de 113%. Nos demais a evolução foi: João Lisboa, 20%, Montes Altos 9%, Açailândia 5% e Imperatriz com taxa negativa de -1%. Assim como na lavoura permanente, observa-se queda no VBPr da lavoura temporária no ano de 1993. Como se vê, somente em Amarante é que a taxa de crescimento é superior ao ocorrido na lavoura permanente, levando em consideração que este município possui a estrutura agrária menos concentrada. O aumento do VBPr se dá em função da expansão das atividades camponesas.

Tabela 5 VBP a preços correntes, VBPr e tendência de crescimento dos produtos da Lavoura temporária por município da Região Tocantina.

Município	1990	1991	1992	1993	1994	1995	Tendência
Açailândia	129117	3165088	19223051	200326	2304	3040	
Amarante	86217	701117	6150467	76800	1089	2009	
Imperatriz	313015	2354166	14593169	174622	2249	3874	
João Lisboa	113313	2645865	23422428	280702	2630	5327	
Montes Altos	57283	1145265	9850900	106033	890	1683	
Total da Região	698945	10011501	73240015	838483	9162	15933	
Valores corrigidos para, 2003, com base o IGP-M da FGV.							
Açailândia	R\$ 2.777,00	R\$ 12.771,00	R\$ 6.151,00	R\$ 2.660,00	R\$ 6.325,00	R\$ 7.233,00	
Amarante	R\$ 1.854,00	R\$ 2.829,00	R\$ 1.968,00	R\$ 1.020,00	R\$ 2.990,00	R\$ 4.780,00	
Imperatriz	R\$ 6.732,00	R\$ 9.499,00	R\$ 4.670,00	R\$ 2.319,00	R\$ 6.174,00	R\$ 9.217,00	
João Lisboa	R\$ 2.437,00	R\$ 10.676,00	R\$ 7.495,00	R\$ 3.727,00	R\$ 7.220,00	R\$ 12.674,00	
Montes Altos	R\$ 1.232,00	R\$ 4.621,00	R\$ 3.152,00	R\$ 1.408,00	R\$ 2.443,00	R\$ 4.004,00	
Total da Região	R\$ 15.032,00	R\$ 40.396,00	R\$ 23.437,00	R\$ 11.134,00	R\$ 25.153,00	R\$ 37.909,00	
Logaritmo natural dos valores corrigidos para cálculo de tendência							
Açailândia	7,9	9,5	8,7	7,9	8,8	8,9	5%
Amarante	7,5	7,9	7,6	6,9	8,0	8,5	113%
Imperatriz	8,8	9,2	8,4	7,7	8,7	9,1	-1%
João Lisboa	7,8	9,3	8,9	8,2	8,9	9,4	20%
Montes Altos	7,1	8,4	8,1	7,2	7,8	8,3	9%
Total da Região	9,6	10,6	10,1	9,3	10,1	10,5	7%

Fonte: IBGE, Dados processados pelo autor a partir da base SIDRA (IBGE, 2002a).

A extração vegetal representou durante a década de oitenta a principal atividade econômica de muitos estabelecimentos rurais da região, principalmente dos latifúndios, com

destaque para a extração de madeiras em tora. Existia no início dos anos oitenta, na região, de acordo com a tabela 2, 68 empresas madeireiras, empregando 1.421 pessoas. Na década, observa-se o declínio desta atividade em quase todos os Municípios. A exceção é para Amarante que tem o VBPr extrativista aumentado em 97%. A razão desta elevação é a exploração madeireira em terras indígenas, fazendo com que se deslocassem para os municípios diversas indústrias madeireiras. A falta de fiscalização dos órgãos competente fez com que a extração de madeira clandestina se tornasse a principal atividade econômica no início da década de noventa neste município²⁴.

Embora seja a extração vegetal uma atividade em declínio na região nos anos noventa, a primeira metade da década registra uma expansão na ordem de 12%, sendo: Açailândia (-1%), Amarante (97%), Imperatriz (2%), João Lisboa (1%) e Montes Altos (11%), nota-se que a evolução do VBPr em Açailândia, Imperatriz e João Lisboa foi praticamente estável, conforme se visualiza na tabela 6 a seguir.

²⁴ Sobre a produção de madeira em tora na Região Tocantina, ver tabela 6 em anexo.

Tabela 6: VBP a preços correntes, VBPr e tendência de crescimento dos produtos da Extração Vegetal por município da Região Tocantina.

Município	1990	1991	1992	1993	1994	1995	Tendência
Açailândia	1124432	5544905	81262652	1772733	6783	10702	
Amarante	35027	461854	65606759	2247675	5254	10075	
Imperatriz	181296	1174579	13212080	267686	1337	2320	
João Lisboa	63466	726073	7556725	150368	604	896	
Montes Altos	6419	33935	388786	6564	62	113	
Total/Região	1410640	7941346	168027002	4445026	14040	24106	
Valores corrigidos para 2003, com base o IGP-M da FGV.							
Açailândia	R\$ 24.183,00	R\$ 22.374,00	R\$ 26.004,00	R\$ 23.540,00	R\$ 18.622,00	R\$ 25.463,00	
Amarante	R\$ 753,00	R\$ 1.864,00	R\$, 20.994,00	R\$ 29.847,00	R\$ 14.424,00	R\$ 23.971,00	
Imperatriz	R\$ 3.899,00	R\$ 4.739,00	R\$ 4.228,00	R\$ 3.555,00	R\$ 3.671,00	R\$ 5.520,00	
João Lisboa	R\$ 1.365,00	R\$ 2.930,00	R\$ 2.418,00	R\$ 1.997,00	R\$ 1.658,00	R\$ 2.132,00	
Montes Altos	R\$ 138,00	R\$ 137,00	R\$ 124,00	R\$ 87,00	R\$ 170,00	R\$ 269,00	
Total /Região	R\$ 30.339,00	R\$ 32.043,00	R\$ 53.769,00	R\$ 59.026,00	R\$ 38.545,00	R\$ 57.355,00	
Análise do Logaritmo natural dos valores corrigidos para, 2003							
Açailândia	10	10	10	10	10	10	-1%
Amarante	7	8	10	10	10	10	97%
Imperatriz	8	8	8	8	8	9	2%
João Lisboa	7	8	8	8	7	8	1%
Montes Altos	5	5	5	4	5	6	11%
Total /Região	10	10	11	11	11	11	12%

Fonte: IBGE, Dados processados pelo autor a partir da base SIDRA (IBGE, 2003a).

Embora a pecuária seja considerada uma atividade tipicamente das fazendas e dos latifúndios empresariais e tendo a Região Tocantina, conforme demonstrado anteriormente através do índice de GINI, forte concentração fundiária, o crescimento do efetivo bovino na primeira metade da década de 90 foi de apenas 5,3%, e efetivo de pequenos animais (caprinos, ovinos e suínos) -0,80%, enquanto a quantidade de aves 1,3%. No início da década de noventa a região possuía 557467 cabeças de gado, passando em, 1995 para 109578.

Verifica-se, portanto, no início da década de noventa, na Região Tocantina, taxas

de crescimento mais elevadas, para o VBPr das culturas de permanente e extração vegetal, taxas menores na lavoura temporária e efetivo bovino e uma tendência de estabilização no efetivo de aves e pequenos animais, assim, como na tendência do efetivo de animais, a produção animal também tem trajetória de crescimento semelhante. De 1990 a 1995, a tendência de crescimento da quantidade de vacas ordenhadas é de 6%, taxa semelhante para a produção de leite e crescimento de apenas 2% para a produção de ovos de galinha, conforme se visualiza na tabela 7 abaixo.

Tabela 7: Tendência de crescimento do VBPr dos diversos sistemas de produção e das quantidades da produção animal., 1990 a, 1995

	Ano						
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	Tendênc ia*
Produção animal							
Vacas ordenhadas	49571	51792	53146	56990	64648	66429	6%
Leite (Mil litros)	29003	30278	31135	33863	37057	38170	6%
Galinhas	431563	436508	460553	464113	465446	463406	2%
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	3269	3326	3557	3623	3662	3616	2%
Codornas	3200	7560	10030	10284	9956	10948	22%
Ovos de Codorna (Mil dúzias)	1	84	106	108	106	116	101%
Extração Vegetal							
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
VBPr	30.339,0 0	32.043,0 0	53.769,0 0	59.026,0 0	38.545,0 0	57.355,0 0	12%
Lav. Permanente							
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
VBPr	3.098,00	8.630,00	4.299,00	2.216,00	6.789,00	10.697,0 0	15%
Lav. Temporária							
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
VBPr	15.032,0 0	40.396,0 0	23.437,0 0	11.134,0 0	25.153,0 0	37.909,0 0	7%
Total da Região							
Bovinos	557467	581069	599585	655806	691404	709578	5,30%
Peq. Animais	100542	100971	100427	99112	98143	96828	-0,80%
Aves	894371	904447	942380	949951	950376	951079	1,30%

* Cálculo de tendência a partir do logaritmo natural do VBPr e quantidade produzida.

Fonte: IBGE, Dados processados pelo autor a partir da base SIDRA (IBGE, 2002a, 2003b).

Diante dos dados apresentados anteriormente nos diversos sistemas de produção no início da década de noventa, como estaria estruturada a produção rural entre as diversas estruturas de produção? Seriam as estruturas camponesas uma alternativa ao modelo concentrador? Poderia tais indicadores ser melhores se ao invés dos incentivos ao grande capital, o processo de colonização da região fosse centrado no incentivo a pequena propriedade? Teria enfim a economia camponesa índices de produtividade que comprovasse sua viabilidade na região? Mesmo já observando que durante a década de 90 enquanto a produção de madeira em tora entrava em declínio, com a falência das principais indústrias estabelecidas com incentivos fiscais e monetários e que a produção das culturas temporárias permanecia em trajetória regular, comprovando de certa forma a capacidade de adaptação das unidades de produção camponesa na região, examinaremos com base nos dados do censo de 1995/96 esta realidade, com o propósito de demonstrar que as estruturas camponesas tem uma contribuição significativa na produção rural e não apresenta índices de produtividade significativamente distintos das demais formas de produção na região, portanto, capaz de se tornar uma alternativa ao desenvolvimento regional.

CAPÍTULO III

3 A PRODUÇÃO RURAL NA REGIÃO TOCANTINA NOS ANOS NOVENTA

No segundo capítulo deste trabalho demonstramos as conseqüências para a região do modelo de desenvolvimento implantado ao longo de sua história, ao analisarmos a produção rural na década de noventa com base nos dados do censo agropecuário de 1995/96 pretendemos, comprovar que, embora o desenvolvimento regional tenha privilegiado as grandes estruturas do agrário regional a agricultura familiar tem uma contribuição significativa na produção rural e não apresenta índices de produtividade significativamente distintos das demais formas de produção da região, podendo assim representar um elemento importante na promoção do desenvolvimento regional com base nas perspectivas da sustentabilidade.

Para uma melhor caracterização da estrutura agrária na região seguimos a definição de Costa (2000, p. 134) para as estruturas produtivas rurais na Amazônia. De acordo com o autor, são três as estruturas básicas do agrário na Amazônia: a unidade de produção camponesa, a fazenda e a grande empresa agropecuária, e ainda, as unidades de produção camponesas são caracterizadas pela relação entre família e processo de produção, sendo a mesma definidora das necessidades reprodutivas com capacidade de estabelecer a extensão e intensidade da utilização de sua capacidade de trabalho. Ao depender basicamente do trabalho familiar, é ao mesmo tempo unidade de produção e de consumo, sendo, portanto, uma referência crucial para o processo de tomada de decisão, que toma sempre por base o “balanço entre o peso de suas necessidades e o custo do esforço físico para obtenção das mesmas”²⁵.

Sendo assim, o estabelecimento camponês caracteriza-se, na constituição das relações de propriedade sobre as quais se assenta, por acessar terras e demais recursos da natureza em extensão definida por processos de apropriação que tem seu fundamento na capacidade, também interna a cada família (Ibid., p. 136).

²⁵ Para um maior aprofundamento do processo de tomada de decisão interna das unidades de produção camponesa ver o capítulo 1 deste trabalho, Chayanov (1974) e Costa (2000).

No que diz respeito ao lucro, não constitui os mesmos obstáculos ou incentivo ao desenvolvimento desta forma de produção, podendo manter o “status quo” na sua ausência desde que o mesmo não afete o processo de reprodução familiar, “ mesmo que expectativas de lucro se frustrem reiteradamente, a unidade produtiva camponesa continua em funcionamento e muito provavelmente não alterará” (COSTA, 2000, p. 117). Tendo em vista o predomínio do trabalho familiar nas unidades camponesas, sua área será limitada em até 200 hectares, por constituir o estrado com maior concentração do mesmo.

Por fazenda, entendemos os estabelecimentos mais próximos de uma relação mercantil comprometida com a maximização dos lucros através de uma função de produção intensiva em capital e utilização de mão de obra assalariada com baixa remuneração. O objetivo principal destes estabelecimentos é a remuneração do capital instalado de forma a manter o padrão de vida de seus proprietários através do poder político e econômico²⁶. Embora exista a gestão e o trabalho familiar, a predominância do trabalho é assalariado ou a parceria. Desta forma, adotamos conforme incidência do trabalho assalariado, os estrados de área entre 200 e menos de 5000 hectares.

Com relação aos latifúndios empresariais, consideramos os estabelecimentos acima de 5.000 hectares, por representar unidades de produção que utilizam grandes extensões de terras com caráter exclusivamente capitalista, onde, o processo de decisão está orientado a obtenção de lucros pela rentabilidade dos recursos aplicados, não importando como utilizam os recursos da natureza, quer por técnicas avançadas ou por modelos de exploração artesanal.

Desta maneira pretende-se através da análise dos dados do censo agropecuário de 1995-96, contextualizar historicamente e institucionalmente a produção familiar rural na

²⁶ Costa (2000, p. 137) destaca ainda que nestas unidades de produção, “a presença do grupo familiar responsável é constante, tanto na gestão quanto em atividades de caráter produtivo direto”. O fundamental do trabalho é, contudo, proveniente de assalariamento ou de parcerias.

Região Tocantina, como também, fazer a contextualização estrutural da produção familiar rural, contrastando com as demais formas de produção e verificando como vem evoluindo sua produção comparativamente com as demais estruturas produtivas, para então, indicar perspectivas e possibilidades de desenvolvimento com maior eficiência para as unidades de produção camponesas.

3.1 A estruturação do valor da produção rural

Até meados da década de 90 (noventa) a Região Tocantina se limitava aos municípios de: Açailândia, Amarante do Maranhão, Imperatriz, João Lisboa e Montes Altos. O valor bruto de sua produção agrícola a preços correntes de 1996 representava 9,26% do total do Estado do Maranhão, com o valor de R\$ 53.027.515, distribuído da seguinte forma: R\$ 21.542.594,29 produção camponesa, R\$ 29.534.763,84 produção das fazendas e R\$ 1.938.875,00 produção dos latifúndios empresariais, conforme se visualiza no gráfico abaixo.

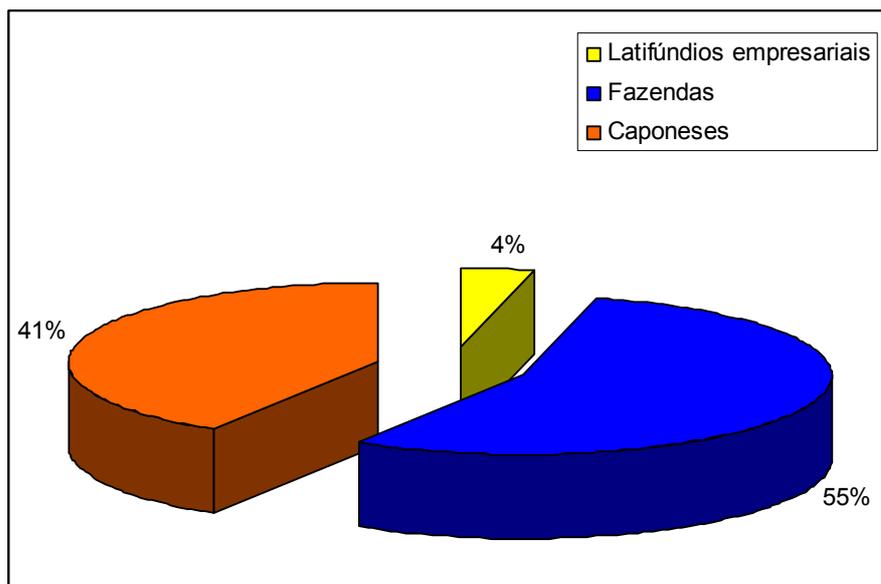


Gráfico 1: Distribuição do VBPC por forma de produção
Fone: IBGE

O valor bruto da produção a preços correntes para 1996 das unidades camponesas se distribuía entre as diversas atividades econômicas da seguinte maneira: 44,09% lavoura temporária, 32,01% venda de bovinos, 10,12% venda de aves, 6,06% lavoura permanente, 4,37% extração vegetal, 1,98% horticultura e 1,37% produção de suínos, enquanto o valor bruto da produção das fazenda se distribuía em: 79% vendas de bovinos, 8,59% lavoura temporária, 7,39 lavoura permanente, 3,32% extração vegetal e as demais atividades econômicas abaixo de 0,5% do total desta forma de produção, com relação aos latifúndios empresariais. O VBPC²⁷ de, 1996) se concentrava essencialmente na venda de bovinos, com 90,16% do total. A tabela 8 a seguir demonstra a distribuição do VBPC na região e sua estruturação nas diversas atividades econômicas e forma de produção.

²⁷ Valor bruto da produção a preços correntes de 1996.

Tabela 8: Valor Bruto da Produção animal e vegetal a preços correntes de 1996 e participação relativa de cada estrutura produtiva na Região Tocantina, 1995-1996.

Subsetores	Camponeses	Fazendas	Latifúndios Empresariais	Total
Produção Animal				
Bovinos	6.899.640,00	23.491.018,00	1.748.163,00	32.138.821,00
Suínos	294.697,00	102.528,00	2.250,00	399.475,00
Aves	2.181.899,00	34.027,00		2.215.926,00
Agricultura				
Lav. Temporária	9.502.400,24	2.537.110,64	145.262,00	12.184.772,88
Lav. Permanente	1.306.898,54	2.182.847,50	33.600,00	3.523.346,04
Horticultura	427.302,93	7.330,00		434.632,93
Silvicultura		198.387,78		, 198.387,78
Extração Vegetal	941.039,08	981.748,70	9.600,00	1.932.387,78
Total	21.553.876,79	29.534.997,62	1.938.875,00	53.027.749,41
Estrutura relativa (total das colunas = 100%)				
Produção Animal				
Bovinos	32,01	79,54	90,16	60,61
Suínos	1,37	0,35	0,12	0,75
Aves	10,12	0,12	0,12	0,75
Agricultura				
Lav. Temporária	44,09	8,59	7,49	22,98
Lav. Permanente	6,06	7,39	1,73	6,64
Horticultura	1,98	0,02		0,82
Silvicultura			0,00	
Extração Vegetal	4,37	3,32	0,50	3,64
Total	100%	100%	100%	100%
Estrutura relativa (Total das linhas = 100%)				
Produção Animal				
Bovinos	21,47	73,09	5,44	100%
Suínos	73,77	25,67	0,56	100%
Aves	98,46	1,54	0,00	100%
Agricultura				
Lav. Temporária	77,99	20,82	1,19	100%
Lav. Permanente	37,09	61,95	0,95	100%
Horticultura	98,31	1,69	0,00	100%
Silvicultura	0,00	100,00	0,00	100%
Extração Vegetal	48,70	50,80	0,50	100%
Total	40,65	55,70	3,66	100%

Fonte: Processamento do autor a partir da base SIDRA (IBGE, 1996).

Comprova-se através desta análise a importância da produção camponesa para a Região Tocantina e sua capacidade de competir com as demais formas. Pelo exame do valor bruto da produção verifica-se ainda que somente nos itens: valor bruto da venda de bovinos, VBPC da lavoura permanente e extração vegetal têm valores inferiores às fazendas, já com relação aos latifúndios empresariais o VBPC das estruturas camponesas é superior em praticamente todos os itens (com exceção da silvicultura), chegando ao ponto de superá-lo em 1.111,69%. Este fato comprova a relevância da produção camponesa para a Região Tocantina.

Além de fornecer os principais produtos agrícolas, tem uma produção bastante diversificada e capacidade de gerar renda em proporções superiores às demais formas de produção, como o caso da lavoura temporária, vendas de suínos, aves e horticultura.

Conforme ainda destaca os dados da tabela 8, não se verifica registro para a produção de produtos da silvicultura por parte das unidades camponesas como também para os latifúndios empresariais. Este fato demonstra, primeiramente, que as unidades camponesas não foram responsáveis diretos na década de 90 pela extração de madeiras em toras como também pela produção de carvão vegetal, atividade esta em crescente expansão na região, em função do pólo siderúrgico no Município de Açailândia. Demonstra ainda que do total desta atividade econômica, as fazendas são responsáveis pelo total da produção, muito embora, no item extração vegetal o censo agropecuário registre produção de madeira em tora, carvão vegetal e estacas de madeira para as unidades camponesas. Estes itens tem pouca expressão no total da produção, representando somente 4,37% do VBPC.

Comparando ainda o VBPC da Região Tocantina com o total do estado a lavoura temporária contribui com 23,32%. Levando em consideração que o Estado do Maranhão está distribuído em 22 microrregiões, a participação da Região Tocantina é representativa, sendo a mesma a principal atividade econômica das unidades camponesas comprova-se, enfim, que independentemente dos fatores institucionais contrários à produção camponesa colabora

decisivamente não somente com a produção agrícola regional, mas também seu potencial com relação ao estado²⁸.

Com relação à distribuição do VBPC entre os municípios da região, observa-se na tabela 9, a seguinte relação: o Município de Açailândia é responsável por toda a produção de produtos da silvicultura, possuindo ainda a maior produção bovina. Neste município observa-se também o maior VBPC para as fazendas e latifúndios empresariais, já o valor da produção camponesa supera somente o Município de Montes Altos. O que torna o Município de Açailândia com estas características, de maior incidência das unidades de produção com maior concentração fundiária, é sua localização geográfica e o processo de ocupação desencadeado a partir da construção da Belém-Brasília.

Próximo do Estado do Pará e com a mesma configuração geográfica, tem na exploração dos recursos naturais da floresta Amazônica a principal atividade durante a década de oitenta e início da de noventa, porém, com seu esgotamento dá lugar ao surgimento das pastagens para o gado, justificando assim, a forte participação do VBPC da produção das fazendas com um total de R\$ 11.568.935,32 e dos latifúndios empresariais com R\$ 1.236.606,00. Para se ter noção desta participação, o total das fazendas e latifúndios empresariais neste município representam 63,78% e 39,17% respectivamente, do total da Região Tocantina.

No caminho oposto ao do Município de Açailândia está Amarante, Embora o valor bruto de sua produção animal e vegetal seja apenas a terceira região, representando somente 10,7% do total, tem a maior participação proporcional das unidades de produção camponesa, com 75,63% do VBPC no município, sendo assim distribuídos: R\$ 2.235.998,66 lavouras temporárias, R\$ 1.241.926,00 vendas de bovinos, R\$ 353.367,51 lavouras permanentes, R\$ 334.055,73 extração vegetal, R\$ 80.918,00 vendas de aves, R\$ 50.246,00

²⁸ Para uma melhor comparação do valor bruto da produção camponesa com relação ao total do Estado do Maranhão, ver tabela 7 em anexo.

vendas de suínos e R\$ 16.383,00 horticultura.

O que tornaria estes dois municípios com estruturação do VBPC em direção oposta? A resposta a este questionamento passa necessariamente pela análise do processo histórico da formação dos municípios da região. Enquanto o Município de Açailândia teve sua formação acelerada com a construção da rodovia Belém/Brasília e se localiza conforme citado anteriormente, na divisa do Estado do Pará, sofre forte influência do processo de desenvolvimento implantado ao longo de sua história, com favorecimento dos grandes estabelecimentos agroindustriais, os recursos naturais da floresta Amazônica. Por outro lado o Município de Amarantes teve sua formação ligada às correntes migratórias de camponeses nordestinos pelos chamados “caminhos do gado”, conforme demonstrado no capítulo dois deste trabalho. Por um lado a concentração fundiária e por outro a predominância das pequenas unidades de produção; como se observa ainda na tabela 9, neste município não existem registros de produção para os estabelecimentos latifundiários, fato que comprova as consequências do processo de ocupação da Região Tocantina.

Analisando os municípios de Imperatriz e João Lisboa, verifica-se uma considerável participação do VBP (valores de 1996) da venda de bovinos nas três formas de produção: camponeses, fazendas e latifúndios empresariais. Se considerarmos que estão localizados na divisa dos Cerrados com a floresta Amazônica, concluímos então, que sua produção agrícola sofre a influência dos dois processos de ocupação da região, ou seja, a forte participação das unidades camponesas pioneiras, oriunda do processo de ocupação espontâneo das correntes migratórias nordestinas e dos médios e grandes estabelecimentos surgidos com a aceleração migratória promovida pela construção da Belém/Brasília.

Tabela 9: Distribuição espacial do valor bruto da produção animal e vegetal a preços correntes por estrutura produtiva e municípios da Região Tocantina em, 1995-96.

	CAMPONESES	FAZENDA	LAT.EMPRES.	TOTAL
AÇAILANDIA				
Lavoura. Temporária	2.022.903,50	1.113.406,50	73.662,00	3.209.972,00
Lavoura. Permanente.	287.364,77	1.500.777,32	33.600,00	1.821.742,09
Horticultura	19.821,96	609,50		20.431,46
Silvicultura	-	198.154,00		198.154,00
Extração Vegetal	406.593,35	288.520,00	9.600,00	704.713,35
Bovinos	676.224,00	8.411.106,00	1.119.744,00	10.207.074,00
Suínos	44.916,00	45.328,00		90.244,00
Aves	26.304,00	11.034,00		37.338,00
TOTAL	3.484.127,58	11.568.935,32	1.236.606,00	16.289.668,90
AMARANTES				
Lavoura. Temporária	2.235.998,66	308.095,00		2.544.093,66
Lavoura. Permanente.	353.367,51	117.549,00		470.916,51
Horticultura	16.383,90	10,00		16.393,90
Silvicultura		-		-
Extração Vegetal	334.055,73	52.010,40		386.066,13
Bovinos	1.241.926,00	899.127,00		2.141.053,00
Suínos	50.246,00	7.867,00		58.113,00
Aves	80.918,00	4.917,00		85.835,00
TOTAL	4.312.895,80	1.389.575,40		5.702.471,20
JOAO LISBOA				
Lavoura. Temporária	3.113.359,24	251.709,60	20.000,00	3.385.068,84
Lavoura. Permanente.	89.118,76	9.276,00		98.394,76
Horticultura	68.541,40	2.000,00		70.541,40
Silvicultura				-
Extração Vegetal	63.125,00	24.254,00		87.379,00
Bovinos	1.210.559,00	7.377.507,00	210.624,00	8.798.690,00
Suínos	74.985,00	8.615,00		83.600,00
Aves	1.925.409,00	1.399,00		1.926.808,00
TOTAL	6.545.097,40	7.674.760,60	230.624,00	14.450.482,00
IMPERATRIZ				
Lavoura. Temporária	1.361.214,84	636.714,04		1.997.928,88
Lavoura. Permanente.	193.770,30	260.557,18		454.327,48
Horticultura	321.501,67	4.573,00		326.074,67
Silvicultura				-
Extração Vegetal	125.395,40	606.145,30		731.540,70
Bovinos	2.568.768,00	5.906.937,00	382.470,00	8.858.175,00
Suínos	95.645,00	29.115,00		124.760,00
Aves	56.627,00	5.507,00		62.134,00
TOTAL	4.722.922,21	7.449.548,52	382.470,00	12.554.940,73
MONTES ALTOS				
Lavoura. Temporária	757.691,50	227.185,50	51.600,00	1.036.477,00
Lavoura. Permanente.	383.277,20	294.688,00		677.965,20
Horticultura	1.004,00	137,50		1.141,50
Silvicultura				
Extração Vegetal	11.869,60	10.819,00		22.688,60
Bovinos	1.202.163,00	896.341,00	35.325,00	2.133.829,00
Suínos	28.905,00	11.603,00	2.250,00	42.758,00
Aves	92.641,00	11.170,00		103.811,00
TOTAL	2.477.551,30	1.451.944,00	89.175,00	4.018.670,30

Fonte: IBGE. Censo agropecuário 1995-96. Processamento do autor a partir da base de dados SIDRA.

Observa-se ainda na tabela 10 abaixo, que a distribuição do VBPC nos municípios citados se dá de forma diferenciada dos demais, ou seja, com a seguinte configuração: no Município de João Lisboa 45,40% do VBPC é das unidades de produção camponesas, 53,11% das fazendas e 1,60% dos latifúndios empresariais, e em Imperatriz respectivamente, 37,62%, 59,34% e 3,05%. Nota-se também uma elevação da participação das fazendas e latifúndios empresariais, nos municípios mais próximos da floresta Amazônica.

Tabela 10: Distribuição espacial do valor bruto da produção animal e vegetal a preços correntes e participação relativa de cada estrutura produtiva na Região Tocantina, 1995-96.

Município	Camponeses	Fazendas	Latifúndios Empresariais	Total
Açailândia	3.484.127,58	11.568.935,32	1.236.606,00	16.289.668,90
Amarantes	4.312.895,80	1.389.575,40		5.702.471,20
Imperatriz	4.722.922,21	7.449.548,52	382.470,00	12.554.940,73
João Lisboa	6.545.097,40	7.674.760,60	230.624,00	14.450.482,00
Montes Altos	2.477.551,30	1.451.944,00	89.175,00	4.018.670,30
Total	21.542.594,29	29.534.763,84	1.938.875,00	53.016.233,13
Estrutura relativa (Total das colunas= 100%)				
Açailândia	16,17	39,17	63,78	30,72581347
Amarantes	20,02	4,70	0,00	10,75608519
Imperatriz	21,92	25,22	19,73	23,68131417
João Lisboa	30,38	25,99	11,89	27,25671204
Montes Altos	11,50	4,92	4,60	7,580075126
Total	100%	100%	100%	100%
Estrutura relativa (Total das linhas =100%)				
Açailândia	21,39	71,02	7,59	100%
Amarantes	75,63	24,37	0,00	100%
Imperatriz	37,62	59,34	3,05	100%
João Lisboa	45,29	53,11	1,60	100%
Montes Altos	61,65	36,13	2,22	100%
Total	40,63	55,71	3,66	100%

Fonte: IBGE, Censo agropecuário – 1995-96. Processamento do autor a partir da base SIDRA

Desta forma, a análise da estruturação do VBPC rural da Região Tocantina com base nos dados do censo agropecuário de 1995-96, apresentado nas observações das tabelas 8, 9, e 10, demonstram, conforme já citado anteriormente, que as unidades de produção camponesas na Região Tocantina apresentam níveis de produção superior às demais formas

de produção na lavoura temporária, horticultura, venda de aves e suínos, sendo inferior somente no VBPC de bovinos, lavoura permanente e silvicultura, quando comparado com as fazendas e superior aos latifúndios empresariais em todas as atividades econômicas; demonstrando assim, elevada capacidade produtiva.

3.2 A estruturação do emprego na produção rural

A ocupação da mão de obra nas diversas formas de produção na Região Tocantina tem a seguinte distribuição: camponeses com 44.598 unidades, fazendas com 10.467 e os latifúndios empresariais contribuindo somente com 272, no total da região de 55.337 ocupações. Como se visualiza no gráfico abaixo, as unidades de produção camponesas empregam o maior volume de mão de obra, contribuindo assim, com a fixação do homem no campo e conseqüentemente a diminuição dos conflitos sociais oriundos do esgotamento do modelo concentrador dos grandes empreendimentos exploradores dos recursos naturais da floresta Amazônica.

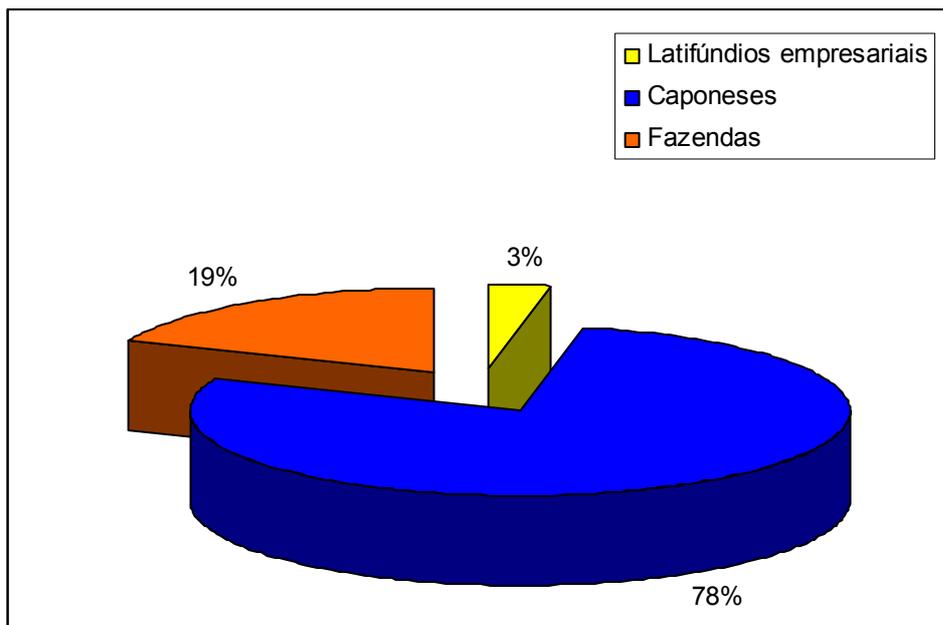


Gráfico 2 Mão de obra por forma de produção na Região Tocantina
Fone: IBGE. Censo agropecuário, 1996-1997.

Do total da Região Tocantina, o município com maior ocupação de mão de obra nas atividades rurais é João Lisboa, com 15.175 ocupações distribuídas da seguinte maneira: camponeses 13.818, fazendas 1.262, e os latifúndios empresariais com somente 97, sendo a menor ocupação Açailândia, com 7.297 unidades, assim distribuídas: camponeses 3.500, fazendas 3.696 e os latifúndios empresariais com 101; como se vê existe uma correlação negativa entre o número de ocupações e a estrutura agrária da região, quanto maior os estabelecimentos menor o número de ocupações.

Tabela 11: Distribuição da mão de obra ocupada por forma de produção.e município da Região Tocantina, 1995-96.

Município	Camponeses	Fazendas	Latifúndios Empresariais	Total
Açailândia	3500	3696	101	7297
Amarante	12795	1035		13830
Imperatriz	7214	3135	60	10409
João Lisboa	13816	1262	97	15175
Montes Altos	7273	1339	14	8626
Total da Região Tocantina	44598	10467	272	55337
Estrutura relativa (total das colunas =100%)				
Açailândia	7,85	35,31	37,13	13,19
Amarante	28,69	9,89	0,00	24,99
Imperatriz	16,18	29,95	22,06	18,81
João Lisboa	30,98	12,06	35,66	27,42
Montes Altos	16,31	12,79	5,15	15,59
Total da Região Tocantina	100%	100%	100%	100%
Estrutura relativa (total das linhas = 100%)				
Açailândia	47,96	50,65	1,38	100%
Amarante	92,52	7,48	0,00	100%
Imperatriz	69,31	30,12	0,58	100%
João Lisboa	91,04	8,32	0,64	100%
Montes Altos	84,31	15,52	0,16	100%
Total da Região Tocantina	80,59	18,92	0,49	100%

Fonte: IBGE, Censo agropecuário – 1995-96. Dados processados pelo autor a partir da base SIDRA .

Conforme demonstram os dados da tabela anterior, somente no Município de Açailândia é que as ocupações de mão-de-obra nas unidades de produção camponesas são superadas pelas fazendas. Em todos os demais municípios da região a ocupação de mão-de-obra desta forma de produção supera consideravelmente as demais formas de produção, chegando no caso específico de Amarantes a representar a ordem de doze ocupações por uma das fazendas, relação esta que se reproduz também no Município de João Lisboa. Nos municípios de Imperatriz e Montes Altos a distribuição da mão-de-obra ocupada segue a mesma lógica de Amarante e João Lisboa, porém, em proporções menores que estes.

Quando comparamos a distribuição de mão-de-obra por atividade econômica, conforme demonstra a tabela 12, observamos a seguinte configuração: do total de ocupações da Região Tocantina, 40,18% são relacionados à pecuária, 37,32% lavoura temporária, 17% produção mista, 3,22% lavoura permanente e as demais atividades abaixo de 1,5%, examinando a configuração de cada município; observa-se que a pecuária emprega o maior volume de mão de obra em Açailândia, Imperatriz, e Montes Altos, e a lavoura temporária em Amarante e João Lisboa.

A análise dos dados abaixo (tabela 12) permite observar que as principais atividades econômicas por volume de mão de obra, pecuária e lavoura permanente representam as duas formas de produção com maior VBPC, uma vinculada mais diretamente aos camponeses e a outra às fazendas. No caso específico desta forma de produção seu crescimento está relacionado ao esgotamento das atividades extrativas de madeira na floresta Amazônica e a aceleração migratória de fazendeiros dos estados da Bahia, Minas Gerais e Goiás com a construção da Belém-Brasília, conforme citado no segundo capítulo deste trabalho, o que demonstra sua importância nos municípios de Açailândia, Imperatriz e João Lisboa, localidades mais próximas da rodovia e da floresta Amazônica na Região Tocantina.

Tabela 12: Pessoal ocupado por atividade econômica e município da Região Tocantina em 1996..

Região	Lavoura temporária	Lavoura permanente	Horticultura	Pecuária	Produção mista: lavoura e pecuária	Silvicultura	Pesca e aquíicultura	Produção de carvão vegetal	Total
Açailândia	1863	375	4	4076	795	30	-	154	7297
Amarante do Maranhão	6231	346	20	3596	3425	167	-	45	13830
Imperatriz	2257	352	191	5709	1421	342	18	119	10409
João Lisboa	9624	278	63	3555	1557	22	9	56	15164
Montes Altos	679	429	-	5289	2215	-	-	14	8626
Total da Região	20654	1780	278	22225	9413	572	27	388	55337
Estrutura relativa (Total das colunas = 100%)									
Açailândia	9,02	21,07	1,44	18,34	8,45	5,24		39,69	13,19
Amarante do Maranhão	30,17	19,44	7,19	16,18	36,39	29,20		11,60	24,99
Imperatriz	10,93	19,78	68,71	25,69	15,10	59,79	66,67	30,67	18,81
João Lisboa	46,60	15,62	22,66	16,00	16,54	3,85	33,33	14,43	27,40
Montes Altos	3,29	24,10		23,80	23,53			3,61	15,59
Total da Região	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Estrutura relativa (Total das linhas = 100%)									
Açailândia	25,53	5,14	0,05	55,86	10,89	0,41		2,11	100%
Amarante do Maranhão	45,05	2,50	0,14	26,00	24,77	1,21		0,33	100%
Imperatriz	21,68	3,38	1,83	54,85	13,65	3,29	0,17	1,14	100%
João Lisboa	63,47	1,83	0,42	23,44	10,27	0,15	0,06	0,37	100%
Montes Altos	7,87	4,97		61,31	25,68			0,16	100%
Total da Região	37,32	3,22	0,50	40,16	17,01	1,03	0,05	0,70	100%

Fonte: IBGE, Censo agropecuário – 1995-96. Dados Processados pelo autor a partir da base SIDRA.

A estruturação do emprego na produção rural, com base nos dados do censo agropecuário de 1995-96, tem, portanto, esta configuração, com a pecuária e a lavoura temporária como as principais atividades econômicas e as unidades camponesas como responsável pela absorção da maior parte da mão de obra rural. Diante desta realidade reforça-se a importância desta forma de produção para o desenvolvimento da Região Tocantina, ao

contribuir com a fixação do homem no campo, além de ser responsável por 40,63% do VBPC rural.

3.3 A estruturação da propriedade da terra

A propriedade da terra na Região Tocantina, conforme ressaltamos no segundo capítulo, foi fruto do processo de ocupação espontâneo e da intervenção governamental na região; os conflitos sociais entre os diversos atores sociais interessados na posse da terra, marcaram décadas de violência no campo. A expulsão dos camponeses por parte de grupos empresariais e de fazendeiro a partir da construção da Belém-Brasília no final dos anos 50 representou uma nova ordem na configuração do agrário regional.

A tabela 13 abaixo demonstra como se dá na década de noventa, a partir do censo agropecuário, a estruturação da propriedade da terra. Do total de 1.493.328,62 hectares, as unidades camponesas estão assentadas em 400.791,63 ha, as fazendas em 978.695,69 ha e os latifúndios empresariais em 113.841,30 ha, assim distribuídos: 11.857 estabelecimentos camponeses, 1.471 fazendas e 14 latifúndios empresariais.

Do total de estabelecimentos camponeses, a maior incidência está no Município de João Lisboa, com 4.131 estabelecimentos, seguido por Amarante, com 3.547 estabelecimentos, enquanto Açailândia, com 1.059, possui o menor número. Já com relação às fazendas encontramos uma relação oposta. Açailândia, com 466 estabelecimentos, possui o maior número, seguido por Imperatriz, Amarante, Montes Altos e João Lisboa.

Tabela 13: Distribuição da terra por forma de produção e Municípios da Região Tocantina - 1995-96.

Região	Camponeses	Fazendas	Latifúndios empresariais	Total
Açailândia	48.395,62	384.487,27	58.141,74	491.024,63
Amarante do Maranhão	111.622,67	106.557,73		218.180,40
Imperatriz	82.251,41	274.304,85	8.712,00	365.268,26
João Lisboa	75.878,44	117.703,96	26.968,48	220.550,89
Montes Altos	82.643,49	95.641,88	20.019,08	198.304,45
Total da Região	400.791,63	978.695,69	113.841,30	1.493.328,62
Numero de estabelecimentos por forma de produção				
	Camponeses	Fazendas	Latifúndio empresarial	Total
Açailândia	1059	466	7	1532
Amarante do Maranhão	3547	227	0	3774
Imperatriz	1773	388	2	2163
João Lisboa	4131	192	3	4326
Montes Altos	1347	198	2	1547
Total da Região	11857	1471	14	13342
Área média dos estabelecimentos				
	Camponeses	Fazendas	Latifúndio empresarial	Total
Açailândia	45,70	825,08	8.305,96	28.883,80
Amarante do Maranhão	31,47	469,42		12.834,14
Imperatriz	46,39	706,97	4.356,00	21.486,37
João Lisboa	18,37	613,04	8.989,49	12.973,58
Montes Altos	61,35	483,04	10.009,54	11.664,97
Média da Região	33,80	665,33	8.131,52	111,93

Fonte: IBGE, Censo agropecuário – 1995-96. Dados Processados pelo autor a partir da base SIDRA.

A relação oposta entre os municípios com maior concentração de terra nas unidades camponesas e os municípios com maior concentração nas fazendas, explica-se também, pelo processo de ocupação e de intervenção econômica na região. Mais uma vez, os municípios mais próximos da floresta Amazônica e da rodovia Belém/Brasília apresentam maior concentração fundiária, como o caso de Açailândia, Imperatriz e João Lisboa. Nestes municípios a estruturação da propriedade da terra se dá favorecendo as unidades de produção

com maior área.

Outra particularidade da estruturação da propriedade da terra é que somente no Município de Amarante o total de hectares das unidades camponesas supera as fazendas. Em todos os demais as fazendas se assentam em áreas superiores às demais formas de produção, com diferenças maiores nos Municípios de Açailândia e Imperatriz.

Com relação a área por mão de obra, nos latifúndios empresariais chega ao ponto máximo de 1.429,93 hectare por mão-de-obra no município de Montes Altos e o mínimo de 145,20 em Imperatriz, enquanto nas unidades camponesas possui a distribuição máxima na ordem de 13,83 hectares/mão de obra em Açailândia e o mínimo de 5,49 em João Lisboa²⁹.

Já a condição do produtor, em todos os municípios os proprietários são responsáveis por mais de 95% das áreas, seguidos pelos ocupantes 2,25%, arrendatários 0,94% e parceiros 0,06%. Como se vê na década de noventa já se tinha uma organização definida da propriedade da terra, embora os conflitos sociais tenham se acirrado após a abertura política no final da década de oitenta, com consequência por toda a década de noventa³⁰. Sendo a condição de proprietário a maior incidência na condição dos produtores rurais e tendo as unidades camponesas a predominância do trabalho familiar, pode-se concluir que a relação área por mão de obra, demonstrada na tabela 8 anexo, com a melhor relação para as unidades camponesas, representam a capacidade do trabalho familiar em estabelecer o processo decisório desta unidade de produção.

3.4 Os custos da produção das diversas formas de produção

Os custos da produção animal e vegetal na Região Tocantina na década de noventa, conforme demonstram os dados do censo agropecuário, representam o montante de

²⁹ Sobre a relação área por mão de obra ver tabela 8 do anexo.

³⁰ Para uma melhor visualização da distribuição da área por condição do produtor ver tabela 9 do anexo.

R\$ 32.691.928,00. Deste total, as fazendas respondem por 71%, os camponeses por 23% e os latifúndios empresariais por apenas 6%, conforme se visualiza no gráfico abaixo.

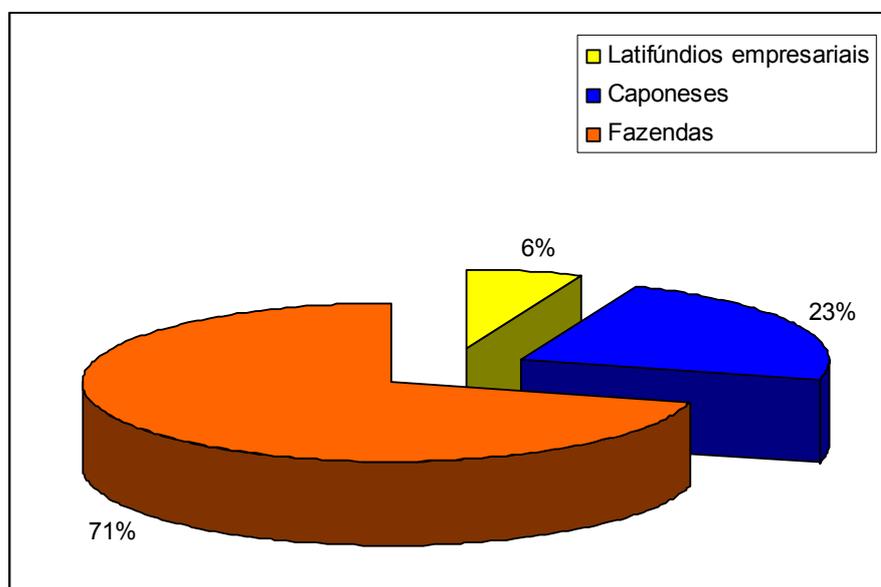


Gráfico 3: Distribuição dos custos de produção animal e vegetal por forma de produção
Fonte: IBGE, 1996.

As fazendas possuem o maior dispêndio de salários e pagamentos de serviços, com o total de R\$ 11.629.737,00, seguido pelos camponeses com R\$ 3.292.794,00 e os latifúndios com R\$ 962.103,00. Em todas as formas de produção este item representa a maior volume de dispêndio de recursos. O maior peso dos salários e pagamentos de serviços é nas fazendas, comprovando a maior incidência de mão de obra assalariada nestas estruturas produtivas e confirma nas unidades camponesas a maior participação do trabalho familiar.

O segundo item com maior peso no volume das despesas são os insumos da produção. Neste item as fazendas com o valor de R\$ 10.042,962. 00, possuem também a maior participação, sendo novamente seguido pelos camponeses, com R\$ 2.753.284,00 e os latifúndios, com somente 799.854,00. A participação de cada estrutura no total do item tem a seguinte distribuição: fazendas 74%, camponeses, 20% e latifúndios 6%.

Com relação às despesas de financiamento, os camponeses tem os menores

valores. Do total das despesas financeiras participam apenas com 12%, enquanto as fazendas 63% e os latifúndios 25%.

Na tabela 14 abaixo, se visualiza o total das despesas em cada forma de produção e sua distribuição por grupos de despesas. Observa-se, que o único item em que as despesas das unidades camponesas superam as demais estruturas é no item outras despesas, respondendo com 50% do total.

Ao contribuir com apenas 23% do total das despesas de produção, os camponeses demonstram na Região Tocantina uma considerável capacidade de produção com custos mais baixos e formação de renda, tendo assim, capacidade produtiva elevada.

Embora a utilização de mão de obra familiar seja fundamental para as unidades camponesas e tenha maior incidência no emprego do trabalho, verifica-se também, que do total das despesas com salários e serviços de terceiros, estas estruturas produtivas contribuem com 21% do total da região, levando em consideração que os valores pagos a trabalhadores rurais são os mesmos nas diversas estruturas; este item não representa pagamentos de valores menores para redução de custos da produção, mas sim, a capacidade do setor de, mesmo com a maior incidência de mão de obra familiar, utilizar mão de obra assalariada para complementação da produção, não alterando o processo de tomada de decisão no interior de cada unidade produtiva.

Observa-se ainda que a maioria dos itens com maiores custos das fazendas estão relacionados com a pecuária de grande porte, como: sementes e mudas, agrotóxicos, medicamentos para animais, sal para animais, aluguel de máquinas e equipamentos e combustíveis e lubrificantes, além do pagamento de serviços de terceiros e salários.

Nas unidades camponesas, somente no item rendas pagas, as despesas superam as fazendas. Já com relação aos latifúndios suas despesas superam também os itens relacionados com salários e rendas pagas, insumos de produção e custo de comercialização, sendo superada

somente nas despesas com financiamentos, impostos e taxas.

Tabela 14: Custos da produção animal e vegetal à preços correntes por estrutura produtiva na Região Tocantina.

Itens da despesa	Camponeses	Fazendas	Latifúndios Empresariais	Total
Itens gerais de despesas				
1. Salários pagos	1.982.286,00	4.694.199,00	664.923,00	7.341.408,00
2. Serviços de terceiros	1.219.708,00	6.889.968,00	297.180,00	8.406.856,00
3. Cota-parte a parceiros	90.800,00	45.570,00		136.370,00
4. Arrendamento e parceria	213.381,00	14.300,00		227.681,00
5. Adubos e corretivos	105.844,00	631.791,00	28.200,00	765.835,00
6. Sementes e mudas	307.769,00	1.863.758,00	87.158,00	2.258.685,00
7. Agrotóxicos	67.927,00	944.554,00	3.350,00	1.015.831,00
8. Medicamentos para animais	817.238,00	1.829.936,00	130.100,00	2.777.274,00
9. Sal para animais	471.180,00	1.398.224,00	224.815,00	2.094.219,00
10. Rações industriais	178.621,00	126.360,00	28.970,00	333.951,00
11. Outros alimentos	45.538,00	114.036,00	12.000,00	171.574,00
12. Ovos fertilizantes e pintos de 1 dia	20.871,00	50,00		20.921,00
13. Aluguel de máq e equipamentos	175.950,00	1.006.843,00	22.000,00	1.204.793,00
14. Transporte da produção	164.806,00	73.600,00	300,00	238.706,00
15. Juros e despesas bancárias	35.275,00	179.240,00	70.000,00	284.515,00
16. Impostos e taxas	71.202,00	349.088,00	75.560,00	495.850,00
17. Sacarias e embalagens	242.532,00	58.363,00	2.540,00	303.435,00
18. Combustíveis e lubrificantes	393.974,00	1.864.064,00	214.036,00	2.472.074,00
19. Energia elétrica.	168.372,00	263.346,00	49.225,00	480.943,00
20. Outras despesas	829.264,00	695.371,00	136.372,00	1.661.007,00
TOTAL	7.602.538,00	23.042.661,00	2.046.729,00	32.691.928,00
Despesas por natureza				
Salários e serviços de terceiros(1 a 3)	3.292.794,00	11.629.737,00	962.103,00	15.884.634,00
Rendas pagas 4	213.381,00	14.300,00	-	227.681,00
Insumos da produção(5 a 13) + 18 e, 19	2.753.284,00	10.042.962,00	799.854,00	13.596.100,00
Custo de comercialização 14 + 17	558.780,00	1.937.664,00	214.336,00	2.710.780,00
Custos financeiros 15	35.275,00	179.240,00	70.000,00	284.515,00
Impostos e taxas 16	71.202,00	349.088,00	75.560,00	495.850,00
Outras despesas, 20	829.264,00	695.371,00	136.372,00	1.661.007,00
Estrutura relativa (total do tipo de despesa = 100%)				
Salários e serviços de terceiros(1 a 3)	21%	73%	6%	100%
Rendas pagas 4	94%	6%		100%
Insumos da produção(5 a 13) + 18 e, 19	20%	74%	6%	100%
Custo de comercialização 14 + 17	21%	71%	8%	100%
Custos financeiros 15	12%	63%	25%	100%
Impostos e taxas 16	14%	70%	15%	100%
Outras despesas, 20	50%	42%	8%	100%
TOTAL	23%	70%	6%	100%

Fonte: IBGE. Censo agropecuário 1995-96. Dados processados pelo autor a partir da base de dados do CD-ROM.

3.5 Produtividade dos fatores terra e trabalho das diversas formas de produção

Conforme destacado no item 3.1, o VBPC das unidades de produção camponesas na década de noventa atingia o montante de R\$ 21.542,504,29 (vinte e um milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, quinhentos e noventa e quatro reais e vinte e nove centavos), distribuídos em 400.791,63 hectares de terra. Ao dividirmos o VBPC pela área total desta forma de produção, encontramos a produtividade do fator terra, no valor de R\$ 53,75 por hectare, seguindo o mesmo cálculo encontramos R\$ 30,18 para as fazendas e R\$ 17,03 para os latifúndios empresariais. Mais uma vez, pela ótica da produtividade deste fator de produção as unidades camponesas alcançam níveis superiores aos demais estabelecimentos, representando assim, nível de competitividade superior aos demais.

A tabela 15, a seguir, demonstra detalhadamente a composição da produtividade do fator terra por forma de produção nos diversos municípios da Região Tocantina. Conforme se observa, a maior produtividade deste fator está no município de João Lisboa, com R\$ 80,26 por hectare, seguido por Açailândia, com R\$ 71,99, Imperatriz, com R\$ 57,42, Amarante, com 38,64 e por fim Montes Altos com R\$ 29,98. Ressalta-se ainda que em todos os municípios a produtividade da terra nas unidades camponesas é superior a todas as demais estruturas produtivas.

A produtividade da terra nas fazendas supera os latifúndios empresariais em quase todos os municípios. Somente em Imperatriz que os latifúndios com o valor de R\$ 43,90 supera as fazendas, com R\$ 27,16. A baixa produtividade por hectare dos latifúndios empresariais pode ser explicado pelo esgotamento das atividades da silvicultura, em especial a produção de madeira em toras e também a pouca diversidade produtiva desta forma de produção na Região Tocantina.

Tabela 15: Produtividade da terra por forma de produção na Região Tocantina, 1995-96.

Municípios	Camponeses			Fazendas		
	VBPc	Área	Produtividade	VBPc	Área	Produtividade
Açailândia	3.484.127,58	48.395,62	71,99	11.568.935,32	384.487,27	30,09
Amarante	4.312.895,80	111.622,67	38,64	1.389.575,40	106.557,73	13,04
Imperatriz	4.722.922,21	82.251,41	57,42	7.449.548,52	274.304,85	27,16
João						
Lisboa	6.545.097,40	75.878,44	86,26	7.674.760,60	117.703,96	65,20
Montes						
Altos	2.477.551,30	82.643,49	29,98	1.451.944,00	95.641,88	15,18
Região						
Tocantina	21.542.594,29	400.791,63	53,75	29.534.763,84	978.695,69	30,18
Municípios	Latifúndio empresarial					
	VBPc	Área	Produtividade			
Açailândia	1.236.606,00	58.141,74	21,27			
Amarante						
Imperatriz	382.470,00	8.712,00	43,90			
João						
Lisboa	230.624,00	26.968,48	8,55			
Montes						
Altos	89.175,00	20.019,08	4,45			
Região						
Tocantina	1.938.875,00	113.841,30	17,03			

Fonte: IBGE. Censo agropecuário – 1995-96, Processamento do autor a partir da base SIDRA.

Com relação à produtividade da mão-de-obra, a tabela 16 demonstra uma relação inversa da produtividade da terra, enquanto as unidades camponesas tem uma produtividade da terra bastante superior às demais formas, demonstrando uma melhor utilização deste fator de produção. Na produtividade da mão de obra ocorre o contrário. Pelo cálculo do VBP por mão de obra ocupada, a produtividade dos latifúndios é na ordem de R\$ 7.128,22, enquanto as unidades camponesas somente R\$ 483,04. A alta produtividade da mão de obra calculada pelo critério acima, não representa uma indicação eficiente para a comparação entre as formas de produção, tendo em vista que nos estabelecimentos com maiores áreas a principal atividade é

a criação extensiva de bovinos, com baixíssima utilização de mão-de-obra e intensiva em terra, enquanto nas atividades camponesas, além da maior diversificação da produção, a atividade predominante é a lavoura temporária, com maior utilização de mão de obra que a pecuária.

O que se observa na análise da produtividade dos fatores de produção terra e mão de obra por forma de produção é que nas unidades camponesas ocorre uma utilização mais eficiente da terra e o emprego de mão-de-obra em atividades econômicas mais diversificadas e com maior utilização que nas demais formas de produção; desta maneira, ao utilizar de maneira mais eficiente e produtiva a terra, os camponeses possuem capacidade competitiva, podendo assim, contribuir decisivamente com o desenvolvimento local.

Tabela 16: Produtividade da mão de obra por forma de produção e municípios da Região Tocantina - 1995-96.

Municípios	Camponeses			Fazendas		
	VBPC	Mão de obra Empregada	Produtividade	VBPC	Mão de obra empregada	Produtivi dade
Açailândia	3.484.127,58	3500	995,47	11.568.935,32	3696	3130,12
Amarante	4.312.895,80	12795	337,08	1.389.575,40	1035	1342,58
Imperatriz	4.722.922,21	7214	654,69	7.449.548,52	3135	2376,25
João Lisboa	6.545.097,40	13816	473,73	7.674.760,60	1262	6081,43
Montes Altos	2.477.551,30	7273	340,65	1.451.944,00	1339	1084,35
Região Tocantina	21.542.594,29	44.598	483,04	29.534.763,84	10.467	2821,70
Municípios	Latifúndio empresarial					
	VBPC	Mão de obra empregada	Produtividade			
Açailândia	1.236.606,00	101	12243,62			
Amarante						
Imperatriz	382.470,00	60	6374,50			
João Lisboa	230.624,00	97	2377,57			
Montes Altos	89.175,00	14	6369,64			
Região Tocantina	1.938.875,00	272	7128,22			

Fonte: IBGE. Censo agropecuário 1995-96. Processamento do autor a partir da base SIDRA.

3.6 A renda líquida das diversas formas de produção

Ao deduzirmos do VBPC o total das despesas em cada estrutura de produção, encontramos a renda líquida. Neste item, conforme demonstra a tabela 17 abaixo, as estruturas camponesas tem o melhor desempenho, com um total de R\$ 13.951,338,79, enquanto as fazendas R\$ 6.492.336,62 e os latifúndios empresariais desempenho negativo em R\$ 107.854,00. Nota-se então, que nas unidades camponesas os recursos empregados tem uma melhor aplicação, fato este já demonstrado quando da análise da produtividade do fator terra no item anterior (3.5).

Quando da análise da distribuição do VBPC pelos diversos sistemas produtivos verificou-se que as fazendas na venda de bovinos, lavoura permanente e silvicultura tinham desempenho superior, enquanto as unidades camponesas nos demais itens, observa-se ainda que os latifúndios empresariais em todos os sistemas de produção possuíam resultados inferiores. Ao associarmos o VBPC com as despesas verifica-se que a renda líquida das fazendas, embora superior que as despesas, possuem uma relação de apenas 1,28, enquanto os camponesas 2, 83, demonstrando que para cada unidade monetária das despesas as unidades camponeses dispunha de 2,83 de VBPC e as fazendas somente 1,28.

Tabela 17: Renda líquida a preços correntes de 1996 das diversas formas de produção na Região Tocantina.

VBPC – Despesas	Camponeses	Fazendas	Latifúndios	Total
Valor bruto da Produção	21.553.876,79	29.534.997,62	1.938.875,00	53.027.749,41
Total das despesas	7.602.538,00	23.042.661,00	2.046.729,00	32.691.928,00
Renda líquida	13.951.338,79	6.492.336,62	(107.854,00)	, 20.335.821,41

Fonte: IBGE. Censo agropecuário de 1995-96. Dados processados pelo autor a partir da base de dados do CD-ROM.

3.7 Principais sistemas de produção

Destacamos anteriormente que na análise do VBPC, as unidades camponesas apresentaram volumes de produção superior às fazendas nos itens: lavoura temporária, vendas de aves e suínos e horticultura, sendo superada na venda de bovinos, na lavoura permanente e extração vegetal. Com relação aos latifúndios empresariais seu volume de produção é superior em todos os sistemas de produção.

Embora com volume de produção inferior às fazendas em algumas situações, as unidades camponesas têm uma produção rural mais diversificada. Na lavoura temporária produzem aproximadamente 19 (dezenove) itens diferentes, enquanto as fazendas 16 (dezesseis) e os latifúndios empresariais apenas 2 (dois). A diversificação, além de possibilitar diversas modalidades de renda, favorece também a produtividade da terra, tornando-a mais competitiva. Os principais itens com maior participação nesta atividade econômica para as unidades camponesas são os seguintes: produção de arroz com 30969 ton, milho em grãos com 10899 ton; mandioca, com 4884 ton; e feijão, com 1257. Nestes mesmos itens as fazendas produzem: 7385 ton de arroz, 5374 ton de milho, 995 ton de mandioca e 158 ton de feijão. Já os latifúndios empresariais produzem apenas 492 ton de arroz e 260 ton de milho. Como se observa, a produção dos principais produtos da cultura alimentar maranhense são produzidos pelas unidades camponesas. Visualiza-se na tabela 18, abaixo, que somente na produção de melão e capim elefante é que as unidades camponesas são superadas pelas fazendas. Em todos os demais sistemas de produção a quantidade produzida e o VBPC camponês se mostra mais eficiente, tendo em vista que a lavoura temporária representa a principal atividade econômica das unidades camponesas. Seu grau de eficiência, medido pela produtividade do fator terra

neste sistema de produção seria de R\$ 23,71, enquanto nas fazendas de R\$ 2,59³¹.

Tabela 18: Quantidade produzida e valor bruto da produção a preços correntes de 1996 da lavoura temporária por forma de produção.

Produtos	Camponeses		Fazenda		Latifúndio empresarial	
	Qde.	Valor	Qde.	Valor	Qde.	Valor
Abacaxi (Mil frutos)	125	70.310,00	2	2.000,00		
Abóbora (jerimum, moranga) (Mil frutos)	224	62.770,42	30	7.032,00		
Amendoim em casca (primeira safra) (Tonelada)	46	9.134,09	1	150,00		
Arroz em casca (Tonelada)	30969	5.472.276,90	7385	1.384.336,00	492	93.000,00
Batata-doce (Tonelada)	26	11.498,00	0			
Cana-de-açúcar (Tonelada)	197	23.284,00	66	8.200,00		
Fava (Tonelada)	324	177.879,72	12	6.293,20		
Feijão em grão (primeira safra) (Tonelada)	1257	708.049,63	158	88.382,90		
Feijão em grão (segunda safra) (Tonelada)	303	176.782,70	35	24.415,00		
Feijão verde (Tonelada)	9	4.991,00	0			
Inhame (Tonelada)	1454	446.554,90	542	121.580,00		
Mandioca (aipim, macaxeira) (Tonelada)	4884	569.466,10	995	158.490,00		
Melancia (Mil frutos)	268	97.555,10	58	17.020,50		
Melão (Mil frutos)	4	988,00	6	6.000,00		
Milho em grão (Tonelada)	10889	1.393.273,68	5374	673.501,04	260	52.262,00
Milho em espiga (verde) (Tonelada)	48	11.359,00	13	2.220,00		
Tomate (Tonelada)	867	263.872,00	61	36.590,00		
Capim (elefante - napier) (Tonelada)	9	180,00	54	900,00		
Outras forrageiras-capins e leguminosas (Tonelada)	10	1.000,00	0			

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário-1995-96. Dados processados pelo autor a partir do CR-ROM.

Nas lavouras permanentes, a distribuição dos sistemas de produção tem a seguinte característica: as unidades camponesas e as fazendas com uma produção bastante diversificada, maiores incidências para os produtos: banana, borracha coagulada, caju, côco-

³¹ VBP da lavoura temporária pela área.

da-Bahia, jaca, laranja, limão, manga, pimenta do reino e bergamota em um total de 25 itens diferentes, enquanto os latifúndios empresariais apenas um, a pimenta do reino. Neste item, conforme demonstra a tabela 19 abaixo, as fazendas possuem volume de produção superior aos camponeses, como também na produção de borracha, representando os únicos produtos em que as unidades camponesas têm volume de produção inferior.

Nota-se também neste sistema, que a produção camponesa na Região Tocantina possui, além da diversificação, níveis de produtividade superior às demais estruturas agrárias.

Tabela 19: Quantidade produzida e valor bruto da produção a pecos correntes de 1996 da lavoura permanente por forma de produção.

Produtos	Camponeses		Fazendas		Lat. Empresarial	
	Qde. Produzida	Valor	Qde. Produzida	Valor	Qde. Produzida	Valor
Abacate (Mil frutos)	37	R\$ 7.270,00	15	R\$ 3.670,00		
Acerola (Tonelada)	29	R\$ 34.149,28	4	R\$ 2.029,50		
Banana (Mil cachos)	414	R\$ 628.147,39	370	R\$ 796.082,14		
Borracha líquida (latex) (tonelada)	0		4	R\$ 4.800,00		
Borracha coagulada (pela ou bola) (tonelada)	28	R\$ 196.027,20	876	R\$ 762.717,12		
Café em côco (Tonelada)	1	R\$ 3.609,00	0	R\$ 835,00		
Cajá manga (Mil frutos)	5	R\$ 50,00	10	R\$ 100,00		
Caju (castanha) (Tonelada)	14	R\$ 4.413,00	2	R\$ 679,04		
Caju (fruto) (Mil frutos)	687	R\$ 26.622,20	320	R\$ 40.310,00		
Carambola (Mil frutos)	0		1	R\$ 50,00		
Côco-da-Bahia (Mil frutos)	44	R\$ 20.727,60	45	R\$ 16.079,50		
Fruta-de-conde (Mil frutos)	2	R\$ 280,00	2	R\$ 400,00		
Goiaba (Mil frutos)	67	R\$ 3.054,00	29	R\$ 1.040,00		
Graviola	0	R\$ 100,00	0			
Jabuticaba	0	R\$ 160,00	0	R\$ 80,00		
Jaca (Mil frutos)	49	R\$ 40.570,80	49	R\$ 39.350,00		
Laranja (Mil frutos)	4308	R\$ 186.861,75	1786	R\$ 64.774,20		
Lima (Mil frutos)	54	R\$ 1.563,10	43	R\$ 1.720,00		
Limão (Mil frutos)	289	R\$ 10.988,32	66	R\$ 2.224,00		
Manga (Mil frutos)	1373	R\$ 56.778,15	2334	R\$ 108.879,00		
Mamão (Mil frutos)	384	R\$ 42.056,60	372	R\$ 28.672,80		
Maracujá (Mil frutos)	63	R\$ 2.692,00	17	R\$ 1.031,20		
Pimenta-do-reino (Tonelada)	19	R\$ 27.336,00	258	R\$ 300.800,00	24	R\$ 33.600,00
Tamarindo (Tonelada)	1	R\$ 96,00	0			
Bergamota (mexericá, tangerina) (Mil frutos)	273	R\$ 13.298,15	111	R\$ 6.524,00		

Fonte: Processamento do autor a partir da base SIDRA (IBGE, 1996).

Na horticultura, o VBP das unidades camponesas supera as demais formas de produção de maneira significativa, enquanto o VBP das fazendas é de R\$ 7.330,00, seu valor atinge o montante de R\$ 427.302,93, distribuídos em 15 itens diferentes. Na tabela, 20, a seguir, observa-se a diversificação e capacidade produtiva de cada forma de produção. Neste sistema os camponeses participam com a produção de 16 item diferentes enquanto, as fazendas com apenas 6 item, não se verificando produção deste item nos latifúndios. Do total produzido a maior participação nas unidades camponesas é a produção de cebolinha, com 3207 unidades; seguido por alface, couve, quiabo, cheiro verde e pimentão.

Tabela 20: Quantidade produzida e valor bruto da produção a preços correntes de 1996 da horticultura por forma de produção na Região Tocantina.

Produtos	Camponeses		Fazendas		Latifúndio empresarial	
	Qde. Produzida	Valor	Qde. Produzida	Valor	Qde. Produzida	Valor
Abobrinha verde	4	R\$ 5.036,20	0			
Agrião	1	R\$ 356,00	0			
Alface	228	R\$ 68.463,46	1	R\$ 698,00		
Azedinha	1	R\$ 817,60	0			
Cebolinha (folha)	3207	R\$ 170.552,50	0			
Cheiro verde	47	R\$ 25.052,40	0			
Chuchu	0	R\$ 166,00	4	R\$ 2.160,00		
Coentro	70	R\$ 21.462,60	0			
Couve	138	R\$ 11.778,72	0			
Espinafre	1	R\$ 216,00	0			
Jiló	3	R\$ 1.819,00	0			
Maxixe	11	R\$ 8.692,00	0			
Pepino	68	o	1	R\$ -		
Pimenta	2	R\$ 22.394,90	0	R\$ 1.200,00		
Pimentão	131	R\$ 2.061,00	8	R\$ -		
Quiabo	63	R\$ 48.675,50	0	R\$ 2.666,00		
Rabanete	2	R\$ 35.823,80	0	R\$ 18,00		
Rúcula	1	R\$ 89,05	0	R\$ 25,00		
Salsa	1	R\$ 2.076,00	0			

Fonte: IBGE. Censo agropecuário-1995-96. Processamento do autor a partir da base SIDRA.

Nos produtos da silvicultura e extração vegetal, as fazendas apresentam também VBP superior às demais formas de produção, com maior incidência para a produção de carvão vegetal, madeira em tora, borracha e lenha, enquanto nas unidades camponesas, os dados analisados mostram também uma forte participação da produção de madeira em tora e carvão vegetal, juntamente com a extração de coco babaçu, atividade típica dos pequenos estabelecimentos³².

Com relação a pecuária, as fazendas participam com: 99.399 bovinos vendidos, 1.997 suínos e 8.339 aves, enquanto os camponeses com: 38.049 bovinos, 6.975 suínos e 1013967 aves e os latifúndios empresariais com: 6.503 bovinos e apenas 50 suínos. A maior concentração na venda dos bovinos por parte das fazendas demonstra a principal característica desta forma de produção, ou seja, grandes extensões de terra, na sua maioria como atividade secundária para seus proprietários e baixo emprego de mão de obra. A tabela 21, abaixo, demonstra ainda que nas unidades camponesas a criação de animais de pequeno porte, como as aves, tem uma participação considerável, representando quando comparado com as fazendas à proporção de 126 por 1, ou seja, enquanto as fazendas vendem uma ave às unidades camponesas vendem 126.

Tabela 21: Quantidade e valor da produção animal vendida a preços correntes de 1996 por forma de produção.

Animais	Camponeses	Fazenda		Latifúndio empresarial		
		Qde. Vendida	Valor	Qde. Vendida	Valor	Qde. Vendida
Bovinos	38049	6.899.640,00	99399	23.491.018,00	6503	1.748.163,00
Suínos	6975	294.697,00	1997	102.528,00	50	2.250,00
Aves	1013967	2.181.899,00	8336	34.027,00		
Produção de leite	17096748		22917227		798392	
Total*	1058991	9.376.236,00	109732	23.627.573,00	6553	1.750.413,00

* Não estão incluídos nos totais a produção de leite.

Fonte: Processamento do autor a partir da base SIDRA (IBGE, 1996).

³² Para uma melhor visualização dos produtos da silvicultura e extração vegetal ver tabela 10 do anexo.

Ainda conforme a tabela 21, as unidades camponesas têm uma produção de suínos superior às fazendas na relação de 3,5 / 1. Para cada suíno vendido pelas fazendas, os camponeses vendem 3,5.

Pode-se observar também que a produção de leite nas unidades camponesas, mesmo não sendo sua principal atividade, e sim das fazendas, tem uma participação considerável no total da produção, sendo inferior às fazendas em apenas 25%.

Quando se analisa os principais sistemas de produção animal e vegetal da Região Tocantina, com base nos dados do censo agropecuário de, 1995-96, confirma-se a capacidade produtiva das unidades camponesas na Região Tocantina, comparativamente às demais formas de produção, embora na produção bovina (vendas de animais e produção de leite) as fazendas tenham valores superiores. Nos principais produtos da produção agrícola as unidades camponesas possuem produtividade superior e uma produção mais diversificada.

Comprova-se ainda que as unidades de produção camponesa têm uma participação decisiva na produção rural da Região Tocantina e não apresenta índices de produtividade inferior às demais formas de produção.

Tendo em vista, conforme já destacado no capítulo primeiro, que os camponeses decidem o quê e quando produzir pelas necessidades e capacidade familiar de forma a suprir um determinado “orçamento familiar”, o faz num contexto de economia de mercado, sendo assim, conforme demonstram os níveis de produtividade examinados neste capítulo, mediados também “pelas condições sociais imediatas de sua reprodução: as condições de acesso a terra; as condições de acesso a mercados; as disponibilidades tecnológicas e as condições de comunilidade.” (COSTA 1994, p. 30).

Na Região tocantina, as unidades camponesas estão assentadas em 400.791,63 ha, distribuídos em 11.857 estabelecimentos, com VBPC de R\$ 21.553.876,79, para uma despesa de produção na ordem de R\$ 7.602.538,00 e um total de 44.598 pessoas ocupadas nos

diversos sistemas de produção.

Embora muitos dos fatores sociais imediatos tenham dificultado a expansão dos camponeses, observa-se na análise dos dados do censo agropecuário de 1995-96 uma considerável capacidade de investimento, contrariando assim as teses seminais da não permanência do campesinato no Capitalismo.

A capacidade de investimento das unidades camponesas por estarem relacionadas à sua capacidade de reprodução justificaria, assim, os níveis de produtividade nos anos 90 (noventa), analisados neste capítulo³³.

³³ Sobre a capacidade de investimento das unidades camponesas ver Costa (2000 pg. 117).

CAPÍTULO IV

4 TENDÊNCIAS RECENTES DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO TOCANTINA

Comprovou-se na análise dos dados do censo agropecuário de, 1995-96 (IBGE, 1996), que as unidades camponesas tiveram relevante papel na produção rural da Região Tocantina, não apresentando, assim, índices de produtividade inferiores às demais formas de produção. No entanto, qual seria a tendência recente destes índices de produtividade e como tem evoluído a produção camponesa ao longo dos últimos anos? Teria sido um fenômeno momentâneo os resultados obtidos no capítulo três deste trabalho ou sua capacidade de investimento nos moldes do que define Costa (1979), teria mantido a tendência de perpetuação camponesa frente às demais estruturas?

Com o propósito de esclarecer estes questionamentos e assim confirmar a hipótese de sua capacidade produtiva comparativamente às fazendas e latifúndios empresariais é que analisaremos a tendência recente da produção rural a partir de 1997, tendo por base os dados da PAM e do PPM do IBGE, procurando, assim, identificar qual tem sido a trajetória da evolução dos principais produtos de cada estrutura produtiva do agrário regional, para então, indicarmos os caminhos e possibilidade para elevação de sua produtividade.

Conforme comprovam os dados do censo agropecuário, as unidades camponesas apresentavam, em 1996, uma produção agrícola bastante diversificada, com maiores incidências para os produtos da lavoura temporária, venda de bovinos, suínos e aves, lavoura permanente, horticultura e extração vegetal, sendo superadas pelas fazendas somente na venda de bovinos, lavoura permanente, silvicultura e extração vegetal.

Verificou-se também para as fazendas uma produção bastante diversificada, porém, mais eficiente na criação de bovinos, com 79,54% do VBPC, enquanto os demais itens representaram somente, 20,46%. Enquanto os latifúndios empresariais com renda líquida negativa tinham na criação de gado sua principal atividade, contribuindo com 90,16% do

VBPc.

Tomando por base a quantidade produzida, a área, os rendimentos médios e o VBPr, da PAM e PPM, analisaremos durante o período que vai de, 1997 a, 2003 a evolução dos principais produtos de cada estrutura agrária da Região Tocantina, conforme configuração da incidência de produção por sistema produtivo.

4.1 Evolução dos produtos tipicamente camponeses

Diferentemente da idéia tradicional de uma agricultura migratória de corte e queima, as estruturas camponesas na Região Tocantina apresentaram em 1996 uma capacidade produtiva altamente competitiva e diversificada.

A lavoura temporária que representava 32,01% do VBPC em, 1996, tem a partir de 1997 a seguinte característica: evolui de R\$ 2.957.758,40 em 1997, para R\$ 4.793.200,00 em 2003, uma tendência de crescimento ao longo do período de 11%³⁴. O gráfico abaixo demonstra trajetória da evolução do VBPr da região, onde se observa tendência de crescimento em todos os municípios.

³⁴ Ver série completa da tendência de crescimento da lavoura temporária nas tabelas 11 e 12 do anexo.

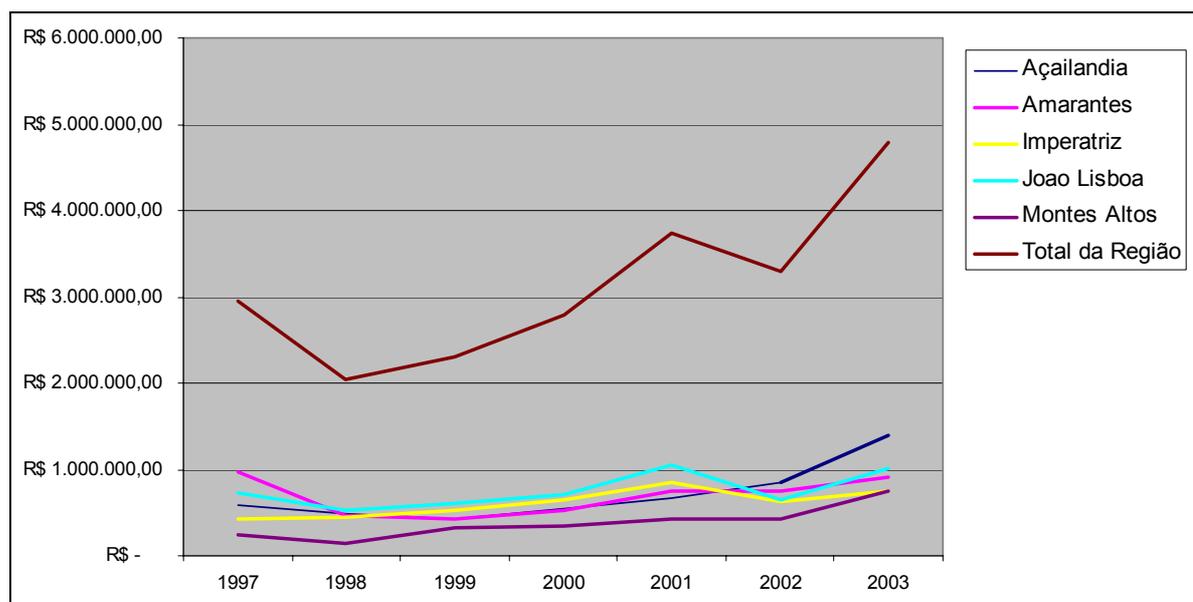


Gráfico 4: Evolução do VBPr da Lavoura temporária da Região Tocantina
Fonte: IBGE, 2002.

Ainda conforme a tabela 11 (em anexo), a maior tendência de crescimento da lavoura temporária é no Município de Montes Altos, com 23%, seguido por Açailândia, 16%, Imperatriz, 11%, João Lisboa, 7% e Amarante, 5%. Comparando as trajetória dos primeiros anos da década de noventa, apresentada no segundo capítulo, observa-se uma inversão da evolução. Os municípios com menores taxas de crescimento passaram a ter taxas maiores a partir de 1997, como o caso de Açailândia, Imperatriz e Montes Altos, em contraste com Amarante, que passou a ter o menor crescimento. No entanto, a região como um todo passou de uma trajetória de crescimento de 7% para 11% no segundo período analisado.

Já com relação à quantidade produzida dos principais produtos da lavoura temporária, verifica-se no gráfico, abaixo, a seguinte evolução: observa-se que somente a produção de cana-de-açúcar a partir de 1998 apresenta tendência de crescimento mais acentuada. Nos demais itens, verifica-se alternância de crescimento e quedas sucessivas, em muitos deles seguindo a evolução da área plantada, como o caso do cultivo de arroz e milho.

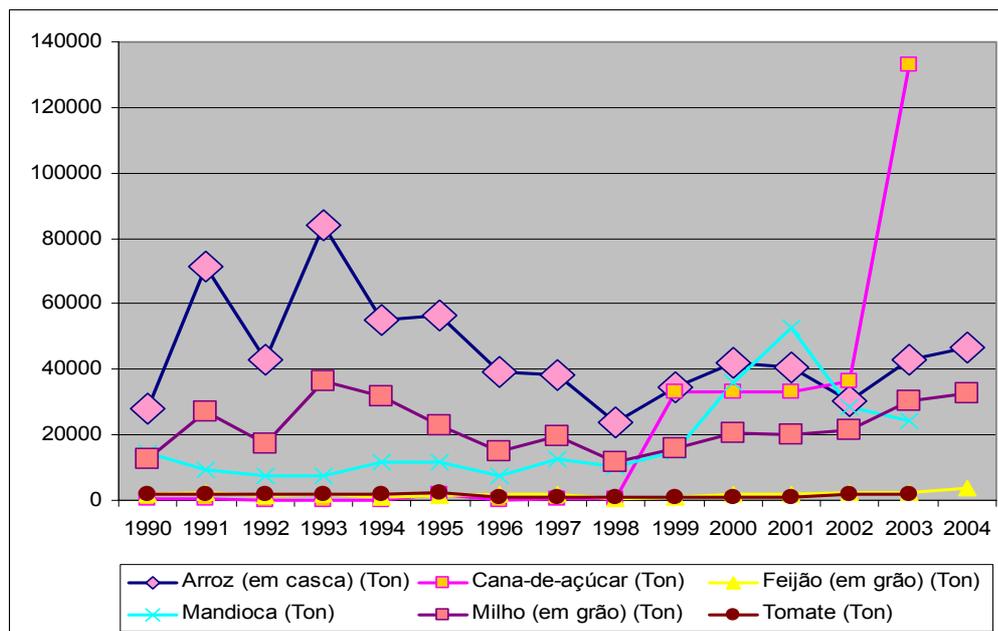


Gráfico 5: Quantidade produzida dos principais produtos da lavoura temporária na Região Tocantina. 1997 a 2004.

Fonte: IBGE, 2002a.

Embora os produtos da lavoura temporária sejam tipicamente camponês, não representam como já demonstrado anteriormente, no terceiro capítulo deste trabalho, seu único sistema de produção; desta maneira, as variações na produção destes produtos foram compensadas por diversas mudanças em outros grupos de produtos como também no próprio conjunto da lavoura temporária, o que demonstra sua capacidade de adaptação aos diversos problemas conjunturais ocorridos durante o período analisado.

Além da lavoura temporária, as unidades camponesas mostraram também elevada produção de aves e pequenos animais, chegando no caso do VBPC de aves a representar 10,12% do total produzido. Nestes itens a trajetória da evolução teve a seguinte característica: em 1997 o efetivo de caprinos, ovinos e suínos era de 1278178 animais, passando para 1762960 em 2003; enquanto o de aves era de 553518 em 1997 e 411264 em 2003. Como se vê, enquanto a criação de pequenos animais possui tendência de crescimento na ordem de 6%, a criação de aves decresce em 3%, como se visualiza a tendência no gráfico 6.

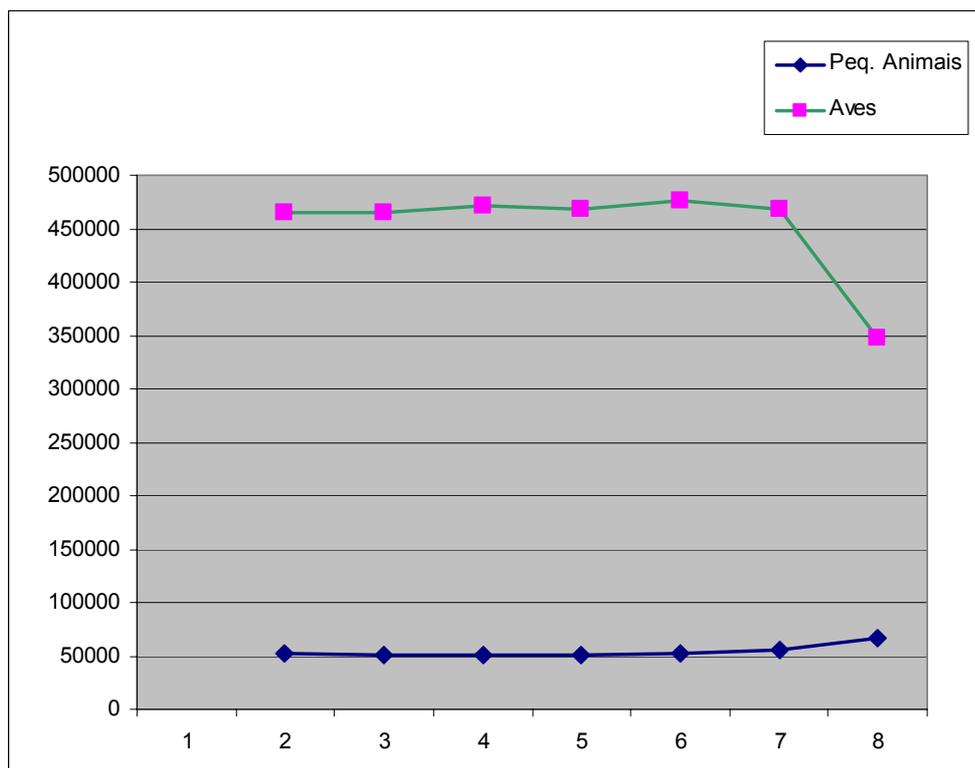


Gráfico 6: Evolução do efeito de animais na Região Tocantina 1997 a 2003.

Fonte: IBGE, 2002a.

Com relação aos produtos de origem animal, verifica-se que embora a produção de leite tenha se caracterizado uma atividade tipicamente das fazendas, neste item os dados apresentados na tabela 13 (em anexo), demonstraram que as unidades camponesas tinham uma relevante participação, chegando a representar 41,9% do total da produção.

No período de 1997 a 2003, a produção animal evoluiu a partir da tendência de crescimento do efetivo bovino a uma taxa de 12%, bastante superior ao verificado nos primeiros anos da década de 90. Além do crescimento do efetivo bovino, cresce também na mesma proporção a produção de leite e quantidade de vacas ordenhadas, caracterizando assim, o fortalecimento da pecuária na região. Não se verifica, porém, tendência de crescimento semelhante para o rebanho de caprinos, ovinos e suínos. Neste segmento a tendência de crescimento foi de apenas 6%, enquanto a quantidade de aves decresce 3%, conforme se visualiza na tabela 22 a seguir.

Tabela 22: Efetivo animal, principais produtos de origem animal por tipo de produto e tendência de crescimento no período de 1997 a 2003 na Região Tocantina.

Tipo de produto	Período							Tendência
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
Bovinos	724660	724856	721398	737707	1067750	1081140	1351696	
Vacas ordenhadas	61304	59198	58711	58946	61738	89622	118830	
Leite (Mil litros)	41341	38905	38209	38871	41250	63927	86244	
Galinhas	203113	203354	213743	215184	228151	184382	154895	
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	1713	1782	2057	2147	2402	1506	1501	
Codornas	5320	5548	29903	25792	26928	22950	11200	
Ovos de Codorna (Mil dúzias)	52	54	222	193	297	200	156	
Logaritmo natural para cálculo de tendência								
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
Bovinos	9	9	10	10	10	10	9	12%
Vacas ordenhadas	11	11	11	11	11	11	12	11%
Leite (Mil litros)	11	11	11	11	11	11	11	12%
Galinhas	12	12	12	12	12	12	12	-3%
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	7	7	8	8	8	7	7	-2%
Codornas	9	9	10	10	10	10	9	19%
Ovos de Codorna (Mil dúzias)	4	4	5	5	6	5	5	25%

Fonte: IBGE, 2003b. Dados processados pelo autor a partir da base SIDRA.

A trajetória crescente da produção de leite na Região Tocantina ao longo da década de 90 e início de, 2000 está relacionada ao surgimento de grandes laticínios e aos programas do Governo Federal e Estadual de distribuição de leite iniciado no governo do então presidente Sarney. Estes incentivos transformaram o setor em uma das alternativas para pequenos e médios produtores da região, conforme se visualiza na tendência de crescimento da tabela acima.

Quando da análise do VBPC e dos custos da produção no capítulo anterior, verificou-se o potencial da pecuária e que as despesas com: sementes, agrotóxicos, aluguel de máquinas, combustíveis e lubrificantes tinham forte participação na estrutura de custos. Este fato demonstra que, além do elevado VBPC, o setor se expandia com investimentos em novas

pastagens.

A alternativa pela pecuária é incentivada por diversos fatores, dentre eles, o volume de crédito alocado pelas instituições e programas oficiais, conforme demonstram os dados da tabela 14. No período de 1998 a 2004, o BNB operou R\$ 84.644.865,00, deste total 34,86% foram destinados à bovinocultura.

4.2 Evolução dos produtos tipicamente de fazenda

Tradicionalmente o principal sistema de produção das fazendas é a pecuária. Sua força na produção rural da Região Tocantina foi demonstrada na composição do VBPC da região em, 1996, quando já representava 60.61% do total produzido por todas as estruturas. Respondendo os demais sistemas por 39.39% do VBPC, distribuídos entre lavoura temporária 22,98%; lavoura permanente, 6,64%; extração vegetal, 3,64%; horticultura, 0,82%; aves e suínos 0,75%.³⁵ Nas fazendas esta distribuição se deu da seguinte maneira: bovinos, 79,54%; lavoura temporária, 8,59%; lavoura permanente, 7,39%; extração vegetal, 3,32%; suínos, 0,35%; aves, 0,12%; e horticultura 0,02%. Embora se verifique a existência de outros sistemas de produção, predomina nestas estruturas produtivas a pecuária

³⁵ Dados da tabela 13. Valor Bruto da Produção animal e vegetal da Região Tocantina, 1995-96.

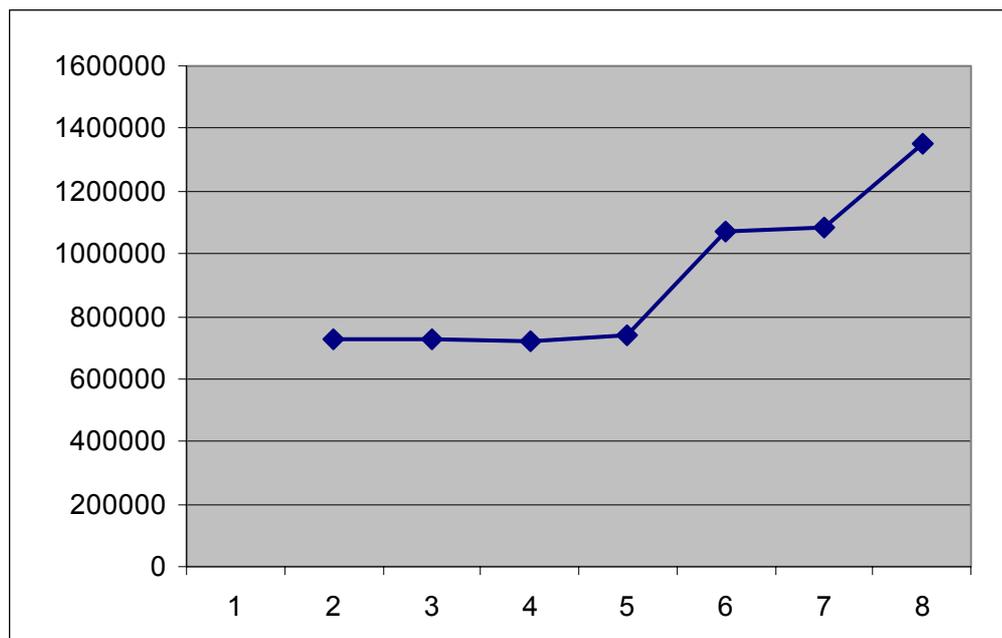


Gráfico 7: Evolução do efetivo de bovinos, 1997 a, 2003.

Fonte: IBGE, 2003a.

A evolução dos diversos sistemas de produção das fazendas teve a partir de 1997 a seguinte característica: tendência de crescimento do efetivo bovino e da produção animal, como já demonstrado no item 4.1, como também, tendência de crescimento na ordem de 11% para o VBPr da extração vegetal. Porém, com destaque para a trajetória decrescente das quantidades físicas dos produtos extraídos da floresta Amazônica, como madeira em tora, lenha e carvão vegetal, além dos produtos tipicamente camponeses, como a extração de coco babaçu.

Tanto para as fazendas como para as unidades camponesas, a extração vegetal tinha a participação semelhantes na composição do VBPr. Embora com peso inferior a 5% no volume de produção em 1996, foi porém, uma atividade pioneira, dando lugar às demais, com o esgotamento dos recursos naturais da floresta Amazônica.

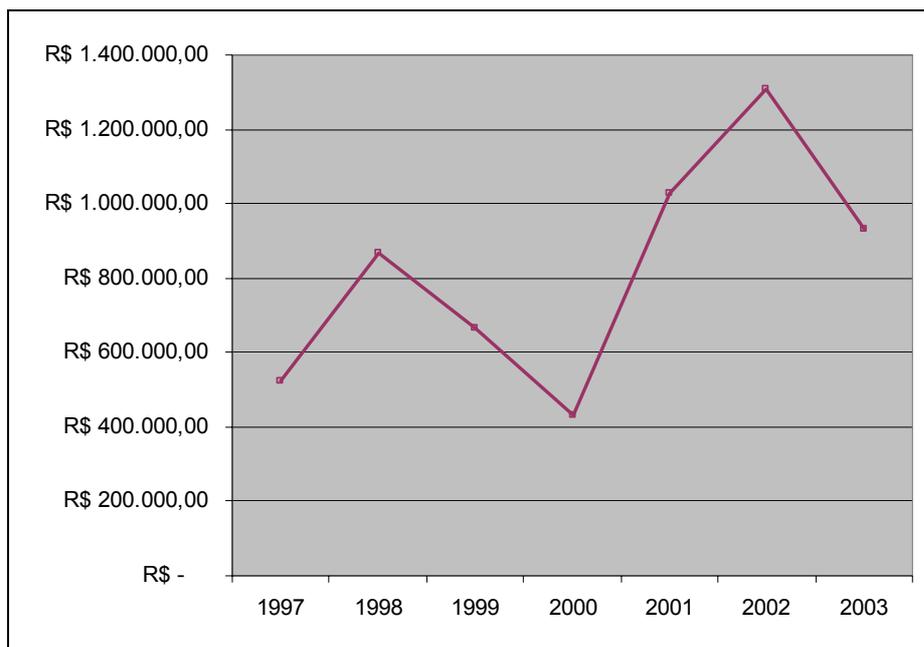


Gráfico 8: Evolução do VBP real da extração vegetal da Região Tocantina 1997 a 2003.
Fonte: IBGE, 2003a

Com relação especificamente às quantidades físicas dos produtos da extração vegetal, verifica-se na tabela 15 em anexo, tendência de queda em todos os produtos, com maiores taxas para amêndoa de babaçu 33,7%; madeira em tora e oleaginosas 25,9%.³⁶

Para os produtos da lavoura permanente, a análise histórica dos dados apresenta trajetória de crescimento bastante superior ao verificado no início da década, no período de 1990 a 1995. A tendência de crescimento foi de 15%. Já entre 1997 e 2003, esta taxa passa a ser de 37%, evoluindo o VBPr em 1997 de R\$ 528.771,10 para R\$ 4.793.200,00 em 2003. Observa-se também, que a maior tendência de crescimento foi registrada neste sistema de produção, conforme se visualiza no gráfico abaixo.

³⁶ Ver tabela 4.4 completa da evolução da quantidade de produtos da extração vegetal.

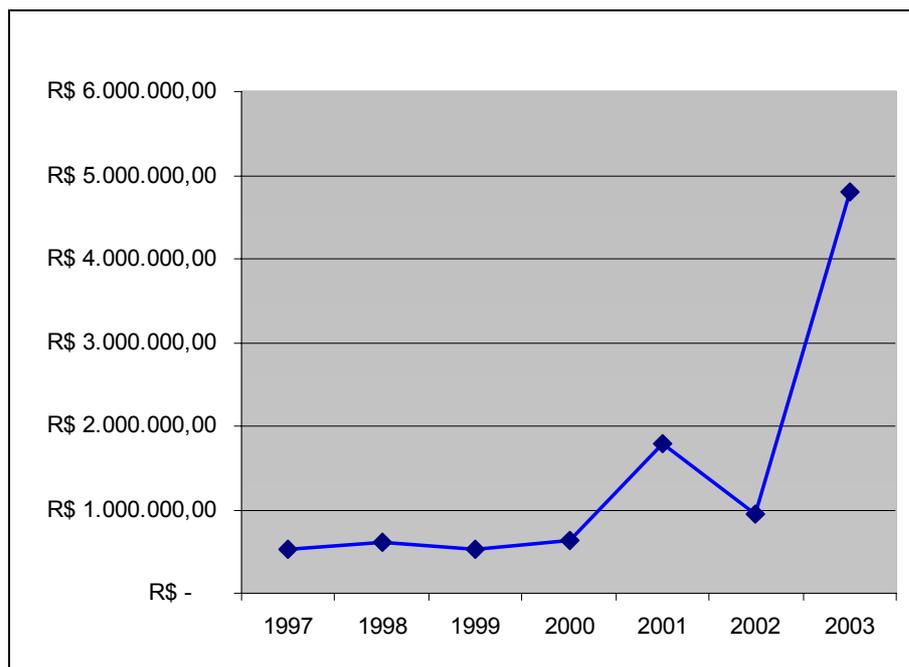


Gráfico 9: Evolução do VBPr permanente da Região Tocantina 1997 a 2003.
Fonte: IBGE, 2002a

4.3 Evolução dos produtos tipicamente dos latifúndios empresariais

Os latifúndios empresariais na Região Tocantina, de acordo com o censo agropecuário de 1995-96, estavam assentados em 113.841,30 ha, distribuídos em 14 estabelecimentos com VBPC de R\$ 1.938.875,00. Representava ainda um setor com renda líquida negativa e baixíssimo emprego de mão de obra.

Com uma produção concentrada basicamente na criação de gado, representando 90,16% do VBPC e os demais sistemas com apenas 8,24%, contribui com apenas 3,66% da produção rural da região.

A trajetória crescente das atividades relacionadas com a criação de gado na Região Tocantina marcaram as transformações na produção rural desde o início da década de 90 (noventa), aceleradas com o declínio das atividades extrativistas dos produtos da floresta Amazônica a partir de 1995. A opção pela pecuária foi mais intensa nas fazendas e latifúndios, enquanto nas unidades camponesas a lavoura temporária, mesmo assim, representou a segunda atividade com maior volume de produção nas unidades camponesas.

Tem, portanto, a produção rural da Região Tocantina profundas transformações durante o período da análise (1997 a 2003), enquanto a tendência de crescimento das lavouras temporárias ao longo de toda a década de noventa até 2003, apresentou taxa de 5%. A partir de 1997, até 2003, esta taxa foi de 11% nas lavouras permanentes, 12% ao longo de todo o período e 37% entre 1997 e 2003. Na extração vegetal tendência de queda de 15%, contrastando com a tendência de crescimento de 11% entre 1997 a 2003. Observa-se enfim, que após o censo de, 1996 as trajetória de crescimento dos diversos sistemas de produção foram mais acentuadas que no início da década, porém, com taxas maiores para a lavoura permanente, lavoura temporária e pecuária.

4.4 Evolução dos diversos sistemas de produção por Município da Região Tocantina

Sendo esta a característica da evolução da produção rural por sistema de produção a partir de 1997 na Região como um todo, como teria sido esta trajetória em cada município?

Ao analisarmos o VBPr e a área plantada em cada município da região, encontramos a seguinte evolução: para o VBPr dos produtos da lavoura temporária, o período de 1997 a 2003, revela uma trajetória de crescimento em Açailândia na ordem de 21%, Amarante 54%, Imperatriz 43%, João Lisboa 79% e Montes Altos 54%, comparando esta seria com 1990 a 1995, observa-se uma considerável elevação da tendência de crescimento em todos os municípios. Porém a análise da evolução da área plantada demonstra uma trajetória decrescente ao longo do período analisado, na seguinte proporção: Açailândia 1%, Amarantes -0,2 %, Imperatriz 5%, João Lisboa 7% e Montes Altos 11%³⁷.

Não se pode relacionar a diminuição da área plantada da lavoura temporária, a

³⁷ Ver evolução do VBPr e da área plantada nas tabelas 16 e 17 em anexo.

agricultura migratória, em função da crise do ciclo da fronteira³⁸, tendo em vista que, conforme já demonstrado anteriormente, as unidades camponesas demonstraram considerável diversificação produtiva. Assim, a diminuição da área plantada nas lavouras temporária foram compensadas por mudanças de cultivo e principalmente a expansão da pecuária.

Ainda com relação à evolução do VBPr e a área plantada na lavoura permanente, a trajetória ao longo do período analisado é de tendência de crescimento em todos os municípios, tanto com relação ao VBPr como para a área plantada. Em Açailândia a tendência de crescimento do VBPr é de 18% e da área plantada de 10%, em Amarante respectivamente 18% e 6%, Imperatriz 3% e 3%, João Lisboa 14% e 14% e Montes Altos 12% e 5%. Observa-se então, uma migração da produção para as culturas perenes em toda a região³⁹.

Como se vê, o movimento em direção às culturas perenes se manifesta na maioria dos municípios. Se levarmos em consideração que este sistema de produção representou na década de 90 (noventa) proporção do VBPr similar entre as unidades camponesas e as fazendas (6,06% e 7,39%, respectivamente)⁴⁰, percebe-se enfim, que se caracterizou como uma das opções de investimento de ambas as estruturas. Neste sentido, colabora com a tese de que na Região Tocantina, as unidades camponesas ultrapassam a visão tradicional de uma agricultura migratória e com pouca eficiência.

Observa-se enfim, na tabela 18 em anexo, a evolução do VBPr e área plantada por município.

Quando se trata da extração vegetal, embora a análise dos dados do período de 1997 a 2003 tenha demonstrado tendência de crescimento na região, o exame da série

³⁸ Para HURTIENE (2001), o ciclo da fronteira observado em varias regiões amazônicas, caracteriza-se por: “um ciclo típico de fronteira no qual os pequenos agricultores logrem, na primeira fase de ocupação – apesar de terem títulos de propriedade rural inseguros – tanto assegurar sua subsistência com base na slash-and-burn ou shifting cultivation, que seque à derruba da floresta primária”(COELHO et al., 2001, pg., 193). Vindo em seguida o período de pousio, baixa fertilidade da terra, expulsão dos camponeses por posseiros ou venda das propriedades e busca de novas áreas.

³⁹ Verifica-se dados completos da evolução do VBPr e área plantada da lavoura permanente nas tabelas 17 e 18 em anexo.

⁴⁰ Conforme dados da Tabela 13.

completa de, 1990 a, 2003, demonstra uma trajetória declinante em todos os municípios, sendo em Açailândia uma tendência de queda de 7%, Amarante 17%, Imperatriz 13%, João Lisboa 25% e Montes Altos 1%. O exame dos dados da tabela 19 em anexo demonstra, ainda, que no ano de 1996 o VBPr cai consideravelmente, passando nos anos seguintes para uma trajetória de leve crescimento e estabilização. Ao compararmos a trajetória dos dados da extração vegetal com os demais sistemas de produção, observamos que durante o período analisado, as demais culturas vão se consolidando como sistemas produtivos da região, enquanto a extração vegetal entra no processo de esgotamento de suas atividades.

Com relação à pecuária, verifica-se em cada município a consolidação da trajetória de crescimento desta atividade econômica. O aumento do efetivo de bovinos é acompanhado também por um aumento da produção animal e criação de pequenos animais. Neste setor, somente a quantidade de aves e a produção de ovos de galinha tem uma trajetória declinante ao longo da série analisada.

A tabela 20, em anexo, demonstra a evolução dos efetivos de bovino, pequenos animais e aves para todos os municípios da região. Comprova-se ainda que nos municípios em que ocorre quedas substanciais da quantidade de aves, ocorre aumento das quantidades de bovinos e pequenos animais em proporções bastante superior.

Observa-se ainda, conforme os dados da tabela 21, anexo, que o município com maior elevação da produção de leite foi Amarante, com tendência de crescimento de 12%, seguido por João Lisboa, 8%, Açailândia 5%, Imperatriz e Montes Altos, 4%.

Tem, portanto, a produção rural dos diversos municípios da Região Tocantina características semelhantes. O declínio das atividades extrativistas e a expansão das lavouras temporárias e perenes, como também a consolidação da pecuária como atividade econômica de destaque em todas as estruturas produtivas e municípios da região.

CONCLUSÃO

Ao tratarmos dos fundamentos agrários do desenvolvimento local da Região Tocantina, procuramos compreender em que nível se deu a produção em cada estrutura do agrário regional, levando em consideração a produtividade dos diversos fatores de produção, o VBPC e VBPR e o emprego de mão-de-obra e a evolução ao longo dos últimos dez anos dos principais produtos de cada estrutura, bem como sua tendência recente.

Estes aspectos da produção rural demonstraram, conforme a análise dos dados do censo agropecuário de, 1995-96, da PAM e PPM, discutidas nos capítulos 2, 3 e 4 deste trabalho, que as estruturas camponesas possuem uma produção diversificada e produtividade superior às demais estruturas em praticamente todos os sistemas de produção, muito embora, a estratégia de desenvolvimento para a região tenha ao longo da sua história privilegiado os grandes empreendimentos empresariais e os latifúndios com seus sistemas de produção.

Não se trata, no entanto, de uma análise puramente quantitativa do desenvolvimento local, até mesmo porque, tal tentativa não representaria a essência do problema estudado e não apresentaria uma interpretação correta dos resultados encontrados. Juntamente com os indicadores de produção e produtividade, estão, um “*modus operandi*” das estruturas camponesas, através de uma lógica interna que contrapõe às demais estruturas do agrário na Amazônia, demonstrando assim, sua capacidade de adaptação, como também, a importância na geração de emprego e renda.

Por traz do processo histórico regional está à compreensão infeliz de que o desenvolvimento local é somente aumento de produção, podendo ser alcançado e promovido exclusivamente com a exploração econômica dos recursos naturais, transportando, assim, para a Amazônia, os modelos implantados em outras regiões, através de incentivos fiscais e monetários. Os diversos planos e projetos oficiais tiveram esta configuração, e como resultado

a desregionalização da propriedade do capital, o baixo grau de emprego regional (em função dos projetos serem intensivos em terra e capital), a frágil integração intra-regional da indústria, os sérios problemas ambientais e agrários e a expulsão das populações tradicionais, em especial os camponeses. Não se fez distinção entre desenvolvimento econômico e crescimento, nem mesmo se preocupou com a degradação entrópica⁴¹(Cavalcanti 1995), que seria desencadeada pela intervenção econômica.

Pela sua biodiversidade e recursos naturais, a Amazônia tem despertado interesses do mundo inteiro, portanto, sua economia jamais estará desassociada do meio ambiente, do estilo de vida de sua população e de como se processa a ação do homem em contato com seu riquíssimo ecossistema. Neste sentido, encontramos dois caminhos: o primeiro corresponde ao estilo de vida das populações tradicionais na Amazônia, índios, camponeses, seringueiros e ribeirinhos, considerado por Cavalcanti (1995), como sendo de máxima parcimônia termodinâmica e de reverência pela natureza e numa direção oposta, o estresse ambiental dos grandes empreendimentos empresariais e latifundiários.

Quando se analisa a produção rural na Região Tocantina, depara-se então, com diferentes estilos de relacionamento com a natureza, por um lado as estruturas camponesas e por outro as fazendas e latifúndios. Um mais próximo da sustentabilidade e outro da insustentabilidade.

Desta forma, o desenvolvimento da base agrária da Região Tocantina é um processo de intervenção econômica, caracterizado por estes dois caminhos e pelo grau de evolução e articulação do seu capital social, humano e natural. Não se pode compreender seus fundamentos potenciais, sem, no entanto, conhecer profundamente o processo em que se deu sua formação. Portanto, conforme Franco (2001) o potencial de desenvolvimento de uma região é representado pela dinâmica de suas potencialidades e assim, acima de qualquer coisa,

⁴¹ Conceito empregado por Cavalcanti (ano), com base na 2ª. Lei da termodinâmica, para demonstrar o processo em que a energia degradada aumenta continuamente sem retorno.

um processo de intervenção e articulação de forças hegemônicas, através de um discurso legitimador.

Não basta possuir, de forma isolada, elevado potencial humano, social ou natural, é necessário que o conjunto de fatores relacionados ao desenvolvimento de uma região, sejam estimulados conjuntamente.

Ao privilegiar os grandes projetos agroindustriais, preocupou-se exclusivamente com a exploração do capital natural. Como já afirmamos, ao longo de sua história, a Amazônia tem despertado interesse mundial pelo seu potencial de recursos naturais e biodiversidade, sendo estes, a base da ação econômica na região. Considerado como um fator de produção abundante, teve na elevação de sua utilização a maximização da produção, assim, seu desenvolvimento esteve ligado a vantagens comparativas diretamente relacionadas às dimensões econômicas de exploração dos recursos naturais.

Para consolidação deste processo, a estratégia adotada privilegiou os grandes empreendimentos empresariais e os latifúndios monocultores, através de planos e programas oficiais. A opção pelos grandes ignorou as demais formas de produção e conseqüentemente o capital humano e social da região.

Os reflexos deste processo na Região Tocantina podem ser verificados também nos indicadores de exclusão social e de qualidade de vida da população.

Não resta dúvida que em uma região onde o IDH de seus municípios encontra-se na faixa de 0,500 e 0,700 e que em apenas três o emprego é distribuído nas atividades primárias, secundárias e terciárias, sofreu os reflexos do modelo de intervenção econômica adotado ao longo de sua história e a forma de ocupação do solo, caracterizado, principalmente pelo processo de concentração fundiária e exploração dos recursos naturais. Embora o índice de desenvolvimento humano seja mais completo que as medidas de produção na aferição do desenvolvimento de uma região e os mesmos tenham demonstrado o fraco desempenho da

Região Tocantina quando relacionada com outras regiões do país, não demonstra completamente o grau de pobreza e miséria em que vive a maior parte da população desta região amazônica; se examinarmos através de medidas de exclusão social⁴², verificaremos mais claramente a conseqüência do modelo de desenvolvimento adotado ou sua incapacidade em melhorar a qualidade de vida da população.

Os critérios adotados por Lemos (2005, p. 120) para cálculo do IES, inclui um conjunto de indicadores que demonstram especificamente a exclusão em determinados setores. O Privágua demonstra o percentual da população que sobrevive em domicílios sem água encanada em pelo menos uma torneira; neste quesito o município em pior situação é o de São Pedro da Água Branca, com 76,76% da população sem este serviço, em melhor situação está Imperatriz, com 10,94% da população. O Privane mede a porcentagem da população que vive em domicílios que não dispõe de ao menos uma fossa séptica para esconder os dejetos humanos. Neste item a maioria dos municípios da região estão com mais de 80% de sua população excluída. O Privlixo mede a porcentagem da população que reside em domicílios que não dispõe do serviço regular de coleta de lixo, mais uma vez na maioria dos municípios este indicador ultrapassa os 80%, chegando a mais de 90% em Davinópolis. O Priveduc mede o percentual da população acima dos 10 anos de idade que não havia cursado apenas um ano escolar; por mais impressionante que pareça, neste quesito verificam-se municípios com índices acima de 30%. E o Privrend mede o percentual da população que sobrevive com uma renda total de no máximo dois salários mínimos. Neste item apenas os municípios de Açailândia e Imperatriz apresentam índices abaixo de 60%. Em todos os demais, mais de 80% de sua população sobrevive com este nível de renda.

Quer através do IDH ou IES, a Região Tocantina apresenta indicadores de desenvolvimento extremamente baixos; embora o objetivo deste trabalho não seja relacionar

⁴² Como medidas de exclusão social adotamos o IES (Índice de Exclusão Social), apresentado por José de Sousa Lemos no seu livro “Mapa da Exclusão no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre”.

ou apontar os motivos destes resultados, torna-se indispensável sua comparação com o processo de desenvolvimento implantado e a forma de ocupação do solo. Como consequência ou não deste modelo, conclui-se que a exploração dos recursos naturais e a concentração fundiária não foi capaz de melhorar as condições de vida da população.

Como também é certo, “a percepção de que muitas das intervenções estatais se fizeram na região corroborando práticas ambientais deletérias, ao lado de aprofundarem mazelas sociais, excluindo os mais necessitados e confirmando o poder econômico e político dos mais fortes.” (COSTA, 2003, p. 324).

Entendemos, assim, que promover o desenvolvimento de uma região é promover a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes; é utilizar os recursos da natureza respeitando sua taxa de reprodução de maneira que as futuras gerações possam também usufruir; é promover a cidadania e a participação política igualmente; é aumentar o grau de acesso à renda e também à riqueza, ao conhecimento e às decisões públicas. Podemos então, afirmar que desenvolvimento só é desenvolvimento se for humano, social e sustentável, (FRANCO, 2001, p. 36) e que nesta perspectiva as estruturas produtivas privilegiadas no processo de desenvolvimento e o estado, não foram capazes de promover.

O projeto de desenvolvimento com base agrária na Região Tocantina, tendo por fundamento as grandes estruturas, não tiveram a capacidade de responder às exigências do desenvolvimento sustentável⁴³, em função de suas características particulares; nestas estruturas produtivas os recursos naturais foram utilizados até o seu esgotamento, o solo como suporte para a agropecuária homogênea na criação do gado ou grãos, a mão de obra assalariada com baixíssima remuneração e qualificação, elevada relação capital físico e

⁴³ Desenvolvimento sustentável é um conceito bastante debatido no meio acadêmico. Desde a Conferência de Estocolmo em, 1972, diversos trabalhos tem demonstrado sua aplicação. Para os fins deste trabalho adotamos o conceito expresso no Relatório Brundtland. “Desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades.”(BRÜSEKE, 1995, p. 31).

baixíssima relação capital humano por trabalho, uma relação terra por trabalho elevada e uma gestão orientada pelo lucro imediato.

Estas características encontradas nos médios e grandes estabelecimentos rurais da região definem um modo de atuação, altamente comprometedor dos recursos naturais da floresta Amazônica e de sua biodiversidade, com uma produção homogênea, quer na criação de gado ou na produção de grãos, os fatores naturais foram explorados até seu completo esgotamento.

Embora seja esta a característica dominante do desenvolvimento da Região Tocantina, outro caminho foi trilhado pelas estruturas camponesas. Ao possuir uma produção diversificada, relaciona-se com a natureza de forma mais racional, pois utiliza o solo como suporte para uma agropecuária diversa, além do emprego do trabalho familiar com elevada produtividade, condição relevante para sua reprodução.

Tomando por base estas características, Soto (2002) afirma ser a agricultura familiar ou a sua reprodução, como grupo social, a base sobre a qual se construiria o desenvolvimento sustentável. Desta forma, a lógica capitalista de acumulação de capital, encontrada nas demais estruturas, seria incompatível com tal propósito. Enfim, a discussão sobre o desenvolvimento local, de base agrária, da Região Tocantina, passa necessariamente pela questão ambiental e pela forma com que as estruturas produtivas utilizam os recursos naturais.

Não são poucos os estudos que apontam a possibilidade das estruturas camponesas serem mais adaptáveis às exigências do desenvolvimento sustentável e a prática de uma agricultura sustentável (VEIGA, 1994; ALTIERI, 1989), ao manejo e conservação dos recursos naturais e a orientação das mudanças tecnológicas e institucionais, de tal maneira a assegurar a satisfação das necessidades humanas de forma continuada para a presente geração e futuras gerações (FAO, “Declaração de Don Bosch”, 1992, in VEIGA, 1994, p. 290). Ao

possuir uma produção bastante diversificada, as estruturas camponesas se enquadrariam perfeitamente nos critérios de uma agricultura sustentável.

Novos desafios, surgem então, para o desenvolvimento local da Região Tocantina, dentre eles o de manter o processo histórico de concentração e exclusão, centrado nos grandes estabelecimentos agropecuários, ou a via alternativa dos pequenos estabelecimentos com trabalho familiar. Os dados do censo agropecuário de 1996, da PAM e da PPM, demonstraram que as estruturas camponesas na Região Tocantina ultrapassaram a visão tradicional do ciclo da fronteira, estabilizando-se com base em sistemas de produção complexos e diversificados. Desta maneira, para promover o desenvolvimento local com base na sustentabilidade, é criar as condições necessárias para o desenvolvimento destas estruturas produtivas.

Na Região Tocantina, conforme apresentado no terceiro capítulo deste trabalho, em 1996 as estruturas camponesas eram responsáveis por 41% do VBPC da região, empregavam 78% da mão de obra do campo, estavam assentadas em 400.791,63 ha, respondiam por apenas 23% dos custos totais da produção animal e agrícola e possuíam ainda a maior produtividade por hectare. As condições necessárias para que estas estruturas aumentem sua produtividade, empregando mais mão de obra, gerando renda e produzindo produtos ecologicamente corretos, com a preservação do meio ambiente, estão relacionadas com as condições internas e externas que interferem na sua reprodução.

Por condição interna, conforme define Costa (2000), está a capacidade de trabalho de cada família, o trabalho efetivamente empregado e a necessidade de consumo, porém, esta relação interna se objetiva no contexto de uma economia de mercado, onde os fatores externos interferem na relação entre trabalho efetivo e consumo familiar. Para que as estruturas camponesas possam desempenhar papel preponderante no desenvolvimento local, as condições externas devem ser favoráveis às relações internas, afim de que, na comparação entre o trabalho efetivo no processo produtivo interno seja mais favorável que as demais

opções de ocupações fora do sistema (mercado).

Para tanto, seria necessário ambiente institucional favorável ao ideário da sustentabilidade, uma relação institucional que articule a participação do estado com as sociedades regionais, com uma visão de mundo diferente da lógica predominante, que promova conjuntamente os aspectos naturais, humanos e sociais regionais. Implica, ainda numa institucionalidade que tenha capacidade de envolver os diversos segmentos da sociedade, fazendo clara distinção entre desenvolvimento tradicional e sustentável, que tenha um processo decisório participativo e flexível, que, enfim, favoreça o processo de reprodução das unidades camponesas na Região Tocantina.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigma do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- _____. O capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, Rio de Janeiro, v. 4 n. 2, abril/jun., 2000.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. O Intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia. In: LENA, Phillipe e OLIVEIRA, Adélia E. (Orgs.) **Amazônia e Fronteira Agrícola**; 20 anos depois. Belém: Museu Paraense Emilio Goedi, 1991.
- ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro. PTA/FASE., 1989.
- ATLAS DO MARANHÃO. São Luís: GEPLAN – Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Laboratório de Geoprocessamento-UEMA, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação – Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.
- BRITO, Daniel Chaves de. **Modernização da Superfície**: Estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2001.
- BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Petrópolis: Vozes., 1998.
- BRÜSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTE, Clóvis(org). **Desenvolvimento e Natureza**: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo. Cortez., 1995. p. 29-40.
- CAMPOS, Índio. **Fronteira e campesinato no trópico úmido**. Belém: Naea., 1996.
- CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: subsídios para a história e a geografia do Brasil. 2. Ed. Imperatriz: Ética, 2000.
- CARVALHO, David Ferreira. Industrialização tardia e perspectiva de desenvolvimento da Amazônia. **Revista do Centro Sócio-Econômico**, Belém; v. 2, n. 1, Mar, 1985.
- CAVALCANTE, Clóvis. Sustentabilidade da Economia: paradigmas alternativos de realização economia. In: CAVALCANTE, Clóvis (org). **DESENVOLVIMENTO E NATUREZA**: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995. p. 153-176.
- CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de La Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- COELHO, Maria Célia Nunes et al. **Estado e políticas na Amazônia**: gestão do

desenvolvimento regional. Belém: Cejup, UFPA – NAEA, 2001.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação econômica e agropecuária da Amazônia:** os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: Naea., 2000.

_____. **O Investimento na Economia Camponesa:** Considerações Teóricas. Belém: Naea, 1993.

_____. **Agricultura familiar em transformação:** o caso de Capitão Poço. Belém: UFPA, NAEA, 2000.

_____. **Racionalidade Camponesa e Sustentabilidade:** elementos teóricos para uma pesquisa sobre agricultura familiar na Amazônia. Belém: UFPA. NAEA, 1994.

_____. O PLANO PLURIANUAL, 2004-2007 (PPA) E A AMAZONIA. Belém, v. 1, n. 2, 2003.

COUTINHO, Milson. **Imperatriz:** subsídios para a história da cidade. São Luis: Sioge, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e Desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, n., 19, ano 7, jun., 1992.

EVANDE, Praxedes da Silva. **Agricultura Familiar:** Um todo indivisível. Comunicação ao IV Colóquio Hispano-Portugues de Estudos Rurales sob o tema “la multifuncionalidad de los espacios rurales e la Península Ibérica”, 07 a 08 de junho de, 2001, Santiago de Compostela – Galiza. Espanha.

FRANCO. Augusto de. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável.** Brasília: Instituto de Política Millennium, 2000.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. O problema agrário no Brasil: evolução e atualidade In: **PESQUISA & DEBATE 10**, Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política/Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da PUC-SP, São Paulo, v. 8, n. 1, ano, 1997.

GOODMAM, D., SORJ, B., Wilkinson, J.. **Da lavoura às biotecnologias:** Agricultura e Indústria no Sistema Internacional. São Paulo: Campus, 1981.

GUANZIROLI, Carlos E.– **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HÉBETTE, Jean, MARIN, Rosa E. Acevedo, in: COSTA, José Marcelino M. da. **Amazônia: Desenvolvimento e Ocupação.** Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979.

HURTIENE, Thomas. Agricultura familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável na Amazônia In: COELHO Maria et al. **Estado e Políticas Públicas na Amazônia:** Gestão do Desenvolvimento Regional Belém, Naea-Ufpa, 2001, p. 0- 0.

IBGE. Pesquisa agrícola municipal. **Produção agrícola municipal:** culturas temporárias e permanentes, 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2002a.

_____. Pesquisa extração vegetal. **Produção da extração vegetal e da silvicultura, 2002**, volume 17, Rio de Janeiro: IBGE, 2002b.

_____. ESTATÍSTICAS BÁSICAS séries retrospectiva n. 7. Produção agrícola municipal, 1975-1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

_____. **Produção agrícola municipal, culturas temporárias e permanentes, 2003**. v. 30, Rio de Janeiro: IBGE, 2003a.

_____. **Produção da pecuária municipal, 2003**. v. 31. Rio de Janeiro: IBGE, 2003b.

_____. **Censo agropecuário, 1995-96 Maranhão**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

PRADO JUNIOR, Caio. **Historia Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945.

_____. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Mapa da Exclusão Social no Brasil**: radiografia de um país assimetricamente pobre. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2005.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia**: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

SHIRRAISHI NETO, Joaquim. **Inventario das Leis, Decretos e Regulamento de Terras do Maranhão -1850/1996**. Belém: Superiores, 1998.

SOUSA, Raimundo Valdomiro. **Campesinato na Amazônia**: da subordinação à luta pelo poder. Belém: NAEA, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.

SOTO, Willian Héctor Gómez, Desenvolvimento Sustentável, Agricultura, e Capitalismo. In BECKER, Diniz Fermiano. **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade?**- Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SUDAM. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Programa de pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia- polamazonia**. Belém: SUDAM, 1975.

TEPICH, Jerzy. **O marxismo e a agricultura**: o camponês polonês. [S.l.: s.n.], 1973.

WEBER, Max. Ação social e relação social. In FORACCHI, Marialice Mercarini e MARTINS, José de Souza (Org). **Sociologia e sociedade: leituras de introdução a sociologia**. Rio de Janeiro: DIFEL. 1977.

VELHO. Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Capitalismo autoritário e campesinato**: Um estudo comparativo a

partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VEIGA, José Elí da. In: XXII Encontro Nacional de Economia, Anais, 1994.

ANEXOS

Anexo A: Tabela 1

Tabela 1: Distribuição dos imóveis rurais por classes de área - Amarantes – 1996.

Classe de área (ha)	Numero de Imóveis		Áreas por classe		b	b-1 + b	
	Por classe		(ha)				
	Total	(%)	Total	Média			(%)
Menos de 1 ha	189	5,01	144,313	0,7635608	0,07	0,0006614	0,0006614
1 a menos de 2 ha	525	13,91	774,494	1,4752267	0,35	0,0035498	0,0042112
2 a menos de 5 ha	577	15,29	1796,732	3,1139203	0,82	0,0082351	0,0117849
5 a menos de 10 ha	182	4,82	1239,456	6,8101978	0,57	0,0056809	0,013916
10 a menos de, 20 ha	267	7,07	3591,652	13,45188	1,65	0,0164618	0,0221427
20 a menos de 50 ha	1080	28,62	38566,801	35,710001	17,68	0,1767657	0,1932275
50 a menos de 100 ha	492	13,04	33867,735	68,83686	15,52	0,1552281	0,3319938
100 a menos de, 200 ha	235	6,23	31641,486	134,64462	14,50	0,1450244	0,3002526
200 a menos de 500 ha	176	4,66	52484,948	298,20993	24,06	0,2405576	0,385582
500 a menos de 1.000 ha	36	0,95	22860,66	635,01833	10,48	0,1047787	0,3453363
1.000 a menos de 2.000 ha	9	0,24	12974,24	1441,5822	5,95	0,0594657	0,1642444
2.000 a menos de 5.000 ha	6	0,16	18237,88	3039,6467	8,36	0,0835908	0,1430565
5.000 a menos de 10.000 ha	-		-				
10.000 a menos de 100.000 ha	-		-				
100.000 ha e mais	-		-				
sem declaração	-		-				
Total	3774	100	218180,4	57,811446	100	1	1,0835908
Índice de GINI	0,769						

Fonte: Processamento do autor a partir da base SIDRA (IBGE, 1996).

Anexo B: Tabela 2

Tabela 2: Distribuição dos imóveis rurais por classes de área - Açailândia –, 1996							
Classe de área (ha)	Numero de Imóveis		Áreas por classe				
	Por classe		(ha)				
	Total	(%)	Total	Média	(%)	b	b -1 + b
Menos de 1 ha	16	1,04	11,618	0,726125	0,00237	0,0000237	0,0000237
1 a menos de 2 ha	36	2,35	46,946	1,3040556	0,00956	0,0000956	0,0001193
2 a menos de 5 ha	364	23,76	1619,487	4,4491401	0,33	0,003298416	0,003394
5 a menos de 10 ha	81	5,29	669,247	8,2623086	0,14	0,001363058	0,0046615
10 a menos de, 20 ha	38	2,48	545,579	14,357342	0,11	0,001111183	0,0024742
20 a menos de 50 ha	175	11,42	6708,809	38,336051	1,37	0,01366386	0,014775
50 a menos de 100 ha	179	11,68	13547,687	75,685402	2,76	0,027592632	0,0412565
100 a menos de, 200 ha	170	11,10	25210,919	148,29952	5,13	0,051347186	0,0789398
200 a menos de 500 ha	232	15,14	75130,499	323,83836	15,30	0,153018607	0,2043658
500 a menos de 1.000 ha	111	7,25	79434,41	715,62532	16,18	0,161784401	0,314803
1.000 a menos de 2.000 ha	89	5,81	126299,09	1419,0908	25,72	0,257233884	0,4190183
2.000 a menos de 5.000 ha	34	2,22	103623,28	3047,7434	21,10	0,211049967	0,4682839
5.000 a menos de 10.000 ha	4	0,26	23554,84	5888,71	4,80	0,047974243	0,2590242
10.000 a menos de 100.000 ha	2	0,13	34586,9	17293,45	7,04	0,070443286	0,1184175
100.000 ha e mais	-		-				
sem declaração	1	0,07	-				
Total	1532	100	490989,3	320,4891	100	1	1,0704433

Fonte: Processamento do autor a partir da base SIDRA (IBGE, 1996).

Anexo C: Tabela 3

Tabela 3: Distribuição dos imóveis rurais por classes de área - Imperatriz -, 1996

Classe de área (ha)	Numero de Imóveis		Áreas por classe		b	b-1 + b
	Por classe		(ha)			
	Total	(%)	Total	Média		
Menos de 1 ha	124	5,73	75,812	0,6113871	0,02	0,0002076
1 a menos de 2 ha	159	7,35	210,656	1,3248805	0,06	0,0005767
2 a menos de 5 ha	174	8,04	583,936	3,355954	0,16	0,0015986
5 a menos de 10 ha	116	5,36	897,203	7,7345086	0,25	0,0024563
10 a menos de, 20 ha	120	5,55	1842,004	15,350033	0,50	0,0050429
20 a menos de 50 ha	535	24,73	20024,905	37,429729	5,48	0,0548225
50 a menos de 100 ha	289	13,36	21632,57	74,853183	5,92	0,0592238
100 a menos de, 200 ha	256	11,84	36984,325	144,47002	10,13	0,1012525
200 a menos de 500 ha	210	9,71	67309,914	320,5234	18,43	0,1842753
500 a menos de 1.000 ha	115	5,32	80513,075	700,1137	22,04	0,2204218
1.000 a menos de 2.000 ha	42	1,94	61996,138	1476,0985	16,97	0,1697277
2.000 a menos de 5.000 ha	21	0,97	64485,72	3070,7486	17,65	0,1765435
5.000 a menos de 10.000 ha	1		8712	8712	2,39	0,023851
10.000 a menos de 100.000 ha	-		-			
100.000 ha e mais	-		-			
sem declaração	1		-			
Total	2163	100	365268,26	168,87113	100	1
Índice de GINI	0,786					

Fonte: Processamento do autor a partir da base SIDRA (IBGE, 1996).

Anexo D: Tabela 4

Tabela 4: Distribuição dos imóveis rurais por classes de área - Montes Altos –, 1996							
Classe de área (ha)	Número de Imóveis		Áreas por classe			b	b -1 +b
	Por classe		(ha)	Média	(%)		
	Total	(%)	Total				
Menos de 1 ha	-		-				
1 a menos de 2 ha	4	0,26	5,522	1,3805	0,0028	0,000028	0,000028
2 a menos de 5 ha	27	1,75	116,095	4,2998148	0,0585	0,000585	0,000613
5 a menos de 10 ha	54	3,49	465,905	8,6278704	0,2349	0,002349	0,002934
10 a menos de, 20 ha	179	11,57	2794,212	15,610123	1,41	0,014090516	0,0164395
20 a menos de 50 ha	463	29,93	16540,477	35,724572	8,34	0,083409511	0,0975
50 a menos de 100 ha	351	22,69	25272,782	72,002228	12,74	0,127444353	0,2108539
100 a menos de, 200 ha	269	17,39	37448,492	139,21372	18,88	0,18884343	0,3162878
200 a menos de 500 ha	146	9,44	45271,465	310,07853	22,83	0,228292737	0,4171362
500 a menos de 1.000 ha	38	2,46	25525,84	671,73263	12,87	0,128720462	0,3570132
1.000 a menos de 2.000 ha	10	0,65	15567,417	1556,7417	7,85	0,078502612	0,2072231
2.000 a menos de 5.000 ha	4	0,26	9277,16	2319,29	4,68	0,04678241	0,125285
5.000 a menos de 10.000 ha	1	0,06	5019,08	5019,08	2,53	0,025309972	0,0720924
10.000 a menos de 100.000 ha	1	0,06	15000	15000	7,56	0,075641269	0,1009512
100.000 ha e mais	-		-				
sem declaração	-		-				
Total	1547	100	198304,45	128,18646	100	1	1,0756413
Índice de GINI	0,786						

Fonte: Processamento do autor a partir da base SIDRA (IBGE, 1996).

Anexo E: Tabela 5

Tabela 5: Distribuição dos imóveis rurais por classes de área - João Lisboa -, 1996							
Classe de área (ha)	Numero de Imóveis		Áreas por classe			b	b -1 + b
	Por classe		(ha)				
	Total	(%)	Total	Média	(%)		
Menos de 1 ha	679	15,70	471,003	0,6936716	0,21	0,002135575	0,002135575
1 a menos de 2 ha	1147	26,51	1702,78	1,4845545	0,77	0,007720595	0,00985617
2 a menos de 5 ha	1014	23,44	3080,4	3,0378718	1,40	0,013966854	0,021687449
5 a menos de 10 ha	188	4,35	1399,34	7,4433138	0,63	0,006344763	0,020311616
10 a menos de, 20 ha	143	3,31	2198,89	15,376825	1,00	0,009969971	0,016314734
20 a menos de 50 ha	454	10,49	16580,4	36,520612	7,52	0,075177018	0,08514699
50 a menos de 100 ha	317	7,33	23371,9	73,728448	10,60	0,105970638	0,181147656
100 a menos de, 200 ha	189	4,37	27073,8	143,24735	12,28	0,122755118	0,228725755
200 a menos de 500 ha	126	2,91	38264,9	303,68991	17,35	0,173497054	0,296252172
500 a menos de 1.000 ha	37	0,86	25173,3	680,35851	11,41	0,114138127	0,287635181
1.000 a menos de 2.000 ha	20	0,46	28018,4	1400,9224	12,70	0,127038474	0,241176601
2.000 a menos de 5.000 ha	9	0,21	26247,3	2916,3689	11,90	0,119008001	0,246046475
5.000 a menos de 10.000 ha	2	0,05	13890,8	6945,4	6,30	0,062982291	0,181990291
10.000 a menos de 100.000 ha	1	0,02	13077,7	13077,68	5,93	0,059295522	0,122277813
100.000 ha e mais	-		-				
sem declaração	-		-				
Total	4326	100	220551	50,982637	100	1	1,059295522
Índice de GINI	0,800						

Fonte: Processamento do autor a partir da base SIDRA (IBGE, 1996).

Anexo F: Tabela 6

Tabela 6: Quantidade produzida de madeira em tora por município., 1990 a, 1998.

MUNICIPIOS	Quantidade Produzida de Madeira em Tora, 1990 (mil metros cúbicos)	Quantidade Produzida de Madeira em Tora, 1991 (mil metros cúbicos)	Quantidade Produzida de Madeira em Tora, 1992 (mil metros cúbicos)	Quantidade Produzida de Madeira em Tora, 1993 (mil metros cúbicos)	Quantidade Produzida de Madeira em Tora, 1994 (mil metros cúbicos)	Quantidade Produzida de Madeira em Tora, 1995 (mil metros cúbicos)	Quantidade Produzida de Madeira em Tora, 1996 (mil metros cúbicos)	Quantidade Produzida de Madeira em Tora, 1997 (mil metros cúbicos)	Quantidade Produzida de Madeira em Tora, 1998 (mil metros cúbicos)
Açailândia	342.136	350.689	350.689	322.634	303.235	285.420	269.721	4.100	2.058
Amarante	10.700	22.000	345.014	378.436	373.138	361.943	2.000	2.443	37.280
Imperatriz	48.730	46.610	44.745	41.165	36.225	34.776	17.000	2.820	2.702
João Lisboa	37.404	35.160	29.886	27.495	25.020	24.394	1.000	1.080	1.096
Montes Altos	747	733	714	678	664	654	1.000	1.400	1.420
Total da Região	439.717	455.192	771.048	770.408	738.282	707.187	290.721	25.643	57.348

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais SUDENE (2005 [on line])

Anexo G: Tabela 7

Tabela 7: Comparação do valor bruto da produção entre o estado do Maranhão e a Região Tocantina, 1995-96.

Subsetores	Camponeses		Fazendas		Latifúndios empresarial		Total	
	Maranhão	Região Toc.	Maranhão	Região Toc.	Maranhão	Região Toc.	Maranhão	Região Toc.
Agricultura			R\$		R\$		R\$	
Lav. Temporária	R\$ 203.856.095,36	R\$ 9.502.400,24	40.405.657,53	R\$ 2.537.110,64	32.520.583,73	R\$ 145.262,00	R\$ 276.782.336,62	R\$ 12.184.772,88
Lav. Permanente	R\$ 28.870.121,86	R\$ 1.306.898,54	7.405.601,60	R\$ 2.182.847,50	2.123.343,74	R\$ 33.600,00	R\$ 38.399.067,20	R\$ 3.523.346,04
Horticultura	R\$ 13.084.241,51	R\$ 427.302,93	R\$ 65.962,77	R\$ 7.330,00	R\$ 12.806,68		R\$ 13.163.010,96	R\$ 434.632,93
Silvicultura	R\$ 12.811,50		2.025.888,24	R\$ 198.154,00	R\$ 76.500,00		R\$ 2.115.199,74	R\$ 198.154,00
Extração Vegetal	R\$ 64.075.903,81	R\$ 941.039,08	4.924.011,69	R\$ 981.748,70	11.078.058,39	R\$ 9.600,00	R\$ 80.077.973,89	R\$ 1.932.387,78
Total	R\$ 309.899.174,04	R\$ 12.177.640,79	R\$ 54.827.121,83	R\$ 5.907.190,84	R\$ 45.811.292,54	R\$ 188.462,00	R\$ 410.537.588,41	R\$ 18.273.293,63

Fonte: Processamento do autor a partir da base SIDRA (IBGE, 1996).

Anexo H: Tabela 8

Tabela 8: Distribuição da mão de obra ocupada por forma de produção., 1995-96				
Município	Camponeses	Fazendas	Latifúndios empresariais	Total
Açailândia	3.500	3.696	101	7.297
Amarantes	12.795	1.035		13.830
Imperatriz	7.214	3.135	60	10.409
João Lisboa	13.816	1.262	97	15.175
Montes Altos	7.273	1.339	14	8.626
Total da Região Tocantina	44.598	10.467	272	55.337
Área dos municípios por estrutura produtiva				
Açailândia	48.395,62	384.487,27	58.141,74	491.024,63
Amarantes do Maranhão	111.622,67	106.557,73		218.180,40
Imperatriz	82.251,41	274.304,85	8.712,00	365.268,26
João Lisboa	75.878,44	117.703,96	26.968,48	220.550,89
Montes Altos	82.643,49	95.641,88	20.019,08	198.304,45
Total da Região	400.791,63	978.695,69	113.841,30	1.493.328,62
Relação mão-de-obra por hectare nas diversas formas de produção				
	Camponeses	Fazendas	Latifúndios empresariais	Total
Açailândia	0,0723	0,0096	0,0017	0,0149
Amarantes do Maranhão	0,1146	0,0097		0,0634
Imperatriz	0,0877	0,0114	0,0069	0,0285
João Lisboa	0,1821	0,0107	0,0036	0,0688
Montes Altos	0,088	0,014	0,0007	0,0435
Total da Região	0,1113	0,0107	0,0024	0,0371
Relação terra por mão de obra				
Açailândia	13,83	104,03	575,66	67,29
Amarantes do Maranhão	8,72	102,95		15,78
Imperatriz	11,4	87,5	145,2	35,09
João Lisboa	5,49	93,27	278,03	14,53
Montes Altos	11,36	71,43	1.429,93	22,99
Total da Região	8,99	93,5	418,53	26,99

Fonte. Processamento do autor a partir da base SIDRA (IBGE, 1996).

Anexo I: Tabela 9

Tabla 9: Distribuição da área por condição do produtor e município, 1996.

Microrregião Geográfica e Município	Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Hectare)	%
Imperatriz – MA	Total	1.493.293	100
	Proprietário	1.444.723	96,75
	Arrendatário	14.044	0,94
	Parceiro	859	0,06
	Ocupante	33.668	2,25
Açailândia – MA	Total	490.989	100
	Proprietário	483.253	98,42
	Arrendatário	3.695	0,75
	Parceiro	152	0,03
	Ocupante	3.889	0,79
Amarante do Maranhão - MA	Total	218.180	100
	Proprietário	207.316	95,02
	Arrendatário	489	0,22
	Parceiro	119	0,05
	Ocupante	10.257	4,7
Imperatriz - MA	Total	365.268	100
	Proprietário	346.619	94,89
	Arrendatário	6.084	1,67
	Parceiro	152	0,04
	Ocupante	12.413	3,4
João Lisboa - MA	Total	220.551	100
	Proprietário	213.872	96,97
	Arrendatário	3.283	1,49
	Parceiro	217	0,1
	Ocupante	3.178	1,44
Montes Altos - MA	Total	, 198.304	100
	Proprietário	, 193.662	97,66
	Arrendatário	494	0,25
	Parceiro	218	0,11
	Ocupante	3.931	1,98
		1.493.293	

Fonte: Dados processados pelo autor a partir de CD-ROM (IBGE, 1996).

Tabela 10: Evolução da Extração vegetal por produtos e municípios da Região Tocantina de, 1990 a 2004. (cont.)

João Lisboa*															
	Carvão vegetal (Tonelada)	991	872	741	667	600	576	260	275	271	261	257	254	249	251
	Lenha (Metro cúbico)	40655	38622	30898	27190	23111	22302	3000	3160	3287	6355	6197	6079	5972	5613
	Madeira em tora (Metro cúbico)	37404	35160	29886	27495	25020	24394	1000	1083	1099	0	0	0	0	140
	Oleaginosos (Tonelada)	590	561	393	334	300	289	18	20	6	3	3	3	4	4
	Babaçu (amêndoa) (Tonelada)	590	561	393	334	300	289	18	31	17	17	17	16	17	18
Montes Altos*															
	Carvão vegetal (Tonelada)	275	252	243	236	230	226	13	14	14	14	14	24	615	579
	Lenha (Metro cúbico)	12164	10265	9803	9607	9367	9173	3000	4010	3972	4839	4698	4622	4425	4190
	Madeira em tora (Metro cúbico)	747	733	714	678	664	654	1000	1400	1240	190	179	464	575	723
	Oleaginosos (Tonelada)	18	18	16	16	15	15	0	0	0	0	0	0	0	0
	Babaçu (amêndoa) (Tonelada)	18	18	16	16	15	15	0	0	0	0	0	0	0	0
Total da Região															
	Aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes (Tonelada)	57	37	28	13	12	12	-	8	9	8	4	0	4	3
	Jaborandi (folha) (Tonelada)	57	37	28	13	12	12	-	8	9	8	4	0	4	3
	Carvão vegetal (Tonelada)	34316	36822	33744	34427	34651	36016	5019	5053	4570	4024	3671	42590	40681	33401
	Lenha (Metro cúbico)	137035	130908	121321	117787	109156	106407	54000	57020	55823	57008	48142	48111	46006	42815
	Madeira em tora (Metro cúbico)	439717	455192	742993	751009	720467	691488	23000	23646	57351	45494	35041	33740	30629	27425
	Oleaginosos (Tonelada)	1734	1659	1365	1261	1117	1071	61	62	48	27	22	21	21	55
	Babaçu (amêndoa) (Tonelada)	930	899	665	603	558	540	43	55	41	41	36	34	34	35
	Tanantes (Tonelada)	14	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Angico (casca) (Tonelada)	14	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

* Incluídos as quantidades dos municípios desmembrados em, 1997.

Fonte: Processamento do autor a partir da base SIDRA (IBGE, 2003).

Anexo L: Tabela 11

Tabela 11: VBP da Lavoura temporária por município da Região Tocantina

Município	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Tendência
Açailândia	2873	2405	2584	3653	4955	6977	13905	
Amarantes	4805	2336	2548	3515	5552	6111	9135	
Imperatriz	2125	2197	3120	4346	6209	5258	7454	
João Lisboa	3582	2626	3630	4728	7699	5389	10015	
Montes Altos	1220	714	1932	2343	3077	3529	7423	
Total da Região	14605	10278	13814	18585	27492	27264	47932	
Valores corrigidos para, 2003, com base o IGP-M da FGV.								
Logaritmos naturais para cálculo de tendência								
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
Açailândia	R\$581.830,48	R\$476.645,99	R\$ 432.179,17	R\$549.231,84	R\$672.227,51	R\$ 843.072,77	R\$1.390.500,00	
Amarantes	R\$973.092,74	R\$ 462.970,91	R\$ 426.158,10	R\$528.483,41	R\$753.220,41	R\$738.428,80	R\$ 913.500,00	
Imperatriz	R\$430.347,99	R\$ 435.422,55	R\$521.826,24	R\$ 653.425,01	R\$842.353,30	R\$ 635.355,69	R\$745.400,00	
João Lisboa	R\$ 725.414,82	R\$520.445,89	R\$607.124,76	R\$ 710.859,06	R\$1.044.496,38	R\$651.185,20	R\$ 1.001.500,00	
Montes Altos	R\$247.070,37	R\$141.507,37	R\$323.130,86	R\$ 352.272,16	R\$417.445,82	R\$426.430,24	R\$742.300,00	
Total da Região	R\$2.957.756,40	R\$2.036.992,71	R\$ 2.310.419,13	R\$2.794.271,48	R\$3.729.743,42	R\$3.294.472,70	R\$4.793.200,00	
Valores corrigidos								
Município	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
Açailândia	13	13	13	13	13	14	14	16%
Amarantes	14	13	13	13	14	14	14	5%
Imperatriz	13	13	13	13	14	13	14	11%
João Lisboa	13	13	13	13	14	13	14	7%
Montes Altos	12	12	13	13	13	13	14	23%
Total da Região	15	15	15	15	15	15	15	11%

Fonte: Dados processados pelo autor a partir da base SIDRA (IBGE, 2003a).

Anexo M: Tabela 12

Tabela 12: VBP da Lavoura temporária por município da Região Tocantina, 1990 A, 2003

Município	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Tendência
Açailândia	R\$ 129.117	R\$ 3.165.088	R\$ 19.223.051	R\$ 200.326	R\$ 2.304	R\$ 3.040	R\$ 3.507	R\$ 2.873	R\$ 2.405	R\$ 2.584	R\$ 3.653	R\$ 4.955	R\$ 6.977	R\$ 13.905	
Amarantes	R\$ 86.217	R\$ 701.117	R\$ 6.150.467	R\$ 76.800	R\$ 1.089	R\$ 2.009	R\$ 3.340	R\$ 4.805	R\$ 2.336	R\$ 2.548	R\$ 3.515	R\$ 5.552	R\$ 6.111	R\$ 9.135	
Imperatriz	R\$ 313.015	R\$ 2.354.166	R\$ 14.593.169	R\$ 174.622	R\$ 2.249	R\$ 3.874	R\$ 1.641	R\$ 2.125	R\$ 2.197	R\$ 3.120	R\$ 4.346	R\$ 6.209	R\$ 5.258	R\$ 7.454	
João Lisboa	R\$ 113.313	R\$ 2.645.865	R\$ 23.422.428	R\$ 280.702	R\$ 2.630	R\$ 5.327	R\$ 3.901	R\$ 3.582	R\$ 2.626	R\$ 3.630	R\$ 4.728	R\$ 7.699	R\$ 5.389	R\$ 10.015	
Montes Altos	R\$ 57.283	R\$ 1.145.265	R\$ 9.850.900	R\$ 106.033	R\$ 890	R\$ 1.683	R\$ 1.194	R\$ 1.220	R\$ 714	R\$ 1.932	R\$ 2.343	R\$ 3.077	R\$ 3.529	R\$ 7.423	
Total da Região	R\$ 698.945	R\$ 10.011.501	R\$ 73.240.015	R\$ 838.483	R\$ 9.162	R\$ 15.933	R\$ 13.583	R\$ 14.605	R\$ 10.278	R\$ 13.814	R\$ 18.585	R\$ 27.492	R\$ 27.264	R\$ 47.932	
Valores corrigidos para, 2003, com base o IGP-M da FGV.															
Município	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
Açailândia	R\$ 2.777	R\$ 12.771	R\$ 6.151	R\$ 2.660	R\$ 6.325	R\$ 7.233	R\$ 7.644	R\$ 5.818	R\$ 4.766	R\$ 4.322	R\$ 5.492	R\$ 6.722	R\$ 8.431	R\$ 13.905	
Amarantes	R\$ 1.854	R\$ 2.829	R\$ 1.968	R\$ 1.020	R\$ 2.990	R\$ 4.780	R\$ 7.280	R\$ 9.731	R\$ 4.630	R\$ 4.262	R\$ 5.285	R\$ 7.532	R\$ 7.384	R\$ 9.135	
Imperatriz	R\$ 6.732	R\$ 9.499	R\$ 4.670	R\$ 2.319	R\$ 6.174	R\$ 9.217	R\$ 3.577	R\$ 4.303	R\$ 4.354	R\$ 5.218	R\$ 6.534	R\$ 8.424	R\$ 6.354	R\$ 7.454	
João Lisboa	R\$ 2.437	R\$ 10.676	R\$ 7.495	R\$ 3.727	R\$ 7.220	R\$ 12.674	R\$ 8.502	R\$ 7.254	R\$ 5.204	R\$ 6.071	R\$ 7.109	R\$ 10.445	R\$ 6.512	R\$ 10.015	
Montes Altos	R\$ 1.232	R\$ 4.621	R\$ 3.152	R\$ 1.408	R\$ 2.443	R\$ 4.004	R\$ 2.602	R\$ 2.471	R\$ 1.415	R\$ 3.231	R\$ 3.523	R\$ 4.174	R\$ 4.264	R\$ 7.423	
Total da Região	R\$ 15.032	R\$ 40.396	R\$ 23.437	R\$ 11.134	R\$ 25.153	R\$ 37.909	R\$ 29.604	R\$ 29.578	R\$ 20.370	R\$ 23.104	R\$ 27.943	R\$ 37.297	R\$ 32.945	R\$ 47.932	
Logaritmos naturais dos valores corrigidos para calculo de tendência															
Município	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
Açailândia	7,9	9,5	8,7	7,9	8,8	8,9	8,9	8,7	8,5	8,4	8,6	8,8	9,0	9,5	4%
Amarantes	7,5	7,9	7,6	6,9	8,0	8,5	8,9	9,2	8,4	8,4	8,6	8,9	8,9	9,1	13%
Imperatriz	8,8	9,2	8,4	7,7	8,7	9,1	8,2	8,4	8,4	8,6	8,8	9,0	8,8	8,9	1%
João Lisboa	7,8	9,3	8,9	8,2	8,9	9,4	9,0	8,9	8,6	8,7	8,9	9,3	8,8	9,2	4%
Montes Altos	7,1	8,4	8,1	7,2	7,8	8,3	7,9	7,8	7,3	8,1	8,2	8,3	8,4	8,9	7%
Total da Região	9,6	10,6	10,1	9,3	10,1	10,5	10,3	10,3	9,9	10,0	10,2	10,5	10,4	10,8	5%

Fonte: Dados processados pelo autor a partir da base SIDRA (IBGE, 2003a).

Anexo N: Tabela 13

Tabela 13: Quantidade e valor da produção animal vendida por forma de produção., 1995-96						
Animais	Camponeses		Fazenda		Latifúndio empresarial	
	Qde.Vendida	Valor	Qde. Vendida	Valor	Qde.Vendida	Valor
Bovinos	38049	R\$ 6.899.640,00	99399	R\$ 23.491.018,00	6503	R\$1.748.163,00
Suínos	6975	R\$ 294.697,00	1997	R\$ 102.528,00	50	R\$ 2.250,00
Aves	1013967	R\$ 2.181.899,00	8336	R\$34.027,00		
Total	1058991	R\$ 9.376.236,00	109732	R\$ 23.627.573,00	6553	R\$1.750.413,00
Quantidade produzida de leite por forma de produção						
Prod.Leite	17096748		22917227		798392	40812367
	42%		56%		2%	100

Fonte: Processamento do autor a partir da base SIDRA (IBGE, 1996).

Anexo O: Tabela 14

Tabela 14: Contratações por atividades na Região Tocantina., 1998 a, 2004	
ATIVIDADE	TOTAL
Alimentação	135.727
Atv.Associativas	274.351
Bovinocultura	30.202.309
Com.Atacadista	654.298
Com.Varejista	3.675.699
Ecológico	212.979
Educação	261.043
Entreterimento	104.694
Grãos	13.806.847
Indústria Gráfica	186.856
Ind. Siderúrgica	993.442
Ind.Couros e Peles	105.965
Ind.Mobiliário	2.033.655
Laticínios	196.295
Mudas e Sementes	129.073
Outros	7.643.138
Proc.benef.óleos/Gord/Veg/Animais	777.700
Raízes e Tubérculos	1.154.073
Saúde, Serv.Med./Veter.	490.864
Suinocultura	105.000
Transp.Rodoviário	1.242.464
Florestamento/reflorestamento	22.258.394
Total geral	86.644.865

Fonte: BNB (2005 [on line])

Tabela 15: Evolução da Extração vegetal por produtos e municípios da Região Tocantina de, 1990 a, 2004. (continuação)

Município		1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Tendênc ia
Montes Altos																
	Aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes (Ton)	4,0431	3,6109	3,332 2	2,564 9	2,484 9	2,484 9	#NÚ M!	2,079 4	2,197 2	2,079 4	1,386 3	#NÚ M!	1,386 3	1,0986	-20,0%
	Jaborandi (folha) (Tonelada)	4,0431	3,6109	3,332 2	2,564 9	2,484 9	2,484 9	#NÚ M!	2,079 4	2,197 2	2,079 4	1,386 3	#NÚ M!	1,386 3	1,0986	-20,0%
	Carvão vegetal (Tonelada)	10,443	10,514	10,42 7	10,44 7	10,45 3	10,49 2	8,521	8,527 7	8,427 3	8,3	8,208 2	10,65 9	10,61 4	10,416	-9,7%
	Lenha (Metro cúbico)	11,828	11,782	11,70 6	11,67 7	11,60 1	11,57 5	10,89 7	10,95 1	10,93	10,95 1	10,78 2	10,78 1	10,73 7	10,665	-9,7%
	Madeira em tora (Metro cúbico)	12,994	13,028	13,51 8	13,52 9	13,48 8	13,44 7	10,04 3	10,07 1	10,95 7	10,72 5	10,46 4	10,42 6	10,33 5	10,219	-25,9%
	Oleaginosos (Tonelada)	7,4582	7,414	7,218 9	7,139 7	7,018 4	6,976 3	4,110 9	4,127 1	3,871	3,295 8	3,091	3,044 5	3,044 5	4,0073	-25,9%
	Babaçu (amêndoa) (Tonelada)	6,8352	6,8013	6,499 8	6,401 9	6,324 4	6,291 6	3,761 2	4,007 3	3,713 6	3,713 6	3,583 5	3,526 4	3,526 4	3,5553	-33,7%
	Tanantes (Tonelada)	2,6391	2,5649													-12,8%
	Angico (casca) (Tonelada)	2,6391	2,5649													-12,8%
* Incluídos as quantidades dos municípios desmembrados em, 1997.																

Fonte: Processamento do autor a partir da base SIDRA (IBGE, 2003a).

Anexo Q: Tabela 16

Tabela 16: VBP da Lavoura temporária por município da Região Tocantina								
Município	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Tendência
Açailândia	2873	2405	2584	3653	4955	6977	13905	
Amarantes	4805	2336	2548	3515	5552	6111	9135	
Imperatriz	2125	2197	3120	4346	6209	5258	7454	
João Lisboa	3582	2626	3630	4728	7699	5389	10015	
Montes Altos	1220	714	1932	2343	3077	3529	7423	
Total da Região	14605	10278	13814	18585	27492	27264	47932	
Valores corrigidos para, 2003, com base o IGP-M da FGV.								
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
Açailândia	R\$581.830,48	R\$476.645,99	R\$ 432.179,17	R\$549.231,84	R\$ 672.227,51	R\$ 843.072,77	R\$1.390.500,00	
Amarantes	R\$973.092,74	R\$ 462.970,91	R\$ 426.158,10	R\$528.483,41	R\$ 753.220,41	R\$738.428,80	R\$ 913.500,00	
Imperatriz	R\$ 430.347,99	R\$ 435.422,55	R\$521.826,24	R\$ 653.425,01	R\$842.353,30	R\$ 635.355,69	R\$745.400,00	
João Lisboa	R\$ 725.414,82	R\$520.445,89	R\$607.124,76	R\$ 710.859,06	R\$1.044.496,38	R\$651.185,20	R\$ 1.001.500,00	
Montes Altos	R\$247.070,37	R\$141.507,37	R\$ 323.130,86	R\$ 352.272,16	R\$ 417.445,82	R\$426.430,24	R\$742.300,00	
Total da Região	R\$2.957.756,40	R\$2.036.992,71	R\$ 2.310.419,13	R\$2.794.271,48	R\$3.729.743,42	R\$3.294.472,70	R\$ 4.793.200,00	
Logaritmos naturais dos valores corrigidos para o cálculo de tendência								
Município	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
Açailândia	13	13	13	13	13	14	14	16%
Amarantes	14	13	13	13	14	14	14	5%
Imperatriz	13	13	13	13	14	13	14	11%
João Lisboa	13	13	13	13	14	13	14	7%
Montes Altos	12	12	13	13	13	13	14	23%
Total da Região	15	15	15	15	15	15	15	11%

Fonte: Dados processados pelo autor a partir da base SIDRA (IBGE, 2003a).

Anexo R: Tabela 17

Tabela 17: VBP da Lavoura temporária por município da Região Tocantina, 1990 a, 2003															
Município	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Tendência
Açailândia	129.117	3.165.088	19.223.051	200.326	2.304	3.040	3.507	2.873	2.405	2.584	3.653	4.955	6.977	13.905	
Amarantes	86.217	701.117	6.150.467	76.800	1.089	2.009	3.340	4.805	2.336	2.548	3.515	5.552	6.111	9.135	
Imperatriz	313.015	2.354.166	14.593.169	174.622	2.249	3.874	1.641	2.125	2.197	3.120	4.346	6.209	5.258	7.454	
João Lisboa	113.313	2.645.865	23.422.428	280.702	2.630	5.327	3.901	3.582	2.626	3.630	4.728	7.699	5.389	10.015	
Montes Altos	57.283	1.145.265	9.850.900	106.033	890	1.683	1.194	1.220	714	1.932	2.343	3.077	3.529	7.423	
Total da Região	698.945	10.011.501	73.240.015	838.483	9.162	15.933	13.583	14.605	10.278	13.814	18.585	27.492	27.264	47.932	
Valores corrigidos para, 2003, com base o IGP-M da FGV.															
Município	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
Açailândia	R\$ 2.777	R\$ 12.771	R\$ 6.151	R\$ 2.660	R\$ 6.325	R\$ 7.233	R\$ 7.644	R\$ 5.818	R\$ 4.766	R\$ 4.322	R\$ 5.492	R\$ 6.722	R\$ 8.431	R\$ 13.905	
Amarantes	R\$ 1.854	R\$ 2.829	R\$ 1.968	R\$ 1.020	R\$ 2.990	R\$ 4.780	R\$ 7.280	R\$ 9.731	R\$ 4.630	R\$ 4.262	R\$ 5.285	R\$ 7.532	R\$ 7.384	R\$ 9.135	
Imperatriz	R\$ 6.732	R\$ 9.499	R\$ 4.670	R\$ 2.319	R\$ 6.174	R\$ 9.217	R\$ 3.577	R\$ 4.303	R\$ 4.354	R\$ 5.218	R\$ 6.534	R\$ 8.424	R\$ 6.354	R\$ 7.454	
João Lisboa	R\$ 2.437	R\$ 10.676	R\$ 7.495	R\$ 3.727	R\$ 7.220	R\$ 12.674	R\$ 8.502	R\$ 7.254	R\$ 5.204	R\$ 6.071	R\$ 7.109	R\$ 10.445	R\$ 6.512	R\$ 10.015	
Montes Altos	R\$ 1.232	R\$ 4.621	R\$ 3.152	R\$ 1.408	R\$ 2.443	R\$ 4.004	R\$ 2.602	R\$ 2.471	R\$ 1.415	R\$ 3.231	R\$ 3.523	R\$ 4.174	R\$ 4.264	R\$ 7.423	

	R\$	R\$														
Total da Região	15.032	40.396	23.437	11.134	25.153	37.909	29.604	29.578	20.370	23.104	27.943	37.297	32.945	47.932		
Logaritmos naturais dos valores corrigidos para calculo de tendência																
Município	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003		
Açailandia	7,9	9,5	8,7	7,9	8,8	8,9	8,9	8,7	8,5	8,4	8,6	8,8	9,0	9,5		4%
Amarantes	7,5	7,9	7,6	6,9	8,0	8,5	8,9	9,2	8,4	8,4	8,6	8,9	8,9	9,1		13%
Imperatriz	8,8	9,2	8,4	7,7	8,7	9,1	8,2	8,4	8,4	8,6	8,8	9,0	8,8	8,9		1%
João Lisboa	7,8	9,3	8,9	8,2	8,9	9,4	9,0	8,9	8,6	8,7	8,9	9,3	8,8	9,2		4%
Montes Altos	7,1	8,4	8,1	7,2	7,8	8,3	7,9	7,8	7,3	8,1	8,2	8,3	8,4	8,9		7%
Total da Região	9,6	10,6	10,1	9,3	10,1	10,5	10,3	10,3	9,9	10,0	10,2	10,5	10,4	10,8		5%

Fonte: Dados processados pelo autor a partir da base SIDRA (IBGE, 2003a).

Anexo S: Tabela 18**Tabela 18: Evolução da área plantada da lavoura permanente., 1994 a, 2003.**

Município	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Tendência
Açailândia	776	802	1176	1620	1674	1670	1661	1660	1810	1907	
Amarantes	100	92	355	345	202	194	211	202	220	249	
Imperatriz	289	327	389	440	411	410	387	422	413	427	
João Lisboa	172	212	76	106	109	323	326	314	317	397	
Montes Altos	480	644	333	320	684	682	628	622	624	623	
Logaritmos naturais dos valores corrigidos para calculo de tendência											
Município	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
Açailândia	6,65415	6,68711	7,06987	7,39018	7,42297	7,42058	7,41518	7,41457	7,50108	7,55329	10%
Amarantes	4,60517	4,52179	5,87212	5,84354	5,30827	5,26786	5,35186	5,30827	5,39363	5,51745	6%
Imperatriz	5,66643	5,78996	5,96358	6,08677	6,01859	6,01616	5,95842	6,04501	6,02345	6,05678	3%
João Lisboa	5,14749	5,35659	4,33073	4,66344	4,69135	5,77765	5,7869	5,74939	5,7589	5,98394	14%
Montes Altos	6,17379	6,4677	5,80814	5,76832	6,52796	6,52503	6,44254	6,43294	6,43615	6,43455	5%

Fonte: IBGE (2003a).

Anexo T: Tabela 19

Tabela 19: Evolução da Extração vegetal por produtos e municípios da Região Tocantina de 1990 a 2004															
Município		1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Açailândia*															
	Carvão vegetal (Tonelada)	28093	30761	28301	28181	28744	30325	2261	2147	2111	2000	1909	35713	33850	28237
	Lenha (Metro cúbico)	5850	6201	6015	5830	5967	6176	17000	15420	14865	13905	12864	11832	10798	9914
	Madeira em tora (Metro cúbico)	342136	350689	322634	303235	285420	269721	2000	2100	2058	2017	1956	1907	1764	1914
Amarantes															
	Aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes (Tonelada)	57	37	28	13	12	12	-	8	9	8	4	0	4	3
	Jaborandi (folha) (Tonelada)	57	37	28	13	12	12	-	8	9	8	4	0	4	3
	Carvão vegetal (Tonelada)	900	960	720	1791	1810	1720	1664	1790	1381	967	725	5877	5301	3711
	Lenha (Metro cúbico)	36500	35000	36235	39092	37528	36403	25000	28810	28175	26203	18866	18301	17752	16687
	Madeira em tora (Metro cúbico)	10700	22000	345014	378436	373138	361943	2000	2443	37280	27960	18174	17530	16127	14595
	Oleaginosos (Tonelada)	322	320	256	253	243	236	25	24	24	24	19	18	17	17
	Babaçu (amêndoa) (Tonelada)	322	320	256	253	243	236	25	24	24	24	19	18	17	17
Imperatriz*															
	Carvão vegetal (Tonelada)	4057	3977	3739	3552	3267	3169	821	827	793	782	766	722	666	623
	Lenha (Metro cúbico)	41866	40820	38370	36068	33183	32353	6000	5620	5524	5706	5517	7277	7059	6411
	Madeira em tora (Metro cúbico)	48730	46610	44745	41165	36225	34776	17000	16620	15674	15327	14732	13839	12163	10053
	Oleaginosos (Tonelada)	804	760	700	658	559	531	18	18	18	0	0	0	0	34
	Babaçu (amêndoa) (Tonelada)	804	760	700	658	559	531	18	18	18	0	0	0	0	34
	Tanantes (Tonelada)	14	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Angico (casca) (Tonelada)	14	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
João Lisboa*															
	Carvão vegetal (Tonelada)	991	872	741	667	600	576	260	275	271	261	257	254	249	251
	Lenha (Metro cúbico)	40655	38622	30898	27190	23111	22302	3000	3160	3287	6355	6197	6079	5972	5613
	Madeira em tora (Metro cúbico)	37404	35160	29886	27495	25020	24394	1000	1083	1099	0	0	0	0	140
	Oleaginosos (Tonelada)	590	561	393	334	300	289	18	20	6	3	3	3	4	4
	Babaçu (amêndoa) (Tonelada)	590	561	393	334	300	289	18	31	17	17	17	16	17	18

Anexo U: Tabela 20

Tabela 20: Efetivo de bovinos, pequenos animais e aves da Região Tocantina															
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	200400%
Açailândia(Itinga)															
Bovino	251911	268285	274724	313185	341002	352937	276667	209909	211312	213287	216766	480851	482054	522732	0%
Peq. Animais	30440	29588	29125	29611	30775	30002	12937	10070	9915	9732	9660	9676	9723	12897	0%
Aves	175692	165523	166837	169789	172282	174447	60512	46552	47130	47056	46702	45634	46668	48085	0%
Amarantes															
Bovino	30100	31150	31929	35026	37828	38594	66450	71434	72005	76505	79565	82349	85231	116950	0%
Peq. Animais	10660	10171	9905	10187	9964	9835	12445	10797	10776	10516	10319	10309	10093	10152	0%
Aves	63500	65166	67107	71552	69406	70793	114959	117256	120304	121306	122554	124770	126384	118761	0%
Imperatriz(Vila Nova, São Fc do Brejão, Cidelândia, Davinópolis, Gov. Edson Lobão,São Pedro da A. Bca)															
Bovino	164376	167663	176045	195410	198145	201315	198265	262480	260485	263745	266982	319075	311337	392717	0%
Peq. Animais	31415	32490	33291	31789	30434	29663	12764	15896	15987	16130	16635	17952	20426	24137	0%
Aves	414663	421648	456114	463887	469833	461400	196300	84734	84684	96571	93262	97863	95119	65103	0%
João Lisboa(Sen La Roque, Buritirana)															
Bovino	53493	54830	56091	57493	58643	60109	96733	106603	106724	92847	98659	104635	109956	222108	0%
Peq. Animais	20590	21196	20812	20263	19751	20149	8640	8738	7980	7871	7736	8047	8651	12479	0%
Aves	155948	163433	166216	162061	157847	162582	151226	148716	143459	137060	135660	138930	130092	51050	0%
Montes Altos(Lajeado Novo, Ribamar Fiquene)															
Bovino	57587	59141	60796	54692	55786	56623	74909	74234	74330	75014	75735	80840	92562	97189	0%
Peq. Animais	7437	7526	7294	7262	7219	7179	6240	6365	6373	6382	6357	6498	6736	7186	0%
Aves	84568	88677	86106	82662	81008	81857	69895	68408	69199	69897	70199	68940	69658	64898	0%
Total da Região															
Bovinos	557467	581069	599585	655806	691404	709578	713024	724660	724856	721398	737707	1067750	1081140	1351696	0%
Peq. Animais	100542	100971	100427	99112	98143	96828	53026	51866	51031	50631	50707	52482	55629	66851	0%
Aves	894371	904447	942380	949951	950376	951079	592892	465666	464776	471890	468377	476137	467921	347897	0%
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
Bovinos	13,231 2	13,272 6	13,304	13,3936	13,4465	13,4724	13,477 3	13,4935	13,4937	13,4889	13,5113	13,8811	13,8935	14,1169	6%
Peq. Animais	11,518 3	11,522 6	11,5172	11,504	11,4942	11,4807	10,878 5	10,8564	10,8402	10,8323	10,8338	10,8682	10,9265	11,1102	-6%
Aves	13,703 9	13,715 1	13,7562	13,7642	13,7646	13,7654	13,292 8	13,0512	13,0493	13,0645	13,057	13,0735	13,0561	12,7597	-8%

Fonte: Dados processados pelo autor a partir da base de dados SIDRA (IBGE, 2003a).

Anexo V: Tabela 21

Tabela 21: Evolução da produção de origem animal por tipo de produto e município 1990 a 2003																	
Município	Tipo de produto	Ano															Tendênc ia
		1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003		
Açailândia																	
	Leite	10702	11404	11540	12694	15651	16199	14707	12196	12007	12115	12046	12316	30647	35201		
	Ovos de Galinha	366	346	351	358	366	370	49	84	90	98	100	99	100	117		
	Ovos de Codorna	-	47	75	78	78	78	-	-	-	-	-	-	-	24		
Amarante s																	
	Leite	1090	1127	1155	1482	1409	1437	2139	2302	2417	2427	2569	3275	3682	5726		
	Ovos de Galinha	54	72	75	76	84	79	165	168	175	178	246	253	256	244		
Imperatriz																	
	Leite	11715	12027	12628	14006	14203	14458	16224	16534	14466	15101	15281	15945	18938	27308		
	Ovos de Galinha	2436	2475	2698	2738	2771	2715	1207	1217	1282	1524	1546	1794	881	899		
	Ovos de Codorna	1	36	31	30	27	37	35	30	31	123	123	161	94	100		
João Lisboa																	
	Leite	2908	3068	3074	3129	3191	3421	4679	5985	5750	4287	4466	5026	5261	11900		
	Ovos de Galinha	253	265	270	276	269	277	65	134	123	268	267	276	255	114		
Montes Altos																	
	Leite	2586	2651	2735	2549	2600	2653	3211	3034	3056	3054	3276	3389	4077	4453		
	Ovos de Galinha	159	167	162	173	170	172	236	133	135	151	152	149	152	145		
			Análise do logaritmo natural dos dados da produção animal.														
		1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003		

Tabela 21: Evolução da produção de origem animal por tipo de produto e município 1990 a 2003 (Continuação)

Município	Tipo de produto	Ano														
Açailandia	Leite	9,2781 86	9,3417 19	9,3535 75	9,4488 85	9,65829	9,692705	9,5960 79	9,4088 63	9,3932 45	9,4022	9,3964 88	9,4186 55	10,330 29	10,468 83	5%
	Ovos de Galinha	5,9026 33	5,8464 39	5,8607 86	5,8805 33	5,90263 3	5,913503	3,8918 2	4,4308 17	4,4998 1	4,5849 67	4,6051 7	4,5951 2	4,6051 7	4,7621 74	14%
	Ovos de Codorna		3,8501 48	4,3174 88	4,3567 09	4,35670 9	4,356709								3,1780 54	-8%
Amarante s	Leite	6,9939 33	7,0273 15	7,0518 56	7,3011 48	7,25063 6	7,270313	7,6680 94	7,7415 34	7,7902 82	7,7944 11	7,8512 72	8,0940 73	8,2112 11	8,6527 72	12%
	Ovos de Galinha	3,9889 84	4,2766 66	4,3174 88	4,3307 33	4,43081 7	4,369448	5,1059 45	5,1239 64	5,1647 86	5,1817 84	5,5053 32	5,5333 89	5,5451 77	5,4971 68	14%
Imperatriz	Leite	9,3686 25	9,3949 09	9,4436 72	9,5472 41	9,56120 8	9,579003	9,6942 47	9,7131 74	9,5795 56	9,6225 16	9,6343 66	9,6769 01	9,8489 26	10,214 93	4%
	Ovos de Galinha	7,7981 13	7,8139 96	7,9002 66	7,9149 83	7,92696 4	7,906547	7,0958 93	7,1041 44	7,1561 77	7,3290 94	7,3434 26	7,4922 03	6,7810 58	6,8012 83	-8%
	Ovos de Codorna		3,5835 19	3,4339 87	3,4011 97	3,29583 7	3,610918	3,5553 48	3,4011 97	3,4339 87	4,8121 84	4,8121 84	5,0814 04	4,5432 95	4,6051 7	25%
João Lisboa	Leite	7,9752 21	8,0287 81	8,0307 35	8,0484 69	8,06809	8,137688	8,4508 4	8,6970 12	8,6569 55	8,3633 42	8,4042 48	8,5223 8	8,5680 76	9,3842 94	8%
	Ovos de Galinha	5,5333 89	5,5797 3	5,5984 22	5,6204 01	5,59471 1	5,624018	4,1743 87	4,8978 4	4,8121 84	5,5909 87	5,5872 49	5,6204 01	5,5412 64	4,7361 98	-3%
Montes Altos	Leite	7,8578 68	7,8826 92	7,9138 87	7,8434 56	7,86326 7	7,883446	8,0743 38	8,0176 37	8,0248 62	8,0242 07	8,0943 78	8,1282 9	8,3131 17	8,4013 33	4%
	Ovos de Galinha	5,0689 04	5,1179 94	5,0875 96	5,1532 92	5,13579 8	5,147494	5,4638 32	4,8903 49	4,9052 75	5,0172 8	5,0238 81	5,0039 46	5,0238 81	4,9767 34	-1%

Fonte: Dados processados pelo autor a partir da base SIDRA (IBGE, 2003a).